

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

GISLENE RODRIGUES FERREIRA

MEMÓRIAS DE MULHERES JORNALISTAS:
HISTÓRIAS, MERCADO E DOCÊNCIA

UBERLÂNDIA

2018

GISLENE RODRIGUES FERREIRA

MEMÓRIAS DE MULHERES JORNALISTAS:
HISTÓRIAS, MERCADO E DOCÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação. Linha de Pesquisa: Tecnologias e Interfaces da Comunicação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Raquel Discini de Campos.

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383m Ferreira, Gisllene Rodrigues, 1991-
2018 Memórias de mulheres jornalistas : histórias, mercado e docência /
Gisllene Rodrigues Ferreira. - 2018.
126 f. : il.

Orientadora: Raquel Discini de Campos.
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação
e Educação.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.525>

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Mulheres jornalistas - Teses. 3. Jornalistas -
Professoras - Teses. 4. Jornalismo - Brasil - História - Teses. I. Campos,
Raquel Discini de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.

CDU: 37

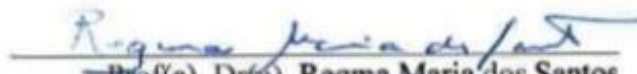
BANCA EXAMINADORA



Prof(a). Dr(a). Raquel Discini de Campos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof(a). Dr(a). Ana Cristina Menegotto Spanenberg
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof(a). Dr(a). Regma Maria dos Santos
Universidade Federal de Goiás - UFG

GISLLENE RODRIGUES FERREIRA

MEMÓRIAS DE MULHERES JORNALISTAS:
HISTÓRIAS, MERCADO E DOCÊNCIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Raquel Discini de Campos
FACED/UFU
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Menegotto Spannenberg
FACED/UFU
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Regma Maria dos Santos
INHCS/UFU
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Há tempo determinado para todo propósito debaixo do céu. É chegado o momento de galgar mais um degrau em minha formação acadêmica e profissional: o mestrado.

Meu agradecimento especial a Deus pelo dom da vida! Aquele que é digno de toda honra, glória e louvor para sempre. Ao Senhor Jesus por me fortalecer na jornada e me capacitar com sabedoria para alcançar os meus sonhos. E ao amigo Espírito Santo que me consolou e confortou com sua doce presença nos momentos de dificuldade e superação de desafios.

Aos meus pais Itamar e Magna por sempre dedicarem tempo, amor e recursos para que eu me tornasse quem sou hoje. Muito obrigada pelas palavras de incentivo, orações, por investirem em minha educação e por sonharem comigo!

Agradeço ao meu querido marido Marcus Vinícius por me incentivar diariamente na conquista desse tão sonhado mestrado. Muito obrigada pelo amor, amizade, companheirismo, parceria e por me lembrar sempre que estudar é muito bom, é bom demais.

Às minhas queridas irmãs, Giselle, Gislaine e Geisyane por acreditarem no meu potencial e torcerem pela minha felicidade. Amo vocês!

Aos meus familiares e amigos que, alguns até mesmo à distância, me incentivaram com palavras edificantes e orações para conseguir concluir essa importante etapa em minha vida.

Aos professores doutores do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação por contribuírem em minha formação acadêmica, pessoal e profissional. Em especial, agradeço à professora Adriana Omena e ao professor Rafael Venâncio pela gentileza em nos indicar as jornalistas/docentes que foram entrevistadas nessa pesquisa. Aos professores Gerson Sousa, Marcelo Marques e Mirna Tonus pelos saberes compartilhados nas disciplinas. Às professoras Ana Cristina Menegotto Spannenberg e Sônia Maria dos Santos pela colaboração e sábias considerações na banca de qualificação. Agradeço também, à técnica administrativa Luciana Almeida por nos ajudar sempre que necessário e pela amizade.

Aos colegas de mestrado agradeço pelo apoio e companheirismo. O tempo pode passar, mas essa turma unida ficará sempre nas minhas melhores lembranças!

Às professoras Alice Mitika, Dulcilia Buitoni e Marialva Barbosa por gentilmente aceitarem o convite para participar da pesquisa com suas histórias de vida e memórias. Conhecer vocês pessoalmente foi uma grande honra e uma oportunidade para entender melhor o universo das mulheres, jornalistas, professoras. Vocês são exemplos pra mim!

À minha querida orientadora professora Raquel Discini de Campos. Mais do que docente uma grande amiga. Mulher sábia, forte e virtuosa! São profissionais como você que nos inspiram a seguir na carreira da docência. Obrigada pelo incentivo e por compartilhar seu tempo, experiências e sabedoria. Sou eternamente grata!

“A sabedoria é a coisa principal;
adquire, pois, a sabedoria,
emprega tudo o que possuis
na aquisição de entendimento”.

(Salomão – Provérbios 4:7)

RESUMO

Foram inúmeros os desafios que as mulheres brasileiras se depararam na busca pela ocupação do espaço público ao longo do século XX. De “rainhas do lar”, muitas delas, se tornariam trabalhadoras assalariadas. Força feminina de trabalho que a partir daqueles anos ganhou, aos poucos, espaço nas redações jornalísticas. O aumento de jornalistas mulheres no mercado aconteceu, além disso, em consequência da possibilidade de se formarem no Ensino Superior. Diante desse fenômeno histórico, a pesquisa se propõe a estudar como a institucionalização do curso de Jornalismo no Brasil colaborou para a formação das mulheres para atuarem no mercado como jornalistas e também como professoras. Para compreender tal processo, entrevistamos três jornalistas que apresentam larga experiência na docência, são elas: Alice Mitika Koshiyama, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni e Marialva Carlos Barbosa. Em suma, buscamos assim, conhecer suas histórias de vida e, ao mesmo tempo, entrelaçá-las à história deste campo de conhecimento no país.

Palavras-chave: Mulheres jornalistas. Gênero e jornalismo. Professoras jornalistas.

ABSTRACT

There were innumerable challenges that Brazilian women faced in their quest for the occupation of public space throughout the twentieth century. From "home queens," many of them, would become salaried workers. A feminine work force that from those years gradually gained space in journalistic writing. The increase of women journalists in the market happened in addition, as a consequence of the possibility of graduating in Higher Education. Faced with this historical phenomenon, the research aims to study how the institutionalization of the Journalism course in Brazil collaborated in the training of women to act in the market as journalists and also as teachers. To understand this process, we interviewed three journalists who have a long experience in teaching: Alice Mitika Koshiyama, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni and Marialva Carlos Barbosa. In short, we seek to know their life histories and, at the same time, to intertwine them with the history of this field of knowledge in the country.

Keywords: Women journalists. Gender and journalism. Teachers journalists.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Faixa etária jornalistas brasileiros (2012)	42
Gráfico 2 - Sexo da categoria jornalística do Brasil (2012)	43
Gráfico 3 - Distribuição territorial dos jornalistas (2012)	44
Gráfico 4 - Raça/cor jornalistas brasileiros (2012).....	44
Gráfico 5 - Carga horária de trabalho diária dos jornalistas brasileiros (2012)	45
Gráfico 6 - Média salarial da categoria (2012).....	46
Gráfico 7 - Distribuição dos profissionais de acordo com a atividade principal (2012).....	47
Gráfico 8 - Tipo de contratação dos jornalistas que trabalham em mídia (2012)	48
Gráfico 9 - Jornalistas que trabalham como docentes e os departamentos de atuação (2012)	55
Gráfico 10 - Raça/cor jornalistas docentes brasileiros (2012).....	56
Gráfico 11 - Faixa-etária dos docentes (2012)	57
Gráfico 12 - Grau de instrução/formação dos professores (2012).....	58
Gráfico 13 - Quantidade de empregos no decorrer da carreira docente (2012)	59
Gráfico 14 - Quantidade de empregos no decorrer da carreira docente (2012)	59
Gráfico 15 - Tipos de instituição de ensino (2012)	60
Gráfico 16 - Trabalho docente em “Ensino, Pesquisa e Extensão” (2012)	61
Gráfico 17 - Nível de satisfação dos jornalistas com a atividade docente (2012).....	62
Fotografia 1 - Alice nos dias atuais	85
Fotografia 2 - Dulcilia Buitoni em colégio confessional.....	88
Fotografia 3 - Dulcilia no lançamento do livro Fotografia e Jornalismo	90
Fotografia 4 - Dulcilia recebendo Prêmio Adelmo Genro Filho	91
Fotografia 5 - Marialva aos três anos de idade	93
Fotografia 6 - Marialva aos quinze anos de idade	94
Fotografia 7 - Marialva nos tempos da Escola Normal	94
Fotografia 8 - Marialva nos tempos da faculdade	95
Fotografia 9 - Marialva nos tempos da reportagem no <i>Jornal Última Hora</i>	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
API	Associação Paulista de Imprensa
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS	<i>Centre National des Recherches Scientifiques</i>
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ECO	Escola de Comunicação
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
ESPM-SP	Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo
FACED/UFU	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FNPJ	Fórum Nacional de Professores de Jornalismo
IACS	Instituto de Arte e Comunicação Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
SBPJor	Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
1.1	Memorial	12
2	INTRODUÇÃO.....	15
2.1	História oral e memória Erro! Indicador não definido.	
3	O MERCADO DE JORNALISMO NO BRASIL.....	26
3.1	Primórdios	26
3.2	Diversificação	34
3.3	Perfil atual	41
4	INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO NO BRASIL E A DOCÊNCIA.....	49
4.1	Docência e história: primórdios	49
4.2	Perfil docente.....	54
5	SER MULHER NO SÉCULO XX	63
5.1	Da esfera privada para a pública: de “rainha do lar” à profissional	63
5.2	Belas, recatadas e do lar: antigos e novos dilemas.....	72
5.3	Mulher em (re)vista: a influência da imprensa feminina.....	77
6	FRAGMENTOS DE SI	80
6.1	Alice Mitika Koshiyama.....	80
6.2	Dulcilia Helena Schroeder Buitoni.....	86
6.3	Marialva Carlos Barbosa	92
7	TEXTO E CONTEXTO.....	100
8	CONSIDERAÇÕES	112
	REFERÊNCIAS.....	116
	ANEXO A – Termo de autorização de entrevista Alice Mitika Koshiyama	122
	ANEXO B – Termo de autorização de entrevista Dulcilia Helena S. Buitoni.....	123
	ANEXO C – Termo de autorização de entrevista Marialva Carlos Barbosa	124

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Memorial

Em 2010 ingressei na graduação de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pouco a pouco conheci como funcionava a Universidade e percebi que havia um oceano de oportunidades. A princípio, uma delas despertou meu interesse, a Iniciação Científica. Acredito que todo/a estudante de jornalismo e o/a próprio/a profissional da área de Comunicação tem em sua essência a curiosidade em descobrir fatos e entender os desdobramentos dos mesmos. É a curiosidade um dos ingredientes que nos motiva a inovar e fazer um jornalismo de qualidade. Diante da minha percepção sobre como a curiosidade é uma característica sempre presente em minha vida, por exemplo, quando busco entender o significado de algo, quem inventou determinado objeto, o que levou tal sujeito a dada situação, dentre tantos outros pensamentos notei que pesquisar também está intimamente ligado de alguma forma à curiosidade. O pesquisador diante de uma questão que surge ao longo da pesquisa busca com muito empenho e esmero respostas para suas perguntas. Descobri então que, além de jornalista, queria ser pesquisadora. E assim iniciei minha trajetória, me aprimorando dos saberes acadêmicos que me eram ofertados.

No segundo semestre do primeiro ano de faculdade tive a oportunidade de trabalhar como voluntária no Projeto de Iniciação Científica intitulado *Os gêneros da mídia impressa: a representação de fatos e de atores sociais*, orientado pela professora doutora Maria Aparecida Resende Ottoni. Em 2011, para minha surpresa e alegria, fui contemplada com bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), para prosseguir no projeto de pesquisa. Foi um tempo de amadurecimento, de aprender a "linguagem científica" e as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de ter um olhar atento, apurado, e para isso, estudei as ferramentas da Análise de Discurso Crítica que eram o alicerce da pesquisa. Foram várias manhãs de muitos aprendizados com os pesquisadores do Grupo de Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistemática Funcional da UFU. Nessa Iniciação Científica percebi de forma mais clara as intenções e ideologias que perpassam os discursos jornalísticos em gêneros opinativos e informativos. Descobri que a primada "imparcialidade" é algo inexistente nos textos de jornais e revistas e que determinado fato e sujeito podem ser representados de formas diferentes levando em consideração os diferentes suportes e linhas

editorias dos veículos de comunicação. Foi o meu primeiro contato com pesquisa da mídia impressa.

Lembro-me de uma aula da disciplina de Teorias da Comunicação em que a professora doutora Adriana Omena – a qual ainda tenho o prazer de ter como professora no mestrado – disse em um tom bem-humorado que quando o "bichinho" da pesquisa pica alguém a pessoa nunca mais é a mesma, pois ela não consegue mais ver o mundo com os mesmos olhos. Após risadas daquele momento espontâneo em sala, tal exemplo levou-me a refletir que, sem perceber, ainda no começo da minha formação acadêmica, havia sido picada por tal "bichinho" e, dessa forma, nunca mais seria a mesma.

Em 2012, tive a felicidade de ser bolsista em outro Projeto de Iniciação Científica o "Notícias de Primeira Página- Análise da construção textual e gráfica das capas dos jornais *Super Notícia* e *Folha de São Paulo*", orientado pela professora doutora Ana Cristina Spannenberg e contemplado pelo Edital 02/2012 Pibic/CNPQ/UFU. Foi o meu segundo contato com pesquisa de mídia impressa. Dessa vez pude descobrir, a partir do conceito de Leitor Modelo, de Umberto Eco (1986), quais são as estratégias de construção do leitor pelas capas do jornal *Super Notícia* (produzido em Belo Horizonte) e *Folha de São Paulo*. Verifiquei que tais veículos oferecem pistas de quem é o leitor pensado e idealizado na instância de produção pelos jornalistas. Nesse período, compreendi melhor a importância das publicações e como é satisfatório poder compartilhar com outros pesquisadores as descobertas que fazemos no processo.

No ano de 2013 cursei a disciplina Imprensa, Gênero e Educação, ministrada pela professora doutora e orientadora desse mestrado profissional, Raquel Discini de Campos. Contava os dias da semana na expectativa de que logo fosse sexta-feira. As horas de tais manhãs pareciam "voar", cada informação e dados históricos instigavam minha curiosidade e o pensamento crítico- reflexivo. Meus olhos se abriram para uma nova perspectiva. Percebi como, ao longo das décadas e até o período presente, as representações de gênero são importantes na conduta dos indivíduos e estão em constante (re)construção. Tive o olhar despertado, principalmente para a história das mulheres e os papéis sociais que lhes eram e são atribuídos. Somos frutos do meio? Nos tornamos o que almejamos ser ou o que a sociedade projeta para nós? Nossos projetos de vida enquanto mulheres são definidos por nós mesmas ou escolhidos pela sociedade, cultura e contexto histórico? Foram essas e outras perguntas que rondavam meus pensamentos nas manhãs de sexta e demais dias.

Ainda em 2013, comecei o trabalho de conclusão de curso e decidi relacionar o que aprendi na Iniciação Científica sobre a análise de capas e as estratégias de construção do

Leitor Modelo (ECO, 1986) com um viés de gênero. Então, o propósito central da pesquisa foi identificar qual o leitor e a leitora previstos nas capas das revistas *Men's Health* e *Women's Health*. A escolha desse tema surgiu com o propósito de verificar a existência de distinções no modo como os jornalistas produzem para o público masculino e para o público feminino. Foi possível notar que tais distinções podem ser vistas tanto na seleção dos assuntos, quanto em elementos da composição gráfica, como a escolha das fotografias e das cores. A monografia foi orientada pela professora doutora Ana Cristina Spannenberg e co-orientada pela professora doutora Raquel Discini de Campos e foi intitulada "A representação do masculino e do feminino nas capas das revistas *Men's Health* e *Women's Health*: Composição verbal e visual na construção da recepção pela instância da produção".

Em 2016, ingressei no Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Foram vários os encontros com a orientadora professora doutora Raquel Discini para definirmos os detalhes do projeto da Dissertação. Em uma dessas reuniões contei a ela o sonho profissional de ser docente no Ensino Superior. A partir daí surgiu o embrião dessa pesquisa com a seguinte questão: quando e de que forma se deu a inserção das mulheres jornalistas na docência no Ensino Superior no curso de Jornalismo no Brasil? Primeiramente, levantamos dados sobre a primeira graduação de Jornalismo do Brasil, que surgiu em 1947, na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, fundada em São Paulo. Entramos em contato com a Faculdade, porém disseram não ter o nome da primeira professora jornalista nem a data em que ingressou no corpo docente do curso. Realizamos mais reuniões de orientação e reformulamos a ideia do projeto. Como tais dados não estavam documentados poderíamos descobrir indícios do início da participação feminina na docência em Jornalismo a partir de depoimentos, levando em consideração a história oral e a memória (individual e coletiva) dos sujeitos. Porém, ao invés de focarmos apenas na feminização da docência no curso de Jornalismo no Brasil, decidimos ampliar nossos horizontes e compreender mais a fundo como foi a institucionalização de tal curso no país, o que era ensinado e de que forma, e o que motivou as docentes a trabalharem na área, dentre outras questões. Então, eis que surge o projeto de dissertação intitulado *Memórias de mulheres jornalistas: histórias, mercado e docência*.

2 INTRODUÇÃO

“Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre” (BEAUVOIR apud PEDROSA, 2015, p. 48). Em um forte tom político Simone de Beauvoir traduziu a essência de uma das principais aspirações dos grupos feministas ao longo das décadas: ser livre. “Livre” dos padrões estimados pela sociedade, “livre” dos estereótipos construídos pela cultura, “livre” das cobranças sobre o que fazer ou ser... liberdade para construir a própria história.

Segundo Michelle Perrot (2015), por muito tempo prevalecia a escrita de uma História Geral, na qual predominava o discurso e olhar masculino. Nas palavras da reconhecida historiadora francesa “uma história ‘sem as mulheres’ parece impossível. Entretanto, isso existia. Pelo menos no sentido coletivo do termo [...] o que é relativamente recente, pois tem mais ou menos trinta anos.” (PERROT, 2015, p. 13, grifo da autora).

A autora explica que por muito tempo as mulheres foram silenciadas e consideradas invisíveis, confinadas na esfera privada do lar. Desse modo, “porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: *o silêncio das fontes*” (PERROT, 2015, p. 15, grifo da autora). Assim a presente pesquisa busca dar destaque à voz de jornalistas professoras ajudando a contar suas histórias. Afinal, para redigir a história é preciso “fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios.” (PERROT, 2015, p. 21).

Ao falar sobre história do jornalismo no Brasil é possível encontrar um vasto acervo de pesquisas, ricas em conteúdo, que agregam muito para o campo da pesquisa em comunicação. Mas, e a história das mulheres jornalistas? E daquelas que optaram por construir a carreira na docência? Ainda pouco se fala.

Diante disso, esta dissertação visa refletir sobre a seguinte problemática: como era ser mulher, jornalista e professora de jornalismo na segunda metade do século XX no Brasil? A partir dessa pesquisa busca-se também reconstruir, por intermédio da memória, as práticas cotidianas, tanto no mercado jornalístico quanto nas faculdades, em que determinadas mulheres atuaram como docentes, objetivando-se compreender histórias pessoais e coletivas. Por isso, deparamo-nos com outras questões: Como se configuravam os ambientes de trabalho das mídias impressas do século XX? Quais eram (são) as práticas docentes desempenhadas por tais professoras dos cursos de jornalismo no Brasil? De que maneira perceberam a sua condição de gênero influenciando nas suas escolhas pessoais e profissionais?

A dissertação tem como título *Memórias de Mulheres Jornalistas: histórias, mercado e docência*. Sua problemática, ou seja, o espaço de conhecimento onde a pesquisa se insere é um lugar de fronteira: entre a história do jornalismo enquanto uma prática social; a história das jornalistas, observada sob o prisma de confluência entre histórias individuais e coletivas e, finalmente, a história da docência institucionalizada deste saber específico no Brasil.

Este caminho é trilhado sob a luz dos estudos de José Marques de Melo, Marialva Barbosa, Dulcilia Buitoni, Tânia Regina de Luca, Isabel Lustosa, Alice Mitika e demais pesquisadores que se debruçam sobre a história social da imprensa e do jornalismo no Brasil. Quanto à utilização da memória como fonte documental, nos aproximamos dos estudos de Verena Alberti, Paul Thompson, Pierre Nora e outros autores que problematizam a utilização de depoimentos na reconstrução dos tempos idos. No que concerne especialmente à questão da memória das depoentes (assunto relacionado a temática da história oral, mas não apenas ela) utilizamos a obra de Jacques Le Goff, Paul Ricouer e Antoine Prost.

O objetivo geral dessa dissertação foi reconstruir a trajetória de algumas mulheres representativas dentro do campo do jornalismo e da docência em jornalismo no Brasil. Os objetivos específicos, por sua vez, discutem: a) a emergência do campo jornalístico no país, com ênfase no surgimento das primeiras faculdades de jornalismo; b) a historicidade dessas mulheres, ou seja, as observamos enquanto sujeitos pertencentes a um dado contexto; c) o papel das diferenças entre os gêneros na composição do campo jornalístico (mercado/docência).

A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória, explicativa, de campo (visto que fomos em busca das informações por meio dos depoimentos que foram colhidos através de entrevistas presenciais), documental (tendo em vista que os documentos são os depoimentos e fotos cedidas pelas entrevistadas) e bibliográfica (revisão de literatura acerca do tema pesquisado, por exemplo: sobre a história da profissão de jornalista e da docência no Brasil, da institucionalização dos cursos de jornalismo e história do gênero feminino no País no século XX).

Partindo do pressuposto de que conhecer a história do campo é conhecer um pouco de nós mesmos enquanto profissionais e estudantes de Jornalismo, acreditamos que essa pesquisa contribui para os que já trabalham na área e para pesquisadores de comunicação conhecerem mais a fundo como surgiu o ofício no País – e de que forma e quando tais profissionais passam a ocupar também funções na esfera do Ensino Superior, mais precisamente como docentes. Além disso, o presente trabalho visa discutir as principais representações acerca do jornalismo, objetivando refletir sobre as intrincadas relações entre as práticas cotidianas dos

componentes do campo e a dimensão simbólica relacionada a eles. Essa pesquisa é importante, ainda, para a sociedade e área da comunicação, pois apresentará um estudo com viés de gênero. Desse modo, será possível refletir sobre a história das mulheres, em especial da região Sudeste eixo Rio/São Paulo (locais em que tanto o curso quanto o mercado de jornalismo apresentaram grande desenvolvimento desde o surgimento), bem como sobre o contexto que as levou à docência do Ensino Superior em Jornalismo.

A presente pesquisa está dividida em partes, a saber: *2 Introdução*; *3 O mercado de jornalismo no Brasil*, capítulo que apresenta uma contextualização histórica do surgimento do Jornalismo no Brasil e a consolidação do mercado a partir da evolução das mídias; capítulo *4 Institucionalização do curso de jornalismo no Brasil e a docência*, o qual discute a emergência do campo jornalístico no Brasil, com ênfase no surgimento do curso de jornalismo no País e a docência na área; *5 Ser mulher no século XX*, capítulo que fala sobre os aspectos históricos vivenciados pelas mulheres no século XX; *6 Análise*, em que são apresentadas as mulheres representativas dentro do campo do jornalismo e da docência em jornalismo selecionadas para o desenvolvimento dessa dissertação bem como uma reflexão sobre suas histórias e memórias; *7 Considerações*, seguida das *Referências* e *Anexos*.

Para a construção da dissertação foi realizado levantamento bibliográfico, leitura de livros e artigos. Além disso, definimos as professoras/jornalistas que participariam com depoimentos para constituição da pesquisa. O convite para que elas participassem foi realizado via e-mail e as gravações das entrevistas foram feitas presencialmente.

Conseguimos ter acesso às fontes com a ajuda de professores do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia. A professora doutora Adriana Omena nos passou os telefones e endereços de e-mail das professoras Marialva Barbosa e Dulcilia Buitoni. E o professor doutor Rafael Venâncio nos ajudou com o contato da professora Alice Mitika, uma vez que ele foi aluno dela na graduação de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na Universidade de São Paulo (USP).

As convidadas para contribuir na elaboração dessa dissertação por meio de depoimentos foram: Alice Mitika Koshiyama, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni e Marialva Carlos Barbosa. Tais entrevistadas foram escolhidas, pois estão aptas a falar sobre temáticas ligadas à institucionalização dos cursos de Jornalismo no Brasil, em especial na região Sudeste, da docência em jornalismo, bem como às práticas e representações relacionadas às jornalistas em circulação no país na segunda metade do século XX. Além de ajudarem com depoimentos essas professoras têm publicações acerca da temática pesquisada nesse projeto.

No início do mês de novembro foi realizada viagem para São Paulo com o objetivo de colher o depoimento da professora Dulcilia Helena Schroeder Buitoni. A entrevista aconteceu no dia 01/12/2016 na residência da docente no bairro Sumaré. Marialva Carlos Barbosa nos concedeu entrevista no dia 30/11/2016 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Campus da Praia Vermelha. A gravação com a professora Alice Mitika Koshiyama foi realizada no dia 08/05/2017 na Universidade de São Paulo (USP), Campus Butantã. Para a gravação dos depoimentos foi utilizado o gravador Sony IC Recorder Grabadora digital IC chip ICD-PX312F cedido pela professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU), Adriana Omena.

2.1 História oral e memória

História e memória. Palavras que, quando alinhadas, se tornam rima e também ponto de partida para diversas reflexões. Ao pensar sobre História uma das expressões que se torna o centro das atenções é "tempo". Tempos idos ou do presente despertam o interesse de pesquisadores e os levam a desvelar modos de ser, de pensar, de se organizar em determinado período, cultura, civilização. No livro *Doze lições sobre a História*, Antoine Prost (2008) explica sobre a importância do conceito “tempo” para os historiadores. Para o autor, a questão é estabelecida no presente em relação ao passado, “incidindo sobre as origens, evolução e itinerários no tempo, identificados através de datas. A história faz-se a partir do tempo: um tempo complexo, construído e multifacetado” (PROST, 2008, p. 96). Logo, verifica-se que a História se serve do tempo, e simultaneamente, também o constrói.

Prost afirma que uma das características do tempo da História, diferentemente do tempo individual ou do psíquico, é que este pode ser considerado como um tempo social, ou seja, “precisamente, o das coletividades, sociedades, Estados e civilizações. Trata-se de um tempo que serve de referência comum aos membros de um grupo” (PROST, 2008, p. 96). Outra característica importante que o autor ressalta é que o tempo da História não é o mesmo que o tempo físico ou psicológico

tampouco é o dos astros ou dos relógios de quartzo, divisível ilimitadamente, em unidades rigorosamente idênticas. Apesar de ser semelhante no que diz respeito à continuidade linear e à divisibilidade em períodos constantes – séculos, anos, meses, dias –, é diferente por

não ser uma moldura externa, disponível para todas as experiências (PROST, 2008, p. 96).

Segundo o autor, o tempo da História não pode ser visto como uma unidade de medida. Sobre tal tempo ele explicita que “está incorporado, de alguma forma, às questões, aos documentos e aos fatos; é a própria substância da história” (PROST, 2008, p. 96). O autor ainda explicita que o tempo da História também não pode ser mensurado pela duração psicológica, visto que ela não pode ser medida além de ser “dotada de segmentos, cuja intensidade e espessura são variáveis; em determinados aspectos, é comparável a essa duração por seu caráter de experiência vivida” (PROST, 2008, p. 96).

Se, ao pensar sobre História é imprescindível falar do tempo, o mesmo poderíamos afirmar em relação à Historiografia, ou seja, à escrita da História. A disciplina historiográfica se refere a “um campo de estudo ao qual nenhum historiador pode se furtar. É a reflexão sobre a produção e a escrita da História” (SILVA; SILVA, 2010, p. 189). Sobre a operação historiográfica Marialva Barbosa (2005) afirma que a história deve ser compreendida como “reinterpretação, reinvenção e reescritura” (BARBOSA, 2005, p. 103), uma vez que ao abordar os tempos idos não é possível fazer uma reconstituição exata do ocorrido, há apenas a possibilidade da reconstrução. Sobre isso, a autora explica que

não há a possibilidade de recuperação do passado tal como ele se deu: o passado é inteligível nas fimbrias das narrativas que ele mesmo compôs. O que o pesquisador faz é um ato ficcional, não no sentido de que aquilo que descreve não tenha se dado, mas considerando sempre o grau de invenção, composição, interpretação, inserção do sujeito pesquisador que compõe a história a ser interpretada. Não há possibilidade de isenção diante de qualquer construção humana (BARBOSA, 2005, p. 103-104).

Desse modo, a historiografia nos possibilita compreender os elementos comuns à escrita dessa Ciência em determinado período. Além disso, uma das utilidades da historiografia é demonstrar que aquele que escreve está sujeito às ideias de seu tempo. Portanto, o único jeito de um historiador seguir a objetividade e isenção – sempre uma utopia – é conhecendo os meandros envolvidos no processo da escrita, conforme demonstrou Michel de Certeau (1982). Logo, “o historiador, portador do saber que condiciona a sua prática, executa a escrita parcial da história, na medida que toda narrativa histórica busca preencher lacunas de um passado, cuja totalidade nos escapa” (KOSHIYAMA, 2001, p. 1).

Pode-se afirmar que a História Oral faz parte da “história nova”, quando consideramos o que propunha o historiador francês Jacques Le Goff (1990). Para ele, a História vivia nos

anos 1970 “uma ‘revolução documental’. Uma nova concepção do documento e da crítica que dele deve ser feita.” (LE GOFF, 1990, p. 29, grifo nosso). O autor demonstrava que a História Nova expandiu o campo do documento histórico, ou seja, antes era atribuída importância somente aos textos e documentos escritos. A História passou, então, a se basear em uma multiplicidade de fontes:

de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem. Entretanto, os métodos de crítica desses documentos novos calcaram-se mais ou menos nos métodos aperfeiçoados pela erudição dos séculos XVII, XVIII e XIX (LE GOFF, 1990, p. 28-29).

O autor evidenciou que houve uma renovação da História no século XX e que esta deve ser vista como tão importante quanto a antiga, uma vez que, a História Nova também pode ser “comunicada pelos canais pertinentes da narrativa, do estilo, da ressurreição do passado. Por acaso a história do homem cotidiano também não é tão significativa e dramática quanto a dos grandes homens?” (LE GOFF, 1990, p. 16).

Nas palavras do autor, a História Nova revela que os acontecimentos compreendidos como “grandes” são somente uma nuvem “levantada pelos verdadeiros acontecimentos sobrevivendo antes deles, isto é, as mutações profundas da história.” (LE GOFF, 1990, p. 16). Logo, acontecimentos compreendidos como “não tão importantes” para a história antiga ganham uma nova projeção ao perceber que geram impactos em distintas esferas, por exemplo, a social. Diante disso, Le Goff tece a seguinte reflexão crítica:

a história das maneiras de se vestir, de comer, por acaso não é tão sedutora quanto a das batalhas, das conferências internacionais e das peripécias parlamentares ou eleitorais [...], que só merece ser legada à memória coletiva na medida em que revela ou afeta as estruturas profundas das sociedades e de sua evolução? (LE GOFF, 1990, p. 16).

Paul Thompson acredita que a história tem em sua essência uma finalidade social. Diante disso, ele afirma que, através da história, “as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas: guerras, transformações sociais como as mudanças de atitude da juventude, mudanças tecnológicas” (THOMPSON, 1992, p. 21).

O século XX foi marcado por inúmeras transformações no cenário mundial, dentre elas, destaca-se o avanço tecnológico que desencadeou mudanças na História. Nesse cenário, destaca-se o gravador como instrumento na produção da História Oral, “uma metodologia histórica que trabalha com depoimentos orais, realizando entrevistas a partir das quais o historiador constrói suas análises” (SILVA; SILVA, 2010, p. 186).

Thompson é considerado um dos pioneiros da área. Dedicou-se aos estudos da História Oral a partir da década de 1960 ao integrar a equipe do Departamento de Sociologia na Universidade de Essex, na Inglaterra. Ele defendia a ideia de que

a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992, p. 22).

O interesse pela metodologia surgiu a partir de um estudo que desenvolvera sobre a recente história social inglesa, em que devido à falta de “documentação nos arquivos e com uma literatura insuficiente, descobriu a importância das pessoas como testemunhas do passado, e ao ouvi-las, descobriu que elas têm sempre alguma coisa interessante a dizer.” (FREITAS, 2006, p. 15). Desse modo, passou a realizar entrevista nos padrões sociológicos e descobriu a “riqueza e a importância da memória dos sujeitos anônimos, e como o jeito do entrevistado contar ‘estórias’ sobre o passado era uma alternativa perfeita para a história social.” (FREITAS, 2006, p. 15, grifo da autora).

Ele defende a ideia de que a história ganha uma nova perspectiva ao considerar as experiências de vida das pessoas como matéria-prima. Desse modo, “a história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance” (THOMPSON, 1992, p. 25), isto porque o pesquisador – especialmente o historiador – busca através dos depoimentos não apenas conhecer a história pessoal, mas identificar pontos importantes ou recorrentes nos relatos que levam a entender sobre o assunto analisado.

Para ilustrar tal afirmação podemos levar em consideração que cada jornalista e docente entrevistada para esta pesquisa têm experiências de vidas diferentes desde a primeira

infância e variadas motivações – inclusive o acaso – que as levaram a optar por seguir uma carreira jornalística e na docência em Jornalismo na segunda metade do século XX.

Porém, através dos relatos é possível traçar também pontos em comum que nos levam a compreender, por exemplo: como eram os ambientes das redações (predominantemente masculinas e de muita concorrência entre os profissionais); que tipo de jornalismo era desenvolvido (sensacionalista, imprensa feminina, dentre outros); quais os principais desafios em atuar como docente no Ensino Superior (lidar com a precarização do Ensino no País, redução de investimentos para desenvolver pesquisas científicas, como desenvolver uma didática eficiente levando em consideração o processo de aprendizagem dos discentes, censura e perseguição no período de ditadura militar, dentre outras questões). Portanto, “os historiadores orais podem pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam, ir procurá-la e obtê-la.” (THOMPSON, 1992, p. 25).

Diante disso, a História Oral desde o seu nascimento foi marcada pelo envolvimento com a memória humana, a coletiva e a individual. Nesse sentido, tornou-se útil para valorizar identidades de grupos sem escrita, uma vez que “por meio da coleta de seus depoimentos e da análise de sua memória, de sua versão do mundo e dos acontecimentos” (SILVA; SILVA, 2010, p. 186).

Em *Manual de História Oral*, Alberti ensina como realizar pesquisas utilizando tal metodologia. Ela comenta que, através da história oral, o que aparece é o ignorado, "ou o parcialmente ignorado. Cabe ao pesquisador desvendar as múltiplas experiências e versões, buscando dar a palavra 'final', sempre provisória, para temas relegados ou submetidos ao fogo cruzado dos interesses e das ideologias." (ALBERTI, 2004, p. 18, grifo da autora). Para a autora, História Oral pode ser entendida como:

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2004, p. 18).

Alessandro Portelli e Michael Frisch são pesquisadores que desenvolveram, nos anos 1970, trabalhos sobre a memória enquanto principal objeto de estudo da História Oral. Verifica-se que, até esse momento, a disciplina era vista pela maioria com maus olhos e era fortemente criticada, pois acreditavam que a memória não era confiável. Entretanto, “a aparente pouca confiabilidade da memória também passou a ser fonte de questionamentos sociais. Para eles, os próprios lapsos de memória são importantes para a compreensão dos

significados que determinado evento assume para o indivíduo e seu grupo social” (SILVA; SILVA, 2010, p. 186). Ou seja, a partir disso a memória se tornou de fato, para muitos, o objeto da História Oral. Tal fato mudou também a opinião de muitos historiadores que “começaram a considerar que, a partir do entendimento do processo de formação da memória histórica, poderiam compreender como os indivíduos vinculam passado e presente” (SILVA; SILVA, 2010, p. 186).

Essa vertente da memória como elemento importante da História se espalhou na comunidade científica, “tornando-se hegemônica e levando a que as décadas de 1980 e 1990 desenvolvessem suas pesquisas, sobretudo, seguindo o modelo de entrevista a partir da história de vida do depoente” (SILVA; SILVA, 2010, p. 186). Até esse momento o foco da entrevista era um assunto específico, “procurando ser o mais linear possível e buscando descartar divagações e fugas do tema feitas pelo depoente” (SILVA; SILVA, 2010, p. 186). Tal escolha era feita a fim de manter a fidedignidade dos depoimentos tornando-os confiáveis.

Sobre a importância das histórias de vida e das narrativas de si para as Ciências Humanas em geral, Pierre Bourdieu alertou para o cuidado necessário em relação ao que nomeou como “ilusão biográfica”, ou seja, à ideia de que “a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Uma vida*, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 1996, p. 183). Assim como definido no senso comum, história de vida seria como uma viagem, trajetória, percurso, que de certo modo apresenta uma linearidade de começo, meio e fim. Ou seja, a história de vida pode ser compreendida como

um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a ‘mobilidade’), que tem um começo (‘uma estréia na vida’), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (‘ele fará seu caminho’ significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história. Isto é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos (BOURDIEU, 1996, p. 183-184, grifo do autor).

Longe de nos iludir com as narrativas de nossas entrevistadas, ou de buscar linearidade nas suas histórias de vida, sempre contraditórias e sujeitas ao acaso, pensamos sobre elas historicamente. Não buscamos a linearidade, portanto, mas desvelar suas memórias, que são individuais e coletivas, visto que tais indivíduos são perpassados pelo social. A forma como as depoentes reinterpretam e relatam tempos idos ou situações vivenciadas são pistas que nos ajudam a inferir, por exemplo, sobre como era ser jornalista e docente de Jornalismo no Brasil

na segunda metade do século XX, ou sobre a situação de crianças, homens ou mulheres em determinados contextos sociais do Brasil na segunda metade do século XX.

Sobre a importância da memória para as Ciências Humanas, Paul Ricoeur (2003) acredita que ela não é simplesmente matriz da história. Pode ser entendida como uma “reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história, e ferida muitas vezes por ela” (RICOEUR, 2003, p. 1). O autor explica ainda que “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2003, p. 40). Diante disso, verifica-se que a memória não é simplesmente uma ferramenta usada para preservar informações, mas é algo para além disso, pode ser compreendida como uma habilidade de (re)significação dos fatos e do próprio sujeito o qual é perpassado pelo social.

Sabe-se que a memória, na maioria das vezes, não segue uma sequência lógica dos fatos durante uma narração. Todavia, o historiador oral pode traçar uma linearidade a fim de organizar a fala e extrair as informações necessárias de acordo com o assunto o qual pretende analisar. É preciso lembrar que “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista.” (THOMPSON, 1992, p. 25-26).

Jacques Le Goff (1990), por sua vez, define a memória como a propriedade de manter determinadas informações. Ela também pode ser entendida como um conjunto de funções psíquicas que possibilitam o sujeito realizar uma atualização das impressões ou informações do passado, ou reinterpretá-las no tempo presente.

A história oral foi escolhida como estratégia metodológica nesta pesquisa levando em consideração que existem diversos estudos e documentos escritos sobre a história do jornalismo no Brasil e, até mesmo, sobre o exercício profissional dos jornalistas. Contudo, nossa proposta é identificar alguns elementos que nos dêem pistas sobre a vivência e o cotidiano das mulheres no século XX, como eram os primórdios da docência em Jornalismo no País, de que forma era realizada e quais as principais motivações que conduziram as jornalistas a se tornarem professoras no Ensino Superior. Para desvelar tais questões, tornam-se úteis e eficazes a história oral e a memória como fonte. Todavia, antes de buscarmos compreender tais aspectos faz-se necessário conhecer a trajetória histórica da profissão de jornalista no Brasil.

No capítulo a seguir, *O mercado de Jornalismo no Brasil*, é apresentado um breve histórico de como surgiu o Jornalismo no Brasil, as mudanças no perfil do jornalista com o

passar dos anos e como a evolução das mídias contribuiu para as mudanças no fazer jornalístico. O capítulo está dividido em três subitens, são eles: *3.1 Primórdios*; *3.2 Diversificação*; e *3.3 Perfil atual*.

3 O MERCADO DE JORNALISMO NO BRASIL

3.1 Primórdios

Certamente, a vida na Colônia brasileira não seria mais a mesma após a chegada de D. João VI ao Brasil juntamente com a vinda da corte, inicia-se a história da imprensa nacional. Desse modo, nota-se que “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo” (MARTINS; LUCA, 2010, p. 8).

Ainda no período colonial o Brasil não havia universidade e "era também um dos únicos países do mundo, excetuados os da África e da Ásia, que não produzia palavra impressa" (LUSTOSA, 2003, p. 7). Até a chegada de D. João VI em 1808 "as letras impressas eram proibidas aqui. As poucas tentativas de se estabelecerem tipografias esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas" (LUSTOSA, 2003, p. 7). Diante disso, Lustosa explica que imprensa, universidades e fábricas, no olhar do colonizador não eram bem-vindas, visto que poderiam ajudar na emancipação e formação de pensamento crítico e posicionamento da população contrária à Portugal. Contudo, a autora ressalta que

entre a chegada do rei e o Sete de Setembro de 1822, uma sucessão de acontecimentos internacionais e locais formariam o caldo em que foi sendo cozida a Independência do Brasil. O elemento mais importante para esse processo foi mesmo a mudança do centro de poder português de Lisboa para o Rio de Janeiro, com todas as suas conseqüências. Dessas, as mais decisivas foram: a revolução constitucionalista do Porto, em 1820, e a liberação da imprensa no Brasil (LUSTOSA, 2003, p. 8).

Com a chegada de D. João VI e a Corte portuguesa ao “Novo Mundo” a economia e a política do Brasil foram bastante impactadas. A abertura dos portos às nações amigas foi uma decisão que levou ao fim o monopólio de Portugal abrindo espaço para o crescimento do comércio. Além disso, como o território português ainda estava sob domínio francês, o governo precisou investir na colônia, por exemplo, na “criação de fábricas de ferro, pólvora, vidro” (LUSTOSA, 2003, p. 8). Outra demanda que surgiu foi a impressão dos atos do governo e a publicação de notícias de interesse da Coroa Portuguesa. Para isso, fez-se necessária a implantação da imprensa. Segundo Juarez Bahia (2014), “é sob o signo do oficialismo e com atraso de três séculos que se inaugura a imprensa no Brasil, em 1808. A administração colonial portuguesa impede a tipografia e o jornalismo até a chegada de D.

João VI” (BAHIA, 2014, p. 12). Após a chegada da corte portuguesa no país, a imprensa pôde aportar “no Rio de Janeiro com uma tipografia completa [...] imprensa e livros entravam pela primeira vez em caráter oficial no país” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 18).

Ela nasceu e cresceu aos poucos, de forma tímida nos primeiros momentos. Era censurada, destinada a “reproduzir informações e documentos do governo.” (MELO, 2003, p. 21). Uma imprensa mais “voltada para as causas políticas e em menor escala para manifestações literárias.” (MARTINS; LUCA, 2010, p. 45).

Nesse contexto surge uma figura ímpar considerada por muitos pesquisadores - embora existam controvérsias entre historiadores que pesquisam o surgimento da imprensa no Brasil – o primeiro jornalista brasileiro: Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça. Nasceu na Colônia de Sacramento, na Cisplatina, em 1764, local do Brasil que mais tarde veio a integrar-se ao Uruguai. Segundo Lustosa, ele cresceu no Rio Grande “em família que conquistara riqueza e prestígio na região de Pelotas” (LUSTOSA, 2003, p. 9). Ainda jovem mudou-se para Coimbra e se formou em 1794. Quatro anos depois (1798) partiu de Lisboa para os Estados Unidos da América, pois recebeu uma missão diplomática a serviço do governo de Portugal com o objetivo de “recolher sementes e espionar um pouco dos avanços tecnológicos.” (LUSTOSA, 2003, p. 10).

Hipólito morou em território americano por dois anos e registrou no diário suas impressões acerca da vida cultural e como se configuravam as instituições norte-americanas no final do século XVIII. Segundo José Marques de Melo, “a memória dessa missão foi preservada sob a forma de Diário de Viagem, prenunciando a vocação do repórter que o autor desenvolveria dez anos depois em seu periódico.” (MELO, 2003, p. 29).

O registro feito por Hipólito pode ser considerado um documento útil para conhecer melhor o desenvolvimento dos Estados Unidos e o cotidiano de seus habitantes naquele período “através de seu olhar inteligente, ficamos conhecendo o lugar da mulher, do negro e do índio naquela sociedade.” (LUSTOSA, 2003, p. 10) Descobriu-se que os EUA tinham instituições culturais, sociais e políticas bem estruturadas, além de imprensa livre, processos eleitorais bem arquitetados, universidades, prisões e hospitais limpos e organizados. Ao se deparar com esse cenário, Hipólito não pôde deixar de fazer comparações com a realidade a qual estava familiarizado, ou seja, Brasil e Portugal seriam “atrasados, obscuros, dominados por uma aristocracia tacanha, vivendo sob um regime absolutista em que a Inquisição, da qual ele logo se tornaria uma vítima, ainda dominava.” (LUSTOSA, 2003, p. 10).

Na sua missão nos Estados Unidos conheceu também a maçonaria, a qual pressupunha liberdade religiosa, proibida pela Inquisição vigente naquele período em Portugal. Em 1800,

Hipólito retornou a Lisboa para trabalhar na Imprensa Régia com o objetivo de publicar livros de economia e de técnica. Dois anos depois (1802) realizou uma viagem oficial para Londres e teve contato com a maçonaria inglesa, considerada a mais importante e consolidada do mundo. Tal envolvimento lhe trouxe consequências, foi preso logo ao retornar para Portugal, uma vez que foi considerado “subversivo” aos olhos do Santo Ofício. Logo, “foi só mesmo fugindo que Hipólito conseguiu escapar da prisão, em 1805.” (LUSTOSA, 2003, p. 11).

Em Londres, trabalhou como professor de português, tradutor e ajudou a produzir uma gramática e obra sobre a história de Portugal. Em 1808, um fato inédito iria despertar seu interesse de Hipólito para uma nova produção que o levaria a ser conhecido como o primeiro jornalista brasileiro. O acontecimento foi a mudança de D. João VI e sua Corte para o Brasil.

Ele viu nesse contexto a chance de uma “transformação institucional profunda para o Brasil e para Portugal. A presença de D. João no Brasil era a possibilidade de progresso e desenvolvimento para sua pátria” (LUSTOSA, 2003, p. 13). Encontrou uma estratégia para ser participante no processo de mudança que tanto almejava ver e publicou o primeiro jornal brasileiro. Ao observar o exemplo da Inglaterra, percebeu que havia a monarquia constitucional, mas existia ao mesmo tempo um Parlamento atuante capaz de limitar o poder do rei e uma imprensa livre. Acreditando no “poder” da palavra impressa para gerar transformações políticas e sociais e, sob a proteção das leis inglesas, visto que era amigo do duque de Sussex, filho do rei, “sentia-se seguro para fazer observações e críticas à administração dos negócios portugueses que nenhum outro súdito português ousara até então.” (LUSTOSA, 2003, p. 14). Foi no exílio, a partir de 1º de junho de 1808, que foi criado o primeiro jornal brasileiro chamado de *Correio Braziliense*. Como afirmam as autoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca “oposicionista e crítico, o periódico era feito na Inglaterra, mas discutia os problemas da Colônia e atravessava o oceano Atlântico para circular por aqui.” (MARTINS; LUCA, 2010, p. 7).

Segundo Lustosa (2003) o jornal *Correio Braziliense* era produzido em Londres e enviado clandestinamente ao Brasil. Tal periódico é considerado o primeiro jornal do Brasil por ter apresentado um caráter noticioso e independente. Todavia, antes dele havia outro jornal que fora publicado o *Gazeta do Rio de Janeiro* editado por Frei Tibúrcio José da Rocha. Para Werneck Sodré (1999), o Frei “nada ganhava ‘para ser gazeteiro’: quatro anos aturou o ofício, e demitiu-se, sendo substituído por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães” (SODRÉ, 1999, p. 20, grifo do autor).

Juarez Bahia (2014) afirma que em maio de 1808 foram instaladas as oficinas da Impressão Régia e no mês de setembro passou a circular o *Gazeta*. O *Correio Braziliense* também conhecido como *Armazém Literário* foi publicado “pouco antes, em junho e durante 15 anos” (BAHIA, 2014, p. 12). O autor considera o jornal editado por Hipólito como “moderno, dinâmico, criativo. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política” (BAHIA, 2014, p. 12).

Apesar de ter circulado em terras brasileiras antes do jornal produzido por Hipólito, o *Gazeta* apresentava uma natureza oficialista e sofria penas da censura estatal, visto que os governantes instalaram prelos e tipografias visando a circulação do *Gazeta* como o primeiro jornal escrito em língua portuguesa na América. Em suma, devido a essa “inclinação” à coroa Portuguesa tal publicação não é considerada pela maioria dos pesquisadores de história do jornalismo como sendo o primeiro jornal impresso do Brasil (MEIRELLES, 2006).

Sodré (1999) caracteriza o *Gazeta* como um jornal oficial por ser produzido na imprensa oficial. Sobre o seu conteúdo comenta que “nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado.” (SODRÉ, 1999, p. 20).

Na imprensa régia o que era publicado nas páginas do *Gazeta* passava previamente por uma revisão detalhada com a finalidade de atender aos interesses da Coroa. Sodré explica que o “material de texto era extraído da *Gazeta*, de Lisboa ou de jornais ingleses, tudo lido e revisto pelo conde de Linhares, e depois, pelo conde de Galveias” (SODRÉ, 1999, p. 20, grifo do autor).

Lustosa ainda explica que “chamou-o de *Correio Braziliense* porque, naquele começo de século XIX, chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria” (LUSTOSA, 2003, p. 14, grifo da autora), os indígenas eram chamados de brasilianos, todavia os portugueses que mudaram para o Brasil ou aqueles/as que após a chegada à colônia nasceram eram chamados de brazilienses e era com esse público que Hipólito e suas publicações buscavam dialogar.

Diferente do formato dos jornais que conhecemos na atualidade, o *Correio Braziliense* poderia ser comparado a um livro tanto no conteúdo quanto na forma. Segundo Lustosa (2003) a maioria dos jornais da virada do século XVIII para o XIX tem poucas semelhanças com os impressos do tempo presente. Até mesmo o papel da imprensa naquele contexto era interpretado de modo diferente, uma vez que o jornalista era visto como um “educador” que buscava “suprir a falta de escolas e de livros através de seus escritos jornalísticos.”

(LUSTOSA, 2003, p. 15). A autora Lavina Ribeiro (2004), caracteriza o *Correio* como aquele que

imaginou e delimitou regras de funcionamento e parâmetros de reflexividade públicos, numa forte incorporação de elementos da esfera dos conhecimentos filosóficos, políticos, artísticos, e científicos em ebulição na Europa. Encontra-se um padrão amadurecido de jornalismo crítico, com ampla intersecção com o modelo das instituições criadas no processo de delimitação do novo espaço público emergente no interior da esfera privada e das sociedades modernas (RIBEIRO, 2004, p. 20).

O primeiro jornal impresso independente do Brasil era publicado mensalmente. Em cada edição havia aproximadamente 100 páginas divididas em sessões, a saber: “política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e, eventualmente, correspondência” (LUSTOSA, 2003, p. 15). Segundo Lustosa (2003), na miscelânea havia “Reflexões sobre as novidades do mês”, em que Hipólito apresentava documentos, resenhas de livros, comentários críticos e citações com análises. Foi nessa parte que ele evidenciou com mais clareza os projetos que idealizava para o Brasil e expressou seu posicionamento político.

No impresso Hipólito também se preocupava em publicar acontecimentos internacionais. Além de informar tinha, o objetivo de “conduzir” os moradores do Brasil a “simpatizarem-se” com as idéias liberais avessas ao Absolutismo. A publicação poderia ser considerada como “essencialmente política, que abriu espaço para a informação de natureza científica, quase sempre divulgando fatos e idéias gerados na Europa e considerados relevantes pelo jornalista para aplicação no Brasil.” (MELO, 2003, p. 29). Em 1822 foi declarada a Independência do Brasil e também o término do jornal, pois “Hipólito da Costa julgou encerrada sua missão, parando de publicar o *Correio Braziliense* em novembro daquele ano.” (LUSTOSA, 2003, p. 20, grifo da autora).

O jornalista desempenhou um papel de suma importância e pioneirismo na fundação do Jornalismo Brasileiro, porém ainda há controvérsias sobre ser de fato o primeiro jornalista do País. José Marques de Melo (2003) explica que a versão que perdurou por mais de meio século é de que Frei Tibúrcio José da Rocha seria o merecedor do “título” de primeiro jornalista do Brasil, visto que o Presidente Getúlio Vargas oficializou a celebração do Dia da Imprensa na data em que o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* foi lançado (a primeira edição foi publicada em 10 de setembro de 1808). Com a chegada do novo século, “o Congresso Nacional aprovou projeto de lei, sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, atribuindo essa primazia a Hipólito da Costa” (MELO, 2003, p. 30), levando em consideração a data de lançamento do primeiro *Correio Braziliense*, 1 de junho de 1808. Diante disso, “a

partir do ano 2000, a celebração do Dia da Imprensa passou a coincidir com aquela data.” (MELO, 2003, p. 30).

Todavia, há pesquisadores que não aceitam nenhuma das hipóteses citadas. No livro *Jornalismo Brasileiro*, José Marques de Melo (2003) explicita o exemplo da tese defendida pelo primeiro professor de Jornalismo do Brasil, Costa Rego, o qual acredita que Frei Tibúrcio e Hipólito da Costa não podem receber o “título” de primeiro jornalista brasileiro, uma vez que:

suas atividades não configuram o exercício autônomo do registro dos acontecimentos e sua interpretação não partidária. O primeiro por ser um duplo funcionário: do Estado português e da Igreja Católica; o segundo por ser um político organicamente vinculado ao capitalismo britânico, também comprometido com os interesses da Maçonaria (MELO, 2003, p. 30).

Para o professor Rego, o publicista Tavares Bastos é quem deve ser considerado o primeiro jornalista do Brasil. Justifica seu ponto de vista ressaltando o trabalho de militância que Bastos desenvolveu na imprensa do Segundo Reinado ao romper “amarras partidárias ou governamentais que desfiguravam os escritos dos homens públicos até então responsáveis pelo registro dos fatos e seus comentários nas páginas dos jornais e revistas brasileiras.” (MELO, 2003, p. 31).

Para identificar com clareza quem foi o primeiro jornalista do País acredita-se que ainda é necessário realizar uma sistematização dos dados e informações a partir de estudos e pesquisas de profundidade a serem realizados por historiadores da mídia. Mas, ainda assim, é possível concordar com as palavras de Marques de Melo de que “não existe dúvida sobre a natureza informativa do trabalho realizado por Hipólito José da Costa desde os seus tempos de juventude.” (MELO, 2003, p. 31).

Acredita-se que a primeira mulher a se profissionalizar como jornalista no Brasil foi Narcisa Amália de Campos, nascida em 3 de abril de 1852, em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro. Ela era filha de Narcisa Inácia de Campos (professora primária) e Jácome de Campos (poeta). Quando tinha 11 anos,

em 1863, se transferiu com a família para Resende (RJ). Aos 14 anos, em 1866, casou-se com *João Batista da Silveira*, artista ambulante, de vida irregular, de quem se separou alguns anos mais tarde [...] casou-se novamente em 1880, dessa vez com *Francisco Cleto da Rocha*. (TEIXEIRA, 2011, p. 6-7, grifo da autora).

Segundo Roberta G. Teixeira, no ano de 1884 – na cidade do Rio de Janeiro – a escritora buscou se dedicar ao magistério. Narcisa “publicou suas poesias na imprensa local,

nos jornais *A Imprensa* e *A República*, além do jornal *A Família*. Fundou, em 13 de outubro de 1884, o periódico: *A Gazetinha: folha dedicada ao belo sexo*.” (TEIXEIRA, 2011, p. 7, grifo da autora). O jornal *A Gazetinha: folha dedicada ao belo sexo* era publicado quinzenalmente. Narcisa “colaborou também com dezenas de jornais e revistas, a maioria fluminenses.” (AGUIAR, 2017).

Segundo o autor, a primeira mulher jornalista profissional também se aventurou na área da literatura produzindo duas obras relevantes: um livro de poesia intitulado *Nebulosas* que “alcançou grande repercussão nos meios literários em 1872, com poemas do Romantismo.” (AGUIAR, 2017) e no ano de 1874 “publicou um livro de contos, *Nelúmbia*.” (AGUIAR, 2017). O autor acrescenta que Narcisa ganhou projeção nacional ao escrever artigos defendendo as mulheres e o fim da escravidão.

O Segundo Reinado é marcado pelo avanço da imprensa, fato que ajudou o Jornalismo Brasileiro a dar os primeiros passos mais firmes e deixar de “engatinhar”. Crescimento que aconteceu com o alastramento dos prelos¹ nas províncias na primeira metade do século XIX, como explica Romancini (2007). O fato está relacionado “à própria constituição do periodismo político-partidário de importância nas revoltas ocorridas nas províncias” (ROMANCINI, 2007, p. 51).²

A imprensa estava intimamente ligada aos principais acontecimentos que geraram mudanças na esfera social e política do Brasil. Romancini destaca que “o aspecto mais marcante da imprensa no Segundo Reinado talvez seja, contudo, sua participação nas campanhas da Abolição e da República.

Ao longo do Segundo Reinado, com o apoio de Pedro II, houve mais “liberdade” na imprensa. Marques de Melo (2003) explica que, nesse contexto, destaca-se a conciliação das elites do país e a iniciativa dos Institutos Históricos na busca de reconstruir historicamente a trajetória do Jornalismo Brasileiro. Passam a considerar, por exemplo, os holandeses como pioneiros “na introdução da imprensa em terras brasileiras, contrastando com o ‘atraso’ dos portugueses, que a proíbem e reprimem.” (MELO, 2003, p. 21, grifo do autor).

¹ Prelo pode ser entendido como prensa. Um aparelho usado para reproduzir, com tinta, textos e imagens como se fosse uma impressora (FERREIRA, 2004).

² As principais revoltas provinciais que aconteceram nesse contexto foram: Guerra dos Cabanos em Pernambuco entre os anos de 1832 e 1835; no Pará foi a Cabanagem, que perdurou de 1835 a 1840; a Sabinada na Bahia, entre 1837 e 1838; no Maranhão a Balaiada, no período de 1838 a 1840; e a Guerra dos Farrapos, mais conhecida como Farroupilha, nos anos de 1836 a 1845, no Rio Grande do Sul (ROMANCINI, 2007).

Romancini (2007) explica que existem documentos que evidenciam a tentativa de inserção da tipografia quando houve a ocupação dos holandeses no Nordeste no período de 1630 e 1655. O principal motivo de implantar instrumentos para impressão tipográfica (por exemplo, os prelos) era a necessidade de resolver questões administrativas. Segundo ele, “foi selecionado um tipógrafo para trabalhar em Recife, porém ele morreu pouco depois de chegar ao Brasil – não se sabe se o maquinário veio ou não. Os holandeses continuaram tentando encontrar outro impressor, mas o esforço foi em vão.” (ROMANCINI, 2007, p. 17). Outra hipótese que levanta é de que embora não existam provas concretas, sessenta anos depois, quando já ocorrera a expulsão dos holandeses das terras brasileiras, foi realizada a primeira impressão no Brasil na cidade de Recife.

A autora Cremilda Medina (1988), afirma que foi em meados de 1890, em especial no Rio de Janeiro o qual era considerado um centro de decisões e de movimentação econômica, que surgiu a empresa jornalística no Brasil. Para ela, pode-se observar

duas tendências no sentido de transformar a atividade jornalística em exploração comercial e industrial: de um lado, os jornais como a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, tradicionais folhas que vêm do tempo do Império, modernizam-se (pelo menos quanto à estrutura econômica), adquirindo equipamento e passando a faturar, principalmente, a venda e espaço publicitário; de outro, surgem novos órgãos como o *Jornal do Brasil* e, pouco depois, o *Correio da Manhã*, já inteiramente estruturados como empresa e voltados, como qualquer negócio, para o lucro como objetivo (MEDINA, 1988, p. 47, grifos da autora).

Ao longo do século XIX, com a modernização da imprensa, o Jornalismo Brasileiro passa a ter sua própria identidade (com um misto de influências dos padrões franceses e norte-americanos). A rapidez da veiculação das informações através da imprensa e a modernização desse processo nos leva a perceber que o prazo temporal de divulgação dos conteúdos tornou-se ainda mais reduzido. Com menos tempo gasto para produzir os jornais, visto que não era realizado mais de forma artesanal como no passado, os leitores têm à disposição mais conteúdo. Sobre isso, Marialva Barbosa (2007, p. 26) explica que "a possibilidade de compor com mais rapidez o texto permite, por exemplo, a ampliação do número de páginas dos jornais". A autora ainda comenta que tal mudança pode ser atribuída a “possibilidade de compor o texto nas linotipos – que são introduzidas nos jornais cariocas a partir de 1892 [...] – traz profundas alterações também no cotidiano profissional dos antigos compositores tipográficos" (BARBOSA, 2007, p. 26).

Além da modernização na forma de se produzir o jornalismo impresso a primeira metade do século XIX no Brasil é marcada por um fenômeno que começou timidamente e ao

longo dos anos ganhou grandes proporções: a participação feminina na produção de impressos. Logo elas apareceram nas páginas dos jornais,

fosse como consumidora ou produtora, em geral às voltas com a moda e ensaios de literatura. O Espelho Diamantino (1827), o Correio das Modas (1839), no Rio de Janeiro, e o Espelho das Brasileiras (1831), no Recife, são referências iniciais de uma segmentação periódica voltada para um público tradicionalmente desconsiderado (MARTINS, 2015, p. 67).

Segundo Luca (2013), foi na primeira metade do século XX que a expressão "grande imprensa" veio a ganhar força e se consolidar. Ela explica que "grande imprensa" pode ser entendida, genericamente, como "o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro" (LUCA, 2013, p. 149).

A autora afirma que o surto industrial nesse período foi um dos fatores que favoreceram a circulação da informação. Diante disso, verifica-se que:

esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano - carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade e, nos anos 1920, o rádio - delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração (LUCA, 2013, p. 150).

Em suma, a partir do século XX há uma intensificação no processo de evolução das mídias. As transformações ocorridas nesse período em diante trazem mudanças no fazer jornalístico.

3.2 Diversificação

Nas últimas três décadas do século XX a imprensa brasileira passa por grandes transformações (ABREU, 2002). Segundo a autora, foram aplicados altos investimentos, principalmente em

equipamentos, novas técnicas foram introduzidas, a estrutura das empresas, assim como sua gestão administrativa, mudou, houve uma grande concentração dos veículos de comunicação e, por outro lado, um grande alargamento e diversificação do público consumidor, que hoje tem dimensão nacional (ABREU, 2002, p. 7).

Durante o século XX a imprensa³ passa por grandes alterações a fim de se manter em meio à concorrência com o rádio e a televisão. José Marques de Melo (2003) explica que isso acontece em meio ao contexto democrático que o Brasil viveu logo após a Segunda Guerra Mundial, “bem como as inovações tecnológicas da conjuntura desenvolvimentista, aceleradas com a abertura das nossas fronteiras à cultura transnacional, no alvorecer do século XXI.” (MELO, 2003, p. 9). A imprensa escrita deixa de ser o meio de comunicação “dominante” para dar espaço à radiodifusão⁴. Logo se nota a partir desse contexto novas possibilidades de atuação dos jornalistas, uma delas no mercado radiofônico.

Para Gisela Ortriwano (1985) o rádio foi inaugurado oficialmente no Brasil em 7 de setembro de 1922 para comemorar o Centenário da Independência “quando, através de 80 receptores especialmente importados para a ocasião, alguns componentes da sociedade carioca puderam ouvir em casa o discurso do Presidente Epitácio Pessoa.” (ORTRIWANO, 1985, p. 13). O Rio de Janeiro foi a primeira cidade a instalar uma emissora de rádio. Antes disso, porém, a autora explica que algumas experiências foram realizadas por

amadores, existindo documentos que provam que o rádio, no Brasil, nasceu em Recife, no dia 6 de abril de 1919, quando, com um transmissor importado da França, foi inaugurada a Rádio Clube de Pernambuco de Oscar Moreira Pinto, que depois se associou a Augusto Pereira e João Cardoso Ayres (ORTRIWANO, 1985, p. 13).

Embora, oficialmente, a primeira experiência radiofônica do Brasil aconteceu em 1922, a primeira emissora foi instalada apenas um ano depois, em 20 de abril de 1923. Segundo Ortriwano (1985), a partir dessa data, passa a funcionar a

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette Pinto e Henry Morize, impondo à emissora um cunho nitidamente educativo. Mas o rádio nascia como meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, então muito caros (ORTRIWANO, 1985, p. 13-14).

Meneguel e Oliveira (2013) explicam que o rádio manteve o caráter experimental até o começo da década de 1930. Nesse período, tal meio de comunicação era caracterizado como “organizado em sistema de sociedade, com uma programação voltada para a elite, o rádio teve

³ Ao mencionar imprensa não é considerado apenas o trabalho jornalístico de produção de jornais, mas também de revistas (importante produto que integra a mídia impressa brasileira).

⁴ Na radiodifusão verifica-se que por meio de ondas eletromagnéticas é possível fazer a transmissão de imagens ou de sons em programas.

um desenvolvimento lento até quando foram permitidas propagandas comerciais que levaram à organização de empresas para disputar o mercado.” (MENEGUEL; OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Com o passar dos anos, assim como aconteceu na mídia impressa, o rádio se popularizou. Com mais ouvintes de diferentes estratos sociais passou também a influenciar na criação de modas, tendências e comportamentos. Desse modo, “após o seu lançamento, o rádio passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, tornando-se um companheiro de todas as horas e um importante meio de informação e entretenimento.” (MENEGUEL; OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Assim como na imprensa, o rádio também foi utilizado para finalidades políticas. Uma figura emblemática que surge nesse cenário de expansão do trabalho jornalístico na mídia radiofônica é o presidente Getúlio Vargas. A partir de 1930 usou o rádio para “difundir o projeto político-pedagógico do Estado Novo, repassando a imagem de uma sociedade unida e harmônica, sem divisões e conflitos sociais.” (MENEGUEL; OLIVEIRA, 2013, p. 2). Esses “ideais” eram transmitidos em todas as emissoras do Brasil através do programa oficial “A Hora do Brasil”. Logo, percebe-se que apesar da imprensa escrita deixar o papel de protagonista, também no rádio, permaneceu o velho hábito do poder público de querer interferir no que era produzido a fim de manter sobre controle o meio de comunicação de massa e ainda utilizá-lo para manobras políticas.

Imprensa, rádio e eis que logo surge a TV no Brasil. Segundo Leal (2009) no período da década de 1930, “a idéia da radiodifusão ser considerada um serviço público, protegido e regulado pelo Estado estava, na verdade, regulamentando o rádio – que já existia – e a televisão – que viria a surgir em um futuro breve.” (LEAL, 2009, p. 3).

Nesse período surgem também as associações locais e regionais de jornalistas, visando zelar pelos direitos e deveres desse novo e importante ator social: o jornalista. É da década de trinta, mais precisamente em 30 de novembro de 1938, o surgimento da primeira legislação sobre a profissão ainda no governo de Getúlio Vargas juntamente com a assessoria dos sindicatos de jornalistas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ressalta-se que até então os homens e mulheres de imprensa exerciam várias profissões além do jornalismo. Esta era uma espécie de apêndice da profissão principal, por exemplo: Machado de Assis, Carlos Drummond, Monteiro Lobato e tantos outros literatos foram também homens de imprensa.

Sobre o surgimento da TV no Brasil, Jambeiro (2002) explica que o novo meio de comunicação no início esteve mais presente no Rio de Janeiro e São Paulo, centros com maior desenvolvimento econômico. Após alguns anos é que outras capitais e grandes cidades

tiveram acesso. O autor acrescenta que a TV surgiu oficialmente no País em 1950, porém sua consolidação ocorreu nos anos 60. Sobre isso, o autor afirma que

nos anos 50 a televisão era operada como uma extensão do rádio, de quem herdou os padrões de produção, programação e gerência, envolvidos num modelo de uso privado e exploração comercial. Nos anos 60 a televisão começou a procurar seu próprio caminho, a adquirir processos de produção mais adequados às suas características enquanto meio e transformou-se assim no poderoso veículo de transmissão de idéias e de venda de produtos e serviços que é hoje (JAMBEIRO, 2002, p. 51).

Segundo Leal (2009) a primeira transmissão de imagens no Brasil foi realizada pela *TV Tupi-Difusora* em 18 de setembro de 1950, na cidade de São Paulo. A emissora pertencia aos Diários Associados de Assis Chateaubriand⁵. Devido o rádio ser o meio de comunicação mais popular naquele período, para ganhar espaço a televisão teve que seguir uma estratégia: inspirar sua produção nos moldes existentes. Ou seja, a TV “brasileira teve de se submeter à influência do rádio, utilizando inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas.” (MATTOS, 1990, p. 6).

Contudo, foi apenas em 1º de abril de 1952 que foi transmitido o primeiro telejornal do País, considerado até os dias atuais como um marco na história do telejornalismo brasileiro. Recebeu o nome de Repórter Esso e “permaneceu ao ar até 31 de dezembro de 1970.” (LEAL, 2009, p. 6).

Com a chegada do século XXI os jornalistas se deparam com um novo meio de comunicação: a internet. Com o passar dos anos, tais profissionais descobriram nos portais a oportunidade de veiculação de notícias e posteriormente a possibilidade de interagir com o público. Desse modo, verifica-se que “a maioria dos sites jornalísticos surgiram como meros reprodutores do conteúdo publicado em papel. Apenas numa etapa posterior é que começaram a surgir veículos realmente interativos e personalizados.” (FERRARI, 2011, p. 17).

Ferrari (2011) conta que o pioneirismo de relacionar jornalismo e web foi do *The Wall Street Journal* veículo dos Estados Unidos da América. No ano de 1995 lançou o *Personal Journal*, que tinha como proposta “enviar textos personalizados a telas de computadores. A escolha do conteúdo e a sua formatação seriam feitos pelo próprio assinante, conforme suas preferências de leitura” (FERRARI, 2011, p. 17). O leitor recebia através de mensagem eletrônica “um portfólio pessoal com notícias sobre tudo aquilo que escolheu.” (FERRARI,

⁵ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, conhecido também como Assis Chateaubriand ou Chatô é considerado como um dos homens públicos de grande influência entre as décadas de 1940 e 1950. Exerceu várias funções ao longo da vida: foi professor, jornalista, mecenas, empresário e político.

2011, p. 17). A autora ainda explica que o surgimento de portais de notícias nos Estados Unidos foi desencadeado pela evolução dos sites de busca os quais “recorreram ao conteúdo como estratégia de retenção do leitor –, no Brasil os sites de conteúdo nasceram dentro das empresas jornalísticas. Alguns deles nem tinham a concepção de portal e evoluíram posteriormente para o modelo.” (FERRARI, 2011, p. 18).

No Brasil, a segunda metade da década de 1990 foi marcada pelo surgimento dos portais. Segundo Ferrari (2011), em maio de 1995 foi criado o *Jornal do Brasil* considerado como o primeiro site jornalístico brasileiro. Em seguida o jornal *O Globo* e a agência de notícias do Grupo Estado que recebe o nome de Agência Estado também criaram suas versões eletrônicas para a web. Ao longo dos anos é possível perceber que “o conteúdo jornalístico tem sido o principal chamariz dos portais. Pela possibilidade de reunir milhões de pessoas conectadas ao mesmo tempo, os sites do gênero assumiram o comportamento de mídia de massa.” (FERRARI, 2011, p. 20).

Com um número cada vez maior de internautas os portais de notícias ganharam leitores/assíduos, mas o trabalho dos jornalistas não parou por aí visto que uma nova realidade, cada vez mais crescente, se configura: a convergência midiática e o interesse do público em participar do processo de produção dos conteúdos e propagação dos mesmos na web.

Ao pensarmos sobre convergência midiática é interessante refletir que no campo comunicacional sempre existiu a discussão de que um novo meio de comunicação que nasce poderia tornar o anterior obsoleto e até mesmo contribuir para sua extinção. Por exemplo, a imprensa que diante do surgimento do rádio passou a apresentar uma produção mais segmentada/especializada a fim de despertar o interesse de vários públicos e assim manter os leitores. Apesar das mudanças ela não deixou de existir. O rádio enfrentou a concorrência da televisão, outrora era o meio de comunicação de massa com grande popularidade entre as famílias brasileiras. Era costume as pessoas se reunirem ao redor do aparelho de som para estar informadas e ainda se entreter com as músicas. Porém, veio a televisão e ocupou lugar de prestígio nos lares com o atrativo de oferecer informação e entretenimento através de sons e imagens. Com o passar dos anos a TV se fez presente na maioria das salas e/ou outros cômodos das casas no País. Surge então a internet e o jornalismo digital.

A web não extinguiu a imprensa, nem o rádio, ou até mesmo a TV, o que se nota é a intensificação do processo de convergência midiática. Sobre isso Henry Jenkins (2006) afirma que “se o paradigma da revolução digital presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão

interagir de formas cada vez mais complexas.” (JENKINS, 2006, p. 32-33). Sendo assim, é possível encontrar versões on-line de revistas e jornais, são vários os sites de emissoras de rádio e web rádios, e as emissoras de televisão também tem seus portais onde divulgam a programação e exibem reportagens e até mesmo telejornais na íntegra. Diante disso, os jornalistas buscam a cada dia aprender como desempenhar suas atividades de trabalho nesse novo cenário que se encontra em constante mudança. Jenkins (2006) explica que a convergência não deve ser entendida “principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos.” (JENKINS, 2006, p. 29). Pelo contrário, é preciso compreender que “a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos.” (JENKINS, 2006, p. 29-30).

Nesse contexto os profissionais do jornalismo também se deparam com uma intensificação da cultura participativa do público na produção de conteúdo. Através das mídias sociais, por exemplo, os internautas publicam fotos, vídeos e textos que podem ser utilizados em matérias jornalísticas. Além disso, tais publicações podem gerar ideias de pautas, levar os jornalistas a apurar denúncias e servir como ponto de partida para descobrir fontes em potencial para entrevistas. Desse modo, percebe-se que “as indústrias de mídia compreendem que a cultura está se tornando mais participativa, que as regras estão sendo reescritas e que os relacionamentos entre produtores e seus públicos estão em fluxo.” (JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 63).

Ao analisarmos a concepção de jornalismo ao longo da história, verifica-se que inúmeras mudanças ocorreram em relação a essa profissão, e também na maneira como os jornalistas desempenham suas funções. Diante dessa transição da identidade profissional do jornalista, percebe-se que havia uma concepção romântica (jornalismo como missão) desse intelectual, contudo devido a inúmeras mudanças na esfera social, econômica e política ocorreu uma intensificação do caráter empresarial da imprensa (passando a existir um “jornalismo de mercado”, em que as informações passaram a ser tidas como mercadoria) (PEREIRA, 2004, grifo do autor).

O jornalismo é uma profissão ambígua e de difícil definição. Sob o seu nome se manifestam uma multiplicidade de funções, meios e formas discursivas distintas. Diante disso, “o jornalista não é uma profissão fechada, de fronteiras estabelecidas” (PEREIRA, 2004, p. 1). Sobre a imagem que o jornalista tem na sociedade, Isabel Travancas afirma que ela oscila entre herói e bandido, “ou ele é visto como alguém que tem prestígio e poder, ou é tido como um marginal ou mesmo um elemento perigoso” (TRAVANCAS, 1992, p. 14).

O “papel identitário” do profissional do jornalismo se configura a partir da transição da visão romântica da profissão ao aprofundamento do caráter empresarial da imprensa, apresentado na concepção de “jornalismo de mercado”. Logo, essas mudanças afetam diretamente o perfil e a maneira de trabalhar do jornalista.

Ao analisarmos o ideário romântico do jornalismo, verifica-se que o jornalista teria um status diferenciado das demais profissões. Isso ocorre devido ao fato de que ele estaria prioritariamente, comprometido com a sociedade e com os valores democráticos que a envolvem, ou seja, pressupõe-se que havia uma responsabilidade social que deveria ser seguida no exercício dessa profissão.

Dentro da concepção romântica do jornalista é relevante ressaltar o surgimento da imprensa na França, no Brasil e também nos Estados Unidos. É necessário destacar que os três países citados, adotam tradições jornalísticas distintas. Sendo assim, verifica-se que “se, por um lado, os Estados Unidos – e mais tarde, o Brasil – enfatizam a produção de um jornalismo estritamente informativo, a tradição francesa deu preferência ao modelo interpretativo de imprensa” (PEREIRA, 2004, p. 3). Logo, “a função do jornalista nas sociedades democráticas se assemelharia em alguns pontos com a do educador, responsável por impor uma certa clareza ao caos dos acontecimentos” (PEREIRA, 2004, p. 3).

Devido a várias mudanças ocorridas na estrutura da sociedade, e também na esfera política e econômica da “idade de ouro” da imprensa (período que compreende o final da década de 1940 a meados da década de 1970, o qual representa o auge da Teoria da Responsabilidade Social nos Estados Unidos), verifica-se que o jornalismo “abandona” em grande parte a concepção romântica da profissão e passa a apresentar uma visão mais mercadológica, portanto percebe-se que a lógica empresarial passa a “alterar” a pauta jornalista, e o modo como os profissionais dessa área trabalham com as informações veiculadas nos meios de comunicação. Diante disso, percebe-se que “mudanças na estrutura das empresas de comunicação levaram a uma submissão da produção jornalística à lógica de exploração do sistema capitalista” (PEREIRA, 2004, p. 4).

A influência da lógica comercial nas redações favoreceu a ocorrência de uma redução de custos na fabricação de notícias, sendo assim passa a haver um processo de precarização do mercado de trabalho. Com isso, o texto jornalístico adquire um caráter cada vez mais instrumental, voltado para atender os interesses do mercado. Logo, percebe-se que o jornal passa a ser produzido como um manual para a vida cotidiana, e não mais como um meio de denunciar questões sociais e políticas para uma sociedade pautada na ética. As informações

passam a ser mercadorias, ao invés de “despertar” a capacidade de análise crítica do público em relação aos fatos transmitidos pelos meios de comunicação (MEDINA, 1988).

Nesse contexto, verifica-se que a mercantilização da imprensa exerce grande influência no exercício profissional e formação do/a jornalista. Além disso, percebe-se que a partir da implantação do “jornalismo de mercado” a idéia de “missão jornalística” diverge da lógica empresarial, alterando a configuração da identidade profissional do/a jornalista. Sobre isso, os autores Jacques Mick e Samuel Lima explicam que

a partir da expansão do alcance midiático e da redefinição dos conteúdos e processos produtivos, no contexto da redemocratização, os jornalistas teriam abandonado o romantismo e a ideologia, e tenderiam a se reconhecer como *experts* em uma atividade profissional assalariada semelhante a outras (MICK; LIMA, 2013, p. 17, grifo dos autores).

Para Ribeiro (2004), levando em consideração a institucionalização do jornalismo no Brasil a partir da segunda metade do século XX, ainda prevalecem duas correntes: o jornalismo moderno e o jornalismo missionário. Sobre esses dois pólos de atuação, a autora explica que

um deles está ligado à racionalização dos seus procedimentos técnicos operacionais, à incorporação de novas tecnologias, convivendo, neste aspecto, com variáveis oriundas do crescimento dos centros urbanos e da complexificação da rede de relações e práticas humanas. O outro, ligado à reativação de suas potencialidades como agente opinativo tradicionalmente ainda central no cenário político das grandes cidades (RIBEIRO, 2004, p. 27).

Em suma, no jornalismo do século XX, é possível atuar em diferentes seguimentos. Diante disso, há também, uma pluralidade com relação ao perfil dos profissionais da área.

3.3 Perfil atual

Para saber quantos jornalistas existem no Brasil, suas características, em quais áreas atuam (docência e/ou mercado), dentre outras questões, os professores Jacques Mick, Alexandre Bergamo e Samuel Lima coordenaram um projeto de pesquisa intitulado “Perfil profissional do jornalista brasileiro” (MICK; LIMA, 2013). Um trabalho de profundidade e rico em dados. Uma oportunidade para conhecermos melhor o contexto da profissão no País e descobrirmos algumas características dos “colegas”, por exemplo: em quais regiões vivem, qual função exercem e em que área, qual o posicionamento político, uma média salarial de

acordo com o trabalho que desenvolvem, etnia, religião, idade, gênero, entre outros aspectos que traçam tal perfil.

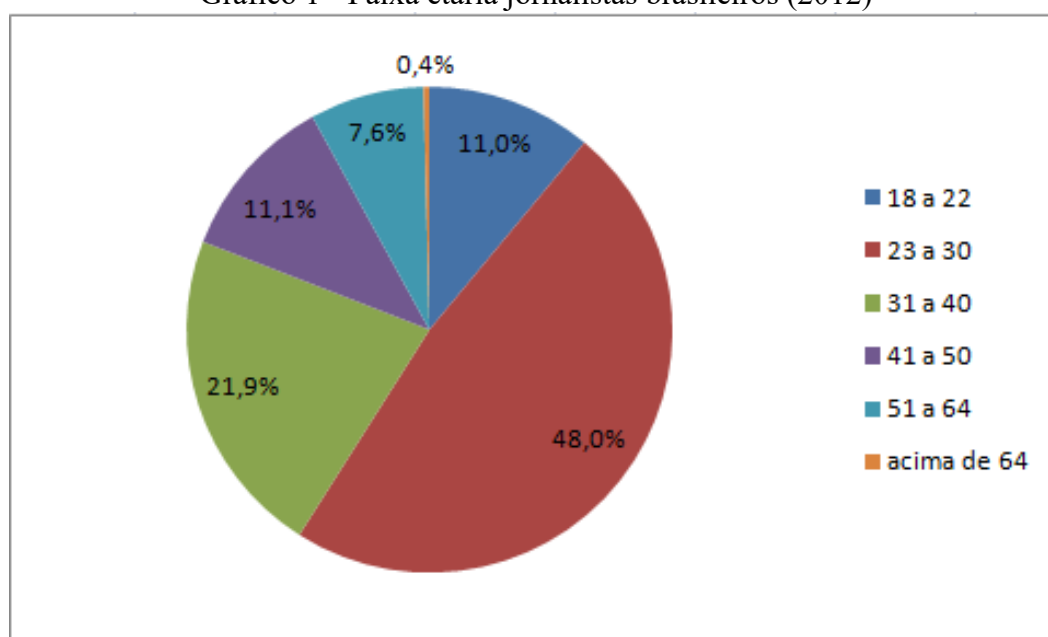
A pesquisa foi publicada no livro *Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*, por Mick e Lima em 2013. A obra apresenta os resultados do estudo realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e contou com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ).

Foram apresentados, em tal pesquisa, resultados de uma enquete realizada em rede e com participação espontânea, com um total de 2.731 respostas. Sobre as amostras, os autores dividiram-nas “por região, tomando como parâmetro a distribuição regional dos registros de jornalista profissional emitidos pelo Ministério do Trabalho.” (MICK; LIMA, 2013, p. 16).

Os autores descobriram que a categoria profissional de jornalistas brasileiros é formada principalmente por mulheres jovens e brancas. Os pesquisadores atribuem a juvenilização da categoria à crescente oferta de vagas e cursos de graduação em jornalismo. Ressaltam que “parcela expressiva dos estudantes se engaja desde cedo na vida profissional, como estagiários ou em funções de baixa remuneração, com ou sem carteira assinada: esta é a principal dinâmica de acesso ao mercado de trabalho” (MICK; LIMA, 2013, p. 33).

Na pesquisa os autores apresentam vários dados estatísticos. No Gráfico 1 é possível conferir como se distribui a faixa etária da categoria

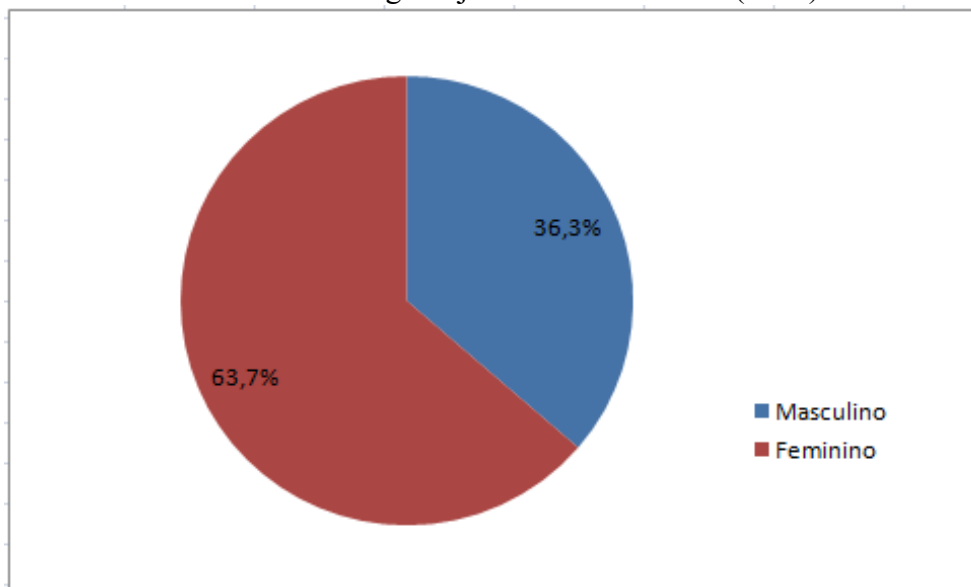
Gráfico 1 - Faixa etária jornalistas brasileiros (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Sobre o sexo da categoria profissional verifica-se no Gráfico 2 que o feminino é predominante.

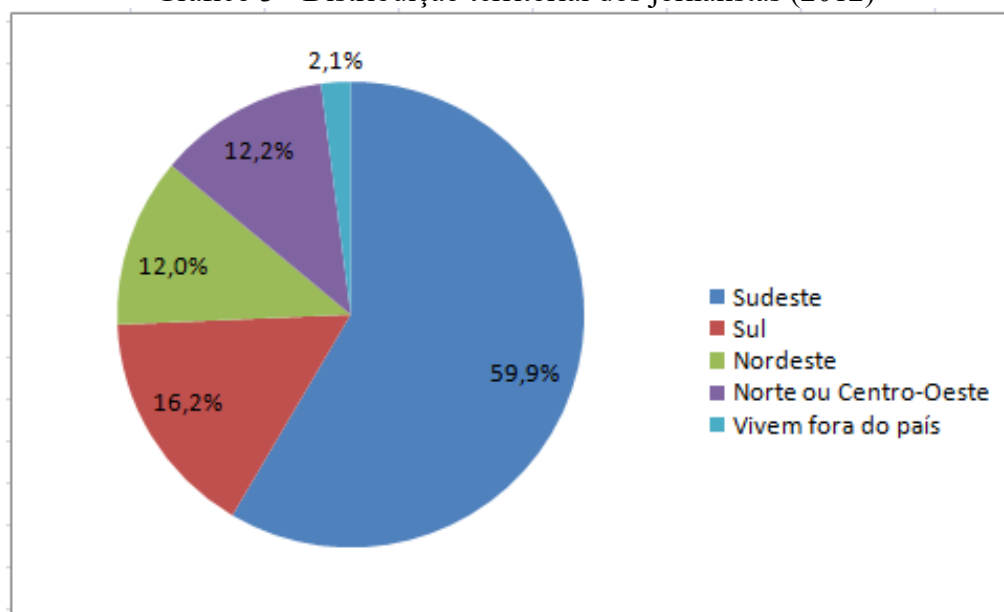
Gráfico 2 - Sexo da categoria jornalística do Brasil (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Os autores acreditam que essa disparidade deve aumentar na próxima década, uma vez que “nas faixas até 30 anos, as mulheres são mais de 69% da categoria. Esse fator também está relacionado à expansão da oferta de cursos superiores na área, nos quais a presença feminina também tende a ser bastante superior à masculina.” (MICK; LIMA, 2013, p. 33). Além do sexo, a distribuição territorial dos jornalistas foi um dos critérios do plano amostral. Os autores identificaram que há mais profissionais da categoria na região Sudeste, em segundo lugar no Sul, em terceiro está a região Nordeste, vivem em menor quantidade nas regiões Norte e Centro-Oeste e uma pequena parcela reside fora do País. É possível visualizar com mais clareza essa divisão no Gráfico 3.

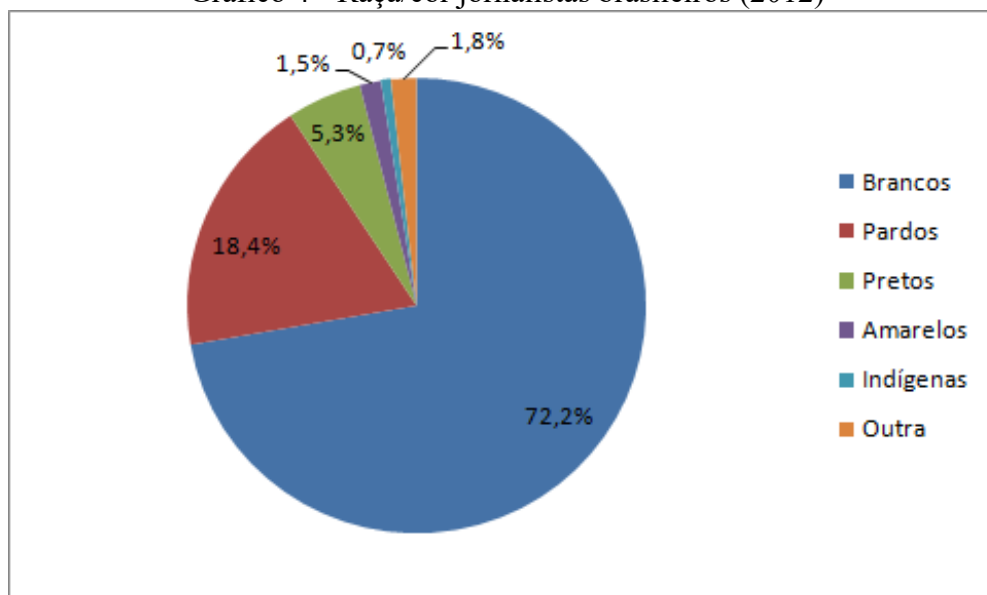
Gráfico 3 - Distribuição territorial dos jornalistas (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Outro critério que faz parte do plano amostral da pesquisa é cor/raça⁶. Os autores explicam que a distribuição dos jornalistas por etnia é muito distinta se comparada às características da população brasileira. A cor/raça dos profissionais está apresentada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Raça/cor jornalistas brasileiros (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

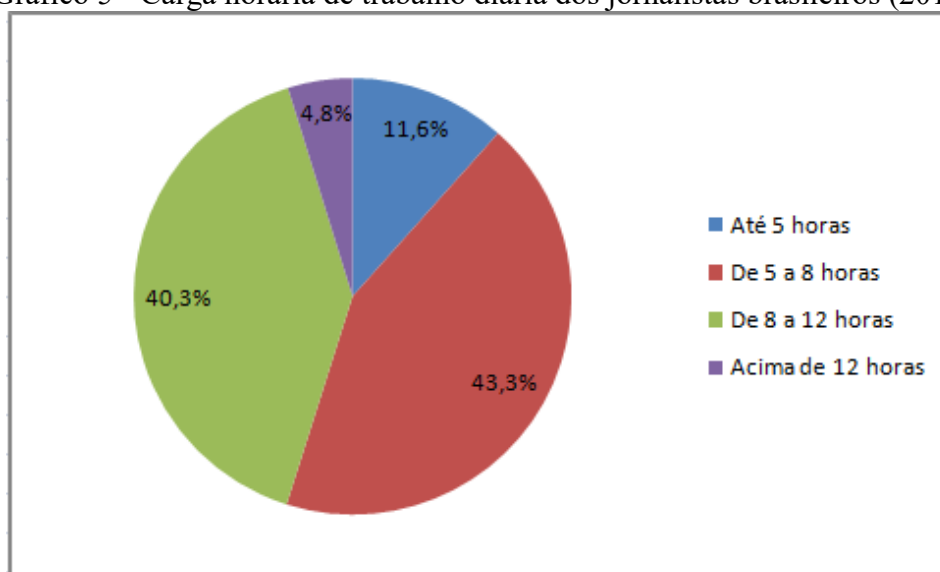
⁶ Os autores Mick e Lima (2013) utilizam a nomenclatura pretos, pois consideram negros os pretos e pardos. É a forma utilizada também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante disso, no gráfico foi escrito pretos.

Referente à declaração de cor/raça dos brasileiros que não são jornalistas, Mick e Lima (2013) explicam que segundo o Censo 2010 se classificaram como brancos 47,7%, se declararam pardos 43,1%, negros eram 7,6%, 1,1% das pessoas eram amarelas e 0,4% se consideravam indígenas. Logo, percebe-se uma disparidade entre o total de profissionais do jornalismo e a quantidade de negros (pretos e pardos), a qual “é inferior à metade da presença dessa população no Brasil (23,7% na categoria contra 50,7% no país). O dado provavelmente reflete a desigualdade de acesso ao ensino superior no Brasil, em função de cor ou raça, também constatada no Censo 2010.” (MICK; LIMA, 2013, p. 34).

O plano amostral apresentado na pesquisa *O perfil profissional do jornalista brasileiro* indica também o estado civil dos profissionais da categoria, sendo: 60,5% solteiros, 22,4% casados, 11,4% em união estável, 1,6% separados, 3,6% divorciados e outras definições como “namorando”, “morando com o/a companheiro/a” e viúvos equivalem a 0,4%. Dos respondentes, 51,4% se declararam praticantes de alguma religião, 40,1% não praticam e 8,5% são ateus. Apenas 25,2% dos profissionais que participaram da pesquisa estão associados a algum tipo de sindicato, desse total de sindicalizados “90,2% estão em sindicatos de jornalistas; outros 8,0% em sindicatos de professores; por fim, 16% estão vinculados a sindicatos de outras categorias.” (MICK; LIMA, 2013, p. 37). Os autores acrescentam que 75,2% dos jornalistas têm registro profissional e 24,8% não, portanto “um em cada quatro jornalistas no Brasil não tem registro profissional.” (MICK; LIMA, 2003, p.43).

Sobre a carga horária de trabalho dos jornalistas brasileiros nota-se que a maior parte trabalha mais de 8 horas por dia. No Gráfico 5 é possível conferir mais detalhes.

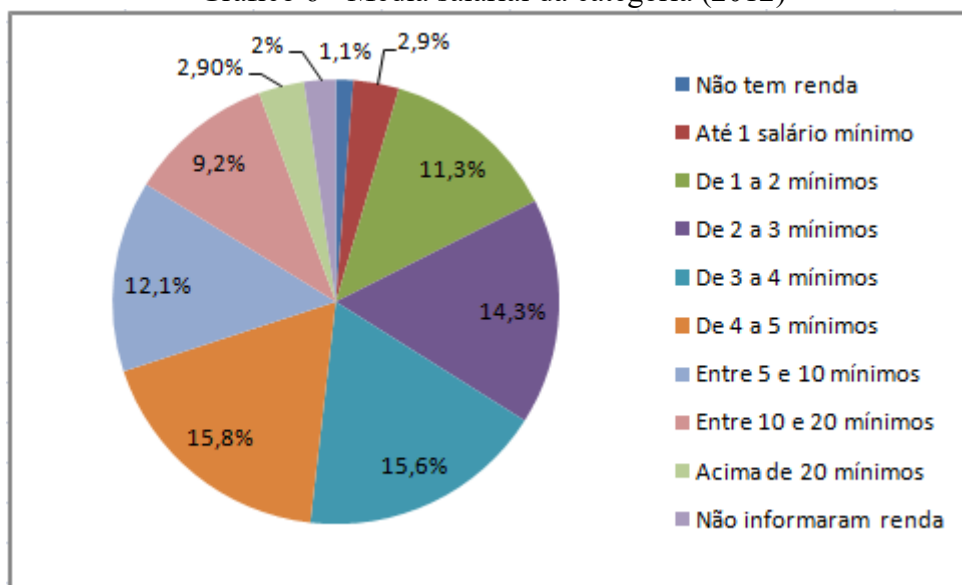
Gráfico 5 - Carga horária de trabalho diária dos jornalistas brasileiros (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

A média salarial dos profissionais da categoria pode ser observada no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Média salarial da categoria (2012)



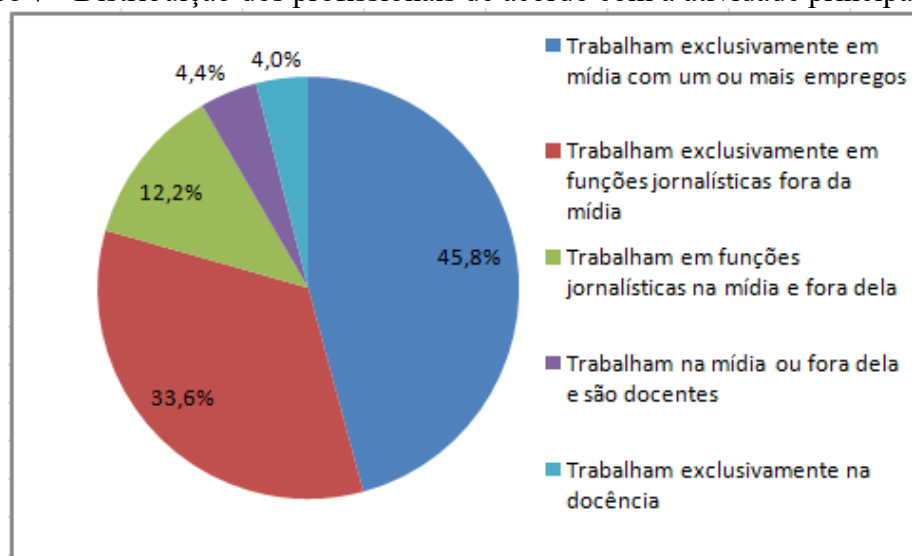
Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Por meio da pesquisa os autores descobriram que fatores etários e de gênero interferem na distribuição de renda entre os profissionais da categoria. Diante disso, 95,7% dos jornalistas com até 22 anos e 74,4% que apresentam de 23 a 30 anos recebem até 5 salários mínimos. Estão no topo da pirâmide como sendo os mais remunerados – recebem mais de 10 mínimos – 38,1% com idades entre 51 e 64 anos e 32,1% que têm de 41 a 60 anos, “ambos, segmentos majoritariamente masculinos” (MICK; LIMA, 2013, p. 47).

Outro fato ressaltado pelos pesquisadores é que homens, em sua maioria, são mais bem remunerados se comparado às mulheres. Sobre isso, declaram que “as mulheres são percentual maior que os homens em todas as faixas de renda até 5 mínimos. Os homens são a maioria em todas as faixas superiores a 5 mínimos. Apenas 31,9% das mulheres têm salários superiores a 5 mínimos.” (MICK; LIMA, 2013, p. 47).

Na pesquisa também foi avaliada, de forma quantitativa, a distribuição dos jornalistas por tipo de atividade principal que desempenham. Na categoria “mídia” os autores se referem aos veículos de comunicação, produtoras de conteúdo e outros; “fora da mídia, em docência” está relacionada com a formação superior de profissionais do jornalismo ou em diferentes áreas do conhecimento; por fim, na categoria “fora da mídia, em outras atividades” os autores consideraram assessoria de imprensa ou comunicação ou ações distintas que usam o conhecimento jornalístico e “trabalho exclusivo na docência no Ensino Superior”. No Gráfico 7 é possível conferir de forma mais clara como acontece essa distribuição.

Gráfico 7 - Distribuição dos profissionais de acordo com a atividade principal (2012)



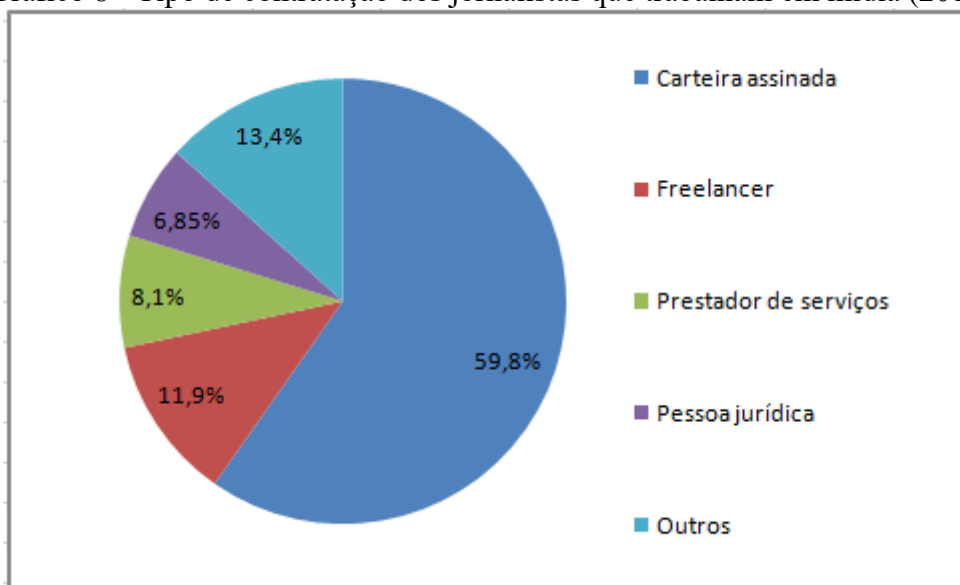
Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

É possível notar que grande parte dos jornalistas entrevistados na pesquisa, o equivalente a 45,8% trabalha exclusivamente em mídia com um ou mais empregos. Esse acúmulo de funções possivelmente pode estar ligado à

expansão do capitalismo financeiro e suas transformações em todo o mundo, o jornalismo ganha maior importância para os negócios e acaba se submetendo às demandas do setor comercial da empresa, o que resulta na precarização dos vínculos empregatícios (SPANNENBERG; SOARES, 2014, p. 10).

Outro critério observado no plano amostral foi o tipo de contratação dos profissionais que trabalham em mídia. Descobriu-se que 3,8% desses/as jornalistas são empresários, 6,5% trabalham no setor público e 3,1% dos profissionais apresentam outros tipos de vínculo. No Gráfico 8 encontram-se mais informações.

Gráfico 8 - Tipo de contratação dos jornalistas que trabalham em mídia (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Como observado no Gráfico 7, outra área profissional em que jornalistas brasileiros podem trabalhar é na docência no Ensino Superior. A seguir, são apresentadas informações sobre a institucionalização do curso de Jornalismo no Brasil e resalta-se alguns aspectos da profissão docente na área.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO NO BRASIL E A DOCÊNCIA

4.1 Docência e história: primórdios

Para entender como se constituiu o campo de atuação da docência no Ensino Superior em Jornalismo é válido ressaltar como e em qual contexto surgiu o primeiro curso de Jornalismo no Brasil.

Segundo Gisely Hime, “a imprensa brasileira, durante a Era Vargas, toma consciência de sua força política e passa a questionar o valor de sua missão” (HIME, 2005, p. 2). Nesse contexto, são realizados diversos seminários e congressos para discutir sobre o trabalho da categoria profissional jornalística. São várias as demandas que surgem, dentre elas destacam-se: a luta pela formação e o aprimoramento dos jornalistas em exercício.

A autora explica que, no Primeiro Congresso da Imprensa do Estado de São Paulo, realizado em 1933, foi criada a Associação Paulista de Imprensa (API). Vários assuntos foram debatidos nesse evento, por exemplo, “fala-se, pela primeira vez, na organização de cursos e escolas jornalísticas, que deveriam ser apoiados e promovidos pela API, no intuito de capacitar o jornalista.” (HIME, 2005, p. 3). Outra proposta é “realizar provas eliminatórias de aptidão para ingresso no curso de jornalismo. Os cursos, aliás, deveriam ser dirigidos não apenas aos interessados em ingressar na profissão, mas aos que, já estando nela, precisassem se aperfeiçoar.” (HIME, 2005, p. 3)

No ano de 1935 surge o projeto de implementação do primeiro curso de jornalismo do Brasil na Universidade do Distrito Federal, dirigido por Costa Rego. Entretanto, foi fechado em 1939 pela ditadura do Estado Novo. Sobre isso Lidianie Diniz explica que

a história da Universidade do Distrito Federal — UDF perpassa por sua experiência singular na institucionalização do ensino superior no Brasil. Fruto de um movimento educacional liberal pelo saber desinteressado e comprometido com a verdade, a universidade carrega a honra de ter instituído o primeiro curso de Jornalismo no país. Sistematizado pelo jornalista Pedro da Costa Rego, editor chefe do Correio da Manhã, o curso de Jornalismo foi relegado ao esquecimento, após o fechamento da instituição em razão do Golpe de Getúlio Vargas (DINIZ, 2010, p. 1).

A primeira faculdade de jornalismo do país nasce então em 1943⁷, mas por causa de entraves legislativos, surge oficialmente no dia 16 de maio de 1947, data que coincide com a comemoração do 41º aniversário do jornal “*A Gazeta*” (FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO, 2017). A ideia foi idealizada pelo empresário e jornalista paulistano Cásper Líbero. Ele acreditava ser importante investir na formação profissional dos jornalistas para que o jornalismo desenvolvido no Brasil pudesse ser feito com qualidade. Segundo Hime, “Cásper manteve-se ligado a todos os movimentos da classe, onde a discussão sobre a necessidade de se investir na formação profissional ocupa toda a década de 1930.” (HIME, 2005, p. 1).

De acordo com a autora, ele também se preocupava com a situação política e social do país e a influência do jornalismo nesse contexto, sendo assim “julgava fundamental para os futuros rumos da Nação investir na formação cultural do povo e das elites, por outro, não tinha dúvidas quanto à influência do jornalismo nesses rumos.” (HIME, 2005, p. 1). Acredita-se que outra motivação que o levou a fundar a primeira faculdade de Jornalismo do País seria a capacitação de futuros profissionais para trabalhar na empresa jornalística da qual era dono, *A Gazeta*. Logo, esperava que:

participando da formação daqueles que futuramente integrariam os quadros d'A Gazeta, a tarefa de administrá-la se tornaria muito mais fácil. [...] Por isso, ao se envolver diretamente na formação dos futuros jornalistas, Cásper também tinha em vista a administração do seu próprio empreendimento. A prática do dia-a-dia foi fundamental para essas conclusões. Conforme apontam vários depoimentos de antigos funcionários, o jornalista tinha o costume de contratar jovens interessados em ingressar na profissão, dedicando-se, ele próprio à sua formação. (HIME, 2005, p. 1-2).

Para implantar a faculdade no Brasil fez visitas de campo na Europa e Estados Unidos, a fim de compreender como o curso de jornalismo era desenvolvido na prática e como executá-lo. Segundo Hime, ao ter contato com distintos modelos, Cásper, buscou fundamentar o curso “nas Ciências Humanas, com aulas de ‘português, prosa, estilo, literatura, eloquência, história e filosofia’⁸, mas com aulas práticas conduzidas nos jornais e rádio da Fundação recém-criada.” (HIME, 2005, p. 2, grifo da autora).

⁷ A primeira faculdade de jornalismo do Brasil surge no testamento de Cásper Líbero. Para conhecer os pormenores da criação do curso e mais detalhes sobre o fundador recomenda-se a leitura do artigo *Na Fundação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil, Cásper Líbero Gera o Conceito de Jornalismo Moderno* da autora Gisely Valentim Vaz Coelho Hime, publicado em 2004, na revista *PJ:BR Jornalismo Brasileiro* (ISSN 1806-2776) (HIME, 2004).

⁸ Este trecho do testamento de Cásper Líbero está disponível em <http://fcl.com.br/faculdade/> (FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO, 2017).

A pesquisadora revela outra curiosidade sobre a fundação da Faculdade de Jornalismo da Cásper Líbero. Ressalta que a proposta do fundador não era apenas oferecer um curso de nível Superior, mas iniciar a formação ainda mais cedo “no secundário, como um curso técnico, a ser complementado em estudos universitários.” (HIME, 2005, p. 2). Contudo, tal ideia não se concretizou “o empresário [...] não teve tempo de desenvolver e implementar o modelo do curso tão sonhado, tendo falecido em acidente de avião em agosto de 1943.” (HIME, 2005, p. 2).

Além de pesquisar sobre o surgimento da imprensa brasileira, José Marques de Melo se dedicou em desvelar o exercício de jornalista nesse contexto. Sobre isso o autor explica que no século XX, geralmente, a profissão de jornalista

constituía mercado cativo dos filhos da aristocracia rural ou da burguesia em ascensão. Os postos nas redações de jornais eram ocupados predominantemente por homens (filhos, sobrinhos ou como uma “escada”, naquela expressão cunhada por Max Weber: usar o jornalismo como instrumento para “subir” na vida, por meio da política ou do negócio, ou combinando os dois) (MELO, 2006, p. 157, grifos do autor).

Em busca de espaço e oportunidade para trabalhar como jornalistas a opção que os jovens da classe média tinham era de “comprovar” que estavam aptos a ingressar nesse universo de trabalho, sendo o diploma uma estratégia para alcançar tal objetivo. A respeito disso, o autor comenta que tais jovens

afluem com sofreguidão às escolas de jornalismo que se criam na década de 1940, pretendendo enfrentar as barreiras sociais com o símbolo da ‘competência’ (o diploma)... E aí estão presentes as mulheres, que abrem espaço pouco a pouco: na primeira turma formada pela paulistana Escola Cásper Líbero, em 1949, eram somente duas as mulheres jornalistas, num grupo de dezessete (10%); na quarta turma, em 1952, elas já eram nove, num grupo de 26 (30%); em 1950, elas eram onze, num grupo de 22 (50%). Fazendo um retrospecto dessas primeiras mulheres-jornalistas-com-diploma, verifica-se que a maioria delas conquistou seu próprio espaço, ganhando ascensão profissional social no âmbito da imprensa. (MELO, 2006, p. 157-158, grifo do autor).

Pode-se entender o surgimento do primeiro curso de Jornalismo do Brasil como o princípio de um novo cenário acadêmico e profissional. Um ponto de partida para a expansão do saber jornalístico e consolidação da docência no País. Além disso, com diploma em mãos

mulheres e homens de classe média teriam maiores chances de conseguir ingressar no mercado de trabalho e deixar as redações jornalísticas⁹ mais “plurais”.

As pesquisadoras Fúlvia Rosemberg, Regina Pinto e Esmeralda Negrão (1982) produziram a obra *A Educação da Mulher no Brasil*. Elas acreditam que

ao invés de pensar que a expansão das oportunidades do mercado de trabalho para a mulher se dá principalmente através da qualificação desta mão-de-obra, deve-se procurá-la na própria estrutura do mercado, mais, ou menos necessitada de trabalhadores (ROSEMBERG; PINTO; NEGRÃO, 1982, p. 14).

Tal afirmação nos leva a refletir que possivelmente não foi apenas o diploma – apesar de ter sido de grande importância – que conferiu às mulheres a oportunidade de ingressarem no mercado de trabalho, especialmente na imprensa, mas também a demanda por mais mão de obra. Movimento parecido com o que ocorrera na educação infantil em que a mulher conquistou espaço com a evasão dos homens no magistério.

Guacira Lopes Louro (1997) lembra que o início da atividade docente no Brasil – assim como em outras sociedades – foi realizada por homens. A princípio,

por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759. Posteriormente, foram homens que se ocuparam do magistério com mais frequência, tanto como responsáveis pelas “aulas régias” – oficiais – quanto como professores que se estabeleciam por conta própria. Agora, no entanto, as mulheres eram também necessárias [...] as classes de meninas deveriam ser regidas por ‘senhoras honestas’ (LOURO, 1997, p. 449, grifo da autora).

Em meados do século XIX percebe-se uma “feminização do magistério” em que a presença de professoras se tornava cada vez maior em um cenário que era conhecido por ser tipicamente masculino. Louro (1997) e Souza (1998) elucidam que houve alguns motivos que levaram ao movimento dos homens “abandonarem”, pouco a pouco, as salas de aula: o processo de urbanização e a industrialização que aumentava as oportunidades de trabalho mais bem remuneradas para o gênero masculino.

Entretanto, esse processo de mudanças aconteceu em meio a críticas e diferentes pontos de vista. Sobre isso, Louro afirma que “a identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão *natural*, era alvo de discussões, disputas e polêmicas.” (LOURO, 1997, p. 450, grifo da autora). Algumas pessoas consideravam que a docência não

⁹ Nesse caso, redações jornalísticas referem-se aos locais de trabalho dos jornalistas.

poderia ser realizada por mulheres por não serem preparadas e por terem cérebros “pouco desenvolvidos” devido ao “desuso”. Para outros, as professoras estariam aptas a trabalhar na educação infantil tendo em vista que

as mulheres tinham por ‘natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras ‘naturais educadoras’ [...]. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espíritual’ (LOURO, 1997, p. 450, grifo da autora).

Essa ideia de a docência ser vista como um “sacerdócio” mais do que uma “profissão” ajuda a justificar a saída dos homens das salas de aula que passam a estar mais interessados em outras ocupações, de preferência, mais rentáveis. Tal discurso também ajuda a legitimar o ingresso delas nas escolas, uma vez que ficavam restritas ao universo da igreja e do lar (CAMPOS, 2009; LOURO, 1997; SOUZA, 1998). Portanto, a partir desse momento associam-se características consideradas como “femininas” para o exercício do magistério. Algumas delas são: “paciência, minuciosidade, afetividade, doação.” (LOURO, 1997, p. 450). Em suma, é interessante perceber como, mesmo em áreas diferentes de atuação (educação e jornalismo), acontecem movimentos parecidos, principalmente o de “feminização”. As redações, a princípio predominantemente masculinas, passam a ter espaço para as mulheres, uma vez que alguns jornalistas buscam galgar outros postos de trabalho. Conforme observamos no estudo desenvolvido pelos pesquisadores da UFSC, *Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro*, nos dias atuais no Brasil também há um processo de feminização do jornalismo.

Com o passar dos anos outros cursos de Jornalismo, alguns intitulados como Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, surgiram no País¹⁰. Na USP, o curso iniciou na Escola de Comunicações Culturais, que surgiu em 1966 e, atualmente, é conhecida como Escola de Comunicações e Artes (ECA)¹¹. O curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da UFRJ faz parte da Escola de Comunicação (ECO) fundada em 1967¹². No

¹⁰ Os cursos exemplificados neste parágrafo foram escolhidos, pois pertencem as universidades em que as docentes entrevistadas para essa dissertação se graduaram e atuaram (ou ainda atuam). No capítulo 2 dessa pesquisa serão apresentadas informações mais detalhadas sobre a formação e história de vida de tais professoras.

¹¹ Em 2016 a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo fez 50 anos e para comemorar, desenvolveu um projeto de reconstrução da memória da instituição por meio de registros audiovisuais e documentais que podem ser acessados no link <http://www2.eca.usp.br/memorias/pt-br>.

¹² A Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro completou, em 2017, 50 anos de existência. É possível conhecer mais sobre o curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, no link <http://www.eco.ufrj.br/index.php/graduacao/habilitacoes/jornalismo>.

ano de 1968, a Universidade Federal Fluminense (UFF) inaugurou o curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, que em 2016 passou a ser chamado apenas de curso de bacharelado em Jornalismo, o qual integra o Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)¹³.

4.2 Perfil docente

Cristiane Bernardo e Inara Leão (2012) apresentam resultados de uma pesquisa sobre a educação jornalística no Brasil que tem como objeto de análise as matrizes curriculares de todos os cursos de Comunicação Social com habilitação em jornalismo do Brasil. As autoras desenvolveram um diagnóstico das estruturas curriculares do curso levando em consideração todas as regiões para traçar um desenho da estrutura nacional. Através do Portal Siedsup¹⁴ as pesquisadoras consultaram quais eram os cursos de jornalismo existentes. A partir do levantamento constataram que existem no total 375 cursos, sendo: 25 na região Norte, no Nordeste 62, no Centro Oeste 31, no Sudeste 194 e na região Sul 61 cursos (BERNARDO; LEÃO, 2012).

Na pesquisa *Perfil profissional do jornalista brasileiro*, Jacques Mick e Samuel Lima (2013) também trouxeram dados relevantes sobre os cursos de Jornalismo no Brasil. Antes do ano 1970 havia no país 18 cursos, até 1980 o número cresceu para 51, até 1990 eram 61, até os anos 2000 a quantidade era de 137 e, até 2010, o número de escolas de Jornalismo somava um total de 317.

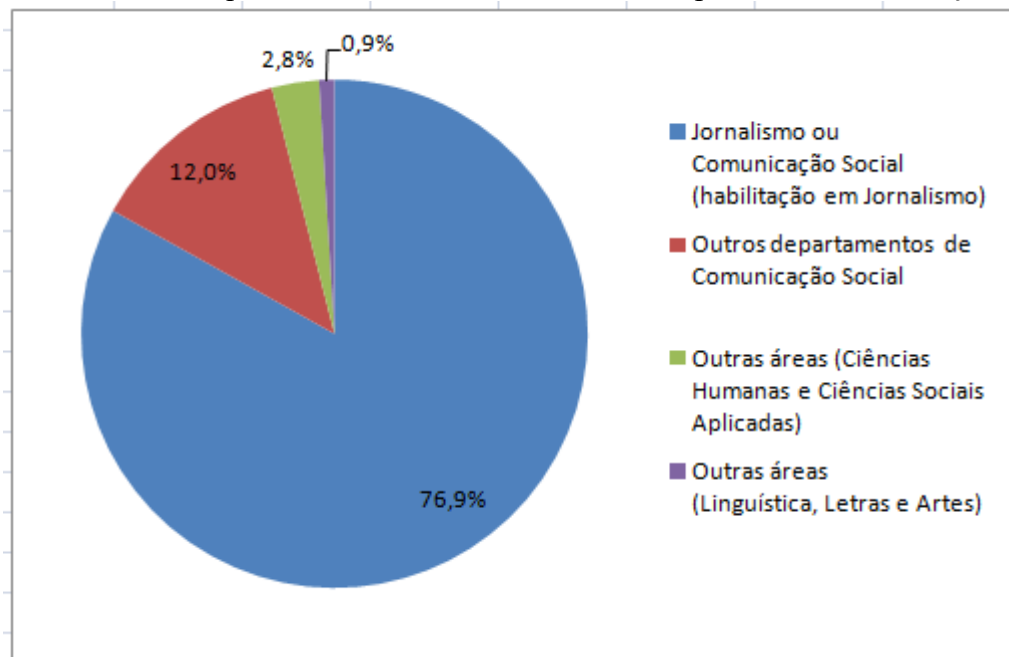
Com o aumento do número de cursos da área no País cresce também a demanda de docentes. Dos 2.731 respondentes da pesquisa de Mick e Lima (2013), 107 jornalistas disseram que trabalham como docentes, o equivalente a 5,2% da amostra. Os autores reconhecem que seria necessário fazer uma pesquisa específica com uma amostra maior para traçar um perfil mais detalhado dos docentes em jornalismo no Brasil, contudo, os dados que encontraram ajudam a dar pistas do perfil de tais profissionais.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 9, atualmente, lecionam em jornalismo 76,9% dos respondentes, os demais trabalham em outros departamentos de Comunicação Social e outras áreas.

¹³ Para informações detalhadas do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense, basta acessar o link. www.uff.br/?q=curso/comunicacao-social-jornalismo/34795/bacharelado/niteroi.

¹⁴ Dados recuperados em www.educacaosuperior.inep.gov.br, em fevereiro 2017.

Gráfico 9 - Jornalistas que trabalham como docentes e os departamentos de atuação (2012)

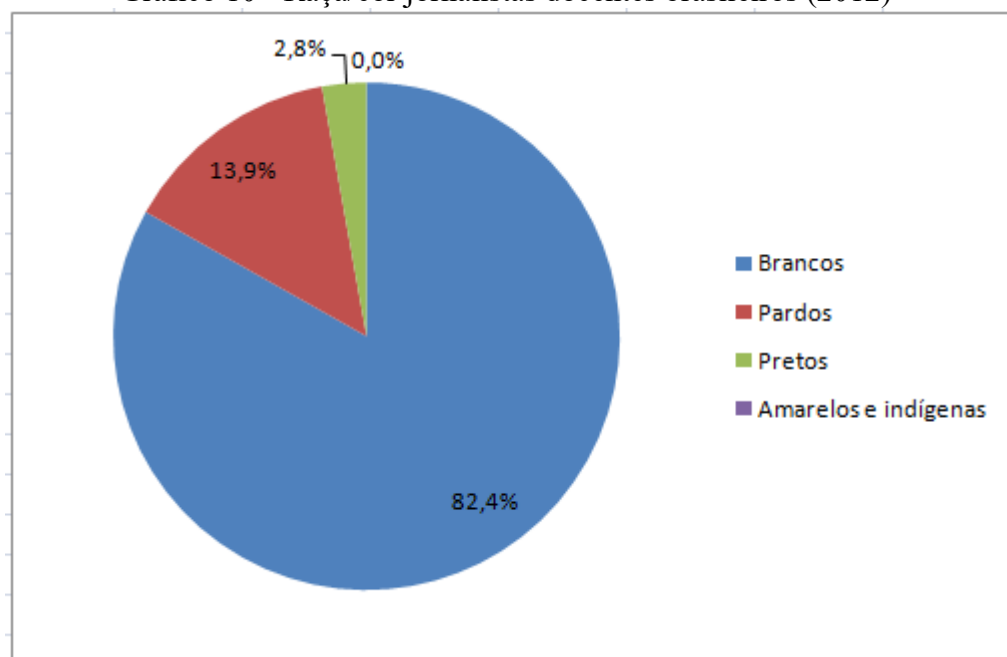


Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

A amostra apresenta uma divisão similar de homens e mulheres na docência, ou seja, 50% homens e 50% mulheres. Sobre esse resultado observa-se um “equilíbrio que destoa da profissão, com nítida maioria feminina em seus quadros.” (MICK; LIMA, 2013, p. 70).

A maior parte dos docentes respondentes declararam-se brancos, um total de 82,4% da amostra, média superior ao geral da profissão (72,2%). Consideram-se de cor parda 13,9% dos professores e 2,8% de cor preta. Os autores explicam que não houve citações das cores amarela e indígena. O Gráfico 10 ilustra os dados citados.

Gráfico 10 - Raça/cor jornalistas docentes brasileiros (2012)



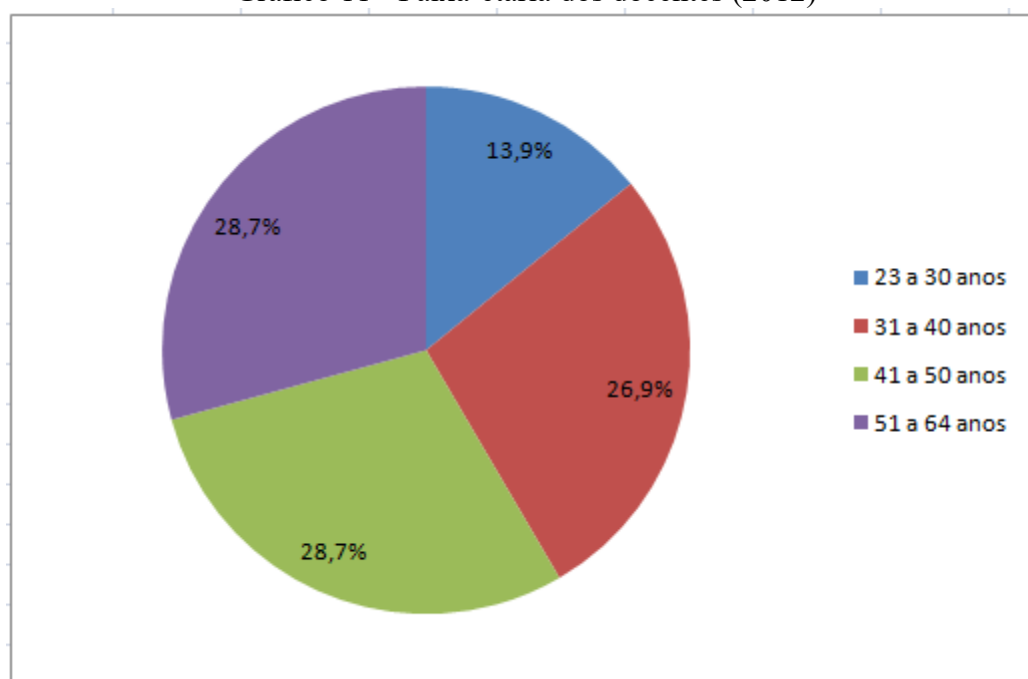
Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Ao verificar os dados citados anteriormente – considerando o ano em que a pesquisa foi feita (2012) e o plano amostral (107 respondentes) – percebe-se que, no campo da docência, há mais igualdade de gênero se comparado ao mercado (majoritariamente feminino). Entretanto, há uma disparidade referente ao critério cor/raça em que há maior diversidade no mercado do que na docência¹⁵. Outro aspecto diferente é o do estado civil, enquanto no mercado grande parte dos profissionais da categoria são solteiros (60,5%), na docência é maior o número de casados, o equivalente a 45,4%, “essa característica dos professores está diretamente vinculada à faixa etária do segmento, mais elevada do que o restante dos jornalistas.” (MICK; LIMA, 2013, p. 71). Os docentes solteiros são 27,8%, mantêm união estável 11,1% dos professores, 10,2% estão divorciados e 5,6% separados.

Sobre a faixa etária verifica-se que há maior número de professores/as com idades entre 41 e 64 anos. A menor incidência é de docentes acima de 64 anos e abaixo dos 22, na amostra da pesquisa houve apenas uma resposta nessa opção. Uma curiosidade que os autores notaram é a diferença da idade com relação ao gênero, “a maior parcela de mulheres docentes está concentrada na faixa de 31 a 40 anos (32,1%) e dos homens, na faixa de 51 a 64 anos (32,1%).” (MICK; LIMA, 2013, p. 71). No Gráfico 11 é possível verificar a distribuição dos docentes por faixa etária.

¹⁵ É possível conferir essa diferença no critério raça/cor dos profissionais do mercado em relação aos da docência no Gráfico 4.

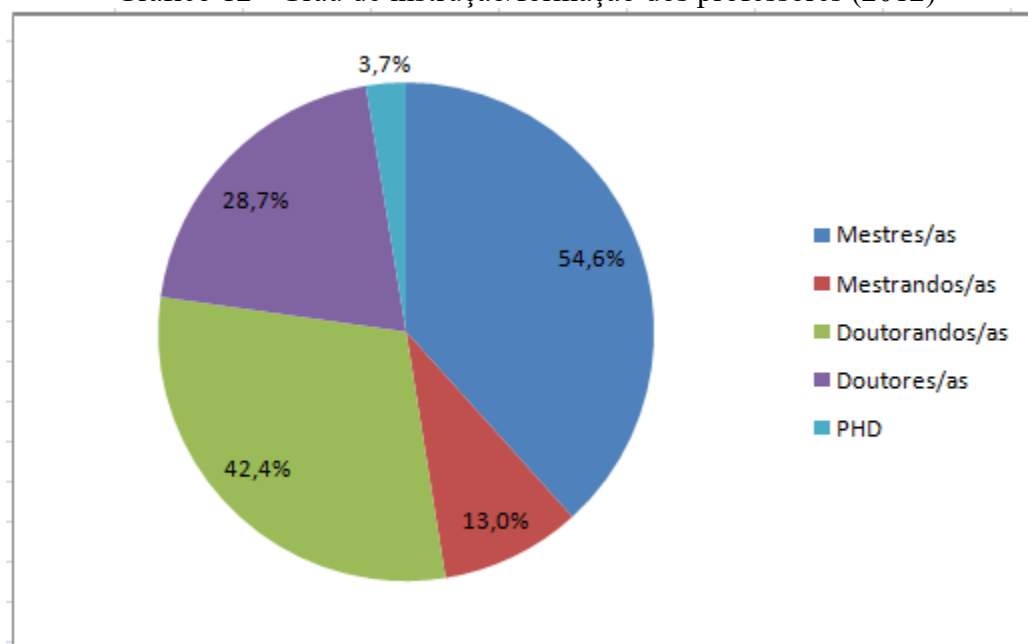
Gráfico 11 - Faixa-etária dos docentes (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

A pesquisa ainda aponta que, aproximadamente, metade dos respondentes declaram praticar alguma religião, 42,6% não praticam e 8,3% consideram-se ateus. Outro dado relevante é que docentes em processo de consolidação de carreira são a maior parte do segmento, “isso decorre, inclusive, da ainda recente expansão na oferta de cursos de formação, o que transborda para a multiplicação de pós-graduações.” (MICK; LIMA, 2013, p. 71). No Gráfico 12 é possível identificar melhor o grau de instrução dos docentes.

Gráfico 12 - Grau de instrução/formação dos professores (2012)



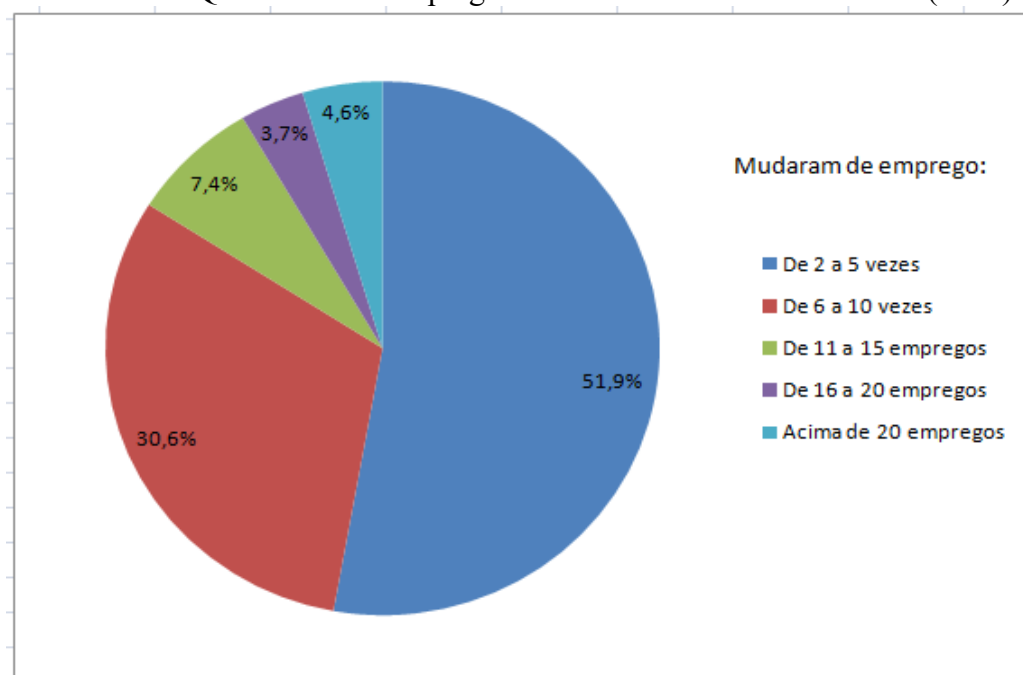
Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Ainda sobre o grau de instrução dos docentes os pesquisadores explicam que, na amostra, 4 respondentes afirmam cursar pós-doutorado, não estudam no momento 60,2% dos professores, “descartando-se os doutores e pós-doutores dessa parcela, restam 31,5% de professores que não estudam – parte inferior aos 39,8% de docentes que estudam.” (MICK; LIMA, 2013, p. 72). Dos respondentes, 88% apresentam formação em jornalismo, em segundo lugar com 5,6% estão os graduados em “licenciatura e educação”.

Com relação à experiência profissional, verifica-se que 71,3% dos professores realizaram estágio em jornalismo e apenas 7,4% participaram de *trainee* oferecido por empresas da área. A amostra ainda indica que 3,7% dos docentes que participaram da pesquisa tiveram experiência profissional no jornalismo inferior a um ano, a maior parte da amostra, 27,8%, apresentou e/ou ainda tem de 6 a 10 anos de exercício profissional. Têm experiência de 2 a 5 anos 20,4% dos respondentes, apresentam experiência de 11 a 15 anos 13% e têm de 16 a 20 anos de atividade profissional 14,8% dos docentes entrevistados. São considerados de maior experiência aqueles que exercem/exerceram de 21 a 25 anos (5,6%), de 26 a 30 anos (9,3%) e acima de 31 anos de carreira (5,6%). Em suma, nota-se que “51,9% dos docentes tiveram menos de 10 anos de experiência como jornalistas profissionais.” (MICK; LIMA, 2013, p. 72).

Outro aspecto analisado na pesquisa foi a quantidade de empregos no decorrer da carreira. É possível conferir no Gráfico 13 como ocorre essa distribuição.

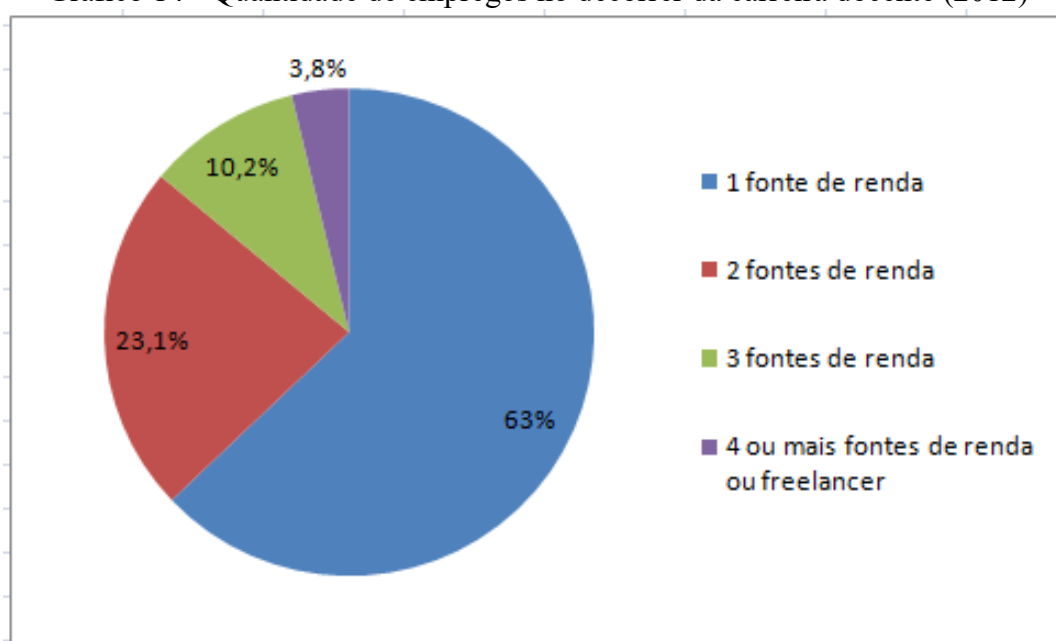
Gráfico 13 - Quantidade de empregos no decorrer da carreira docente (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Os autores explicam que a docência não é muito diferente do restante da profissão com relação à exclusividade no emprego tendo em vista que há professores com mais de uma fonte de renda. Os pesquisadores identificaram que a maioria dos entrevistados, o equivalente a 63%, têm apenas uma fonte de renda e uma parcela mínima deles, de 3,8%, apresentam quatro ou mais fontes de renda ou *freelancer*, como apontado no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Quantidade de empregos no decorrer da carreira docente (2012)

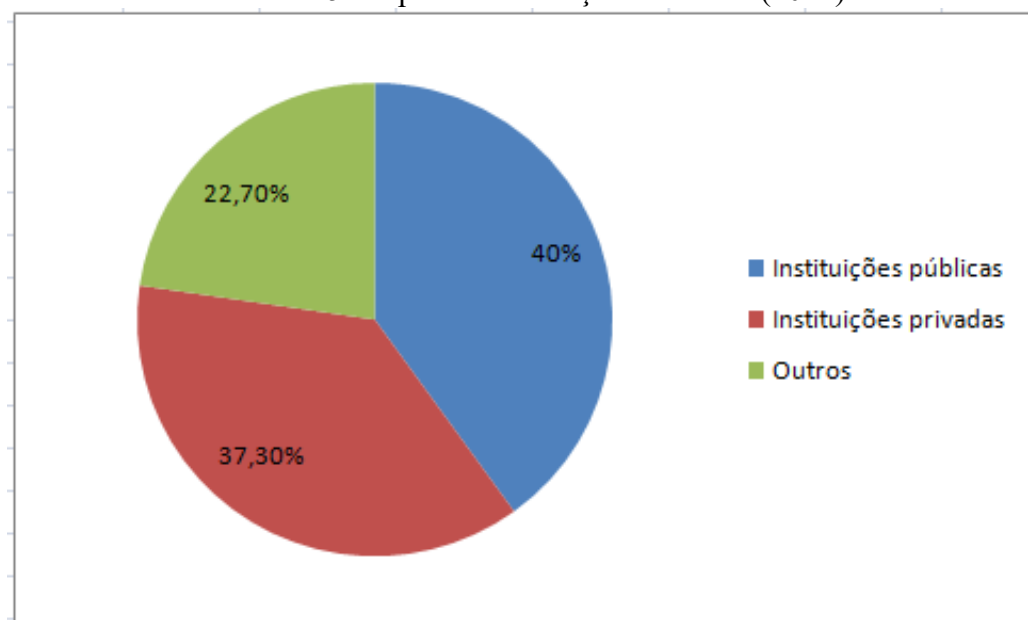


Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

De acordo com o plano amostral 60,2% dos professores possuem fontes de renda derivadas apenas de funções jornalísticas. Dos docentes, 17,6% recebem duas fontes de renda jornalísticas, para três funções ou mais o número cai para 2,8%. Não têm nenhuma fonte de renda jornalística, 16,7% dos participantes da enquete. Os autores destacam que 22,2% dos respondentes do segmento afirmaram que lecionar em jornalismo não é a atividade principal exercida. A carga horária dos docentes na realização de atividades jornalísticas para até 5 horas é de 30,4%, de 5 a 8 horas de trabalho ou de 8 a 12 horas é de 29,4%.

No Gráfico 15 é possível visualizar em que tipos de instituições jornalistas que trabalham principalmente como docentes atuam:

Gráfico 15 - Tipos de instituição de ensino (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

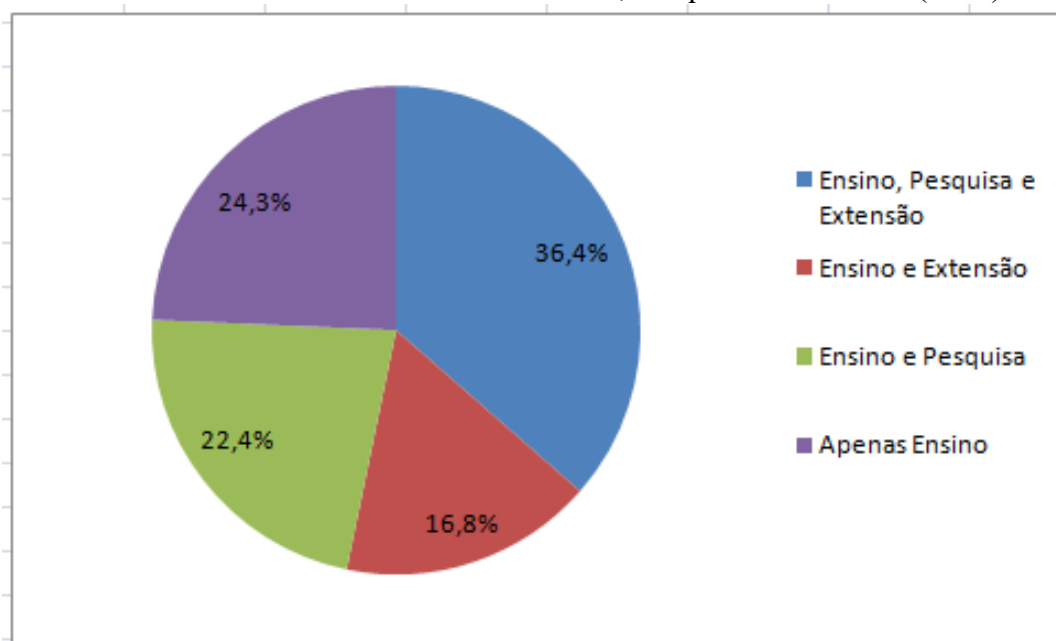
Sobre as principais formas de acesso à vaga na docência verifica-se que: 32,7% dos respondentes ingressaram por meio de concurso público; 22,1% receberam convite ou alcançaram aprovação em processo seletivo promovido pelo contratante. Contaram com a indicação de um amigo ou colega 13,5% e foram contratados como prestadores de serviços 2,9% dos docentes.

A respeito da atuação dos professores a pesquisa identificou que 76,9% lecionam em jornalismo e 96,3% já “trabalharam em departamentos de jornalismo [...], situação que consolida a especialidade desses profissionais.” (MICK; LIMA, 2013, p. 76). Desse total, 20,3% dão aulas em disciplinas teóricas e 79,7% dos respondentes trabalham com disciplinas práticas. Sobre esses dados os pesquisadores inferiram que “a força das disciplinas práticas

entre os docentes jornalistas demonstra o vínculo entre a experiência profissional e a atuação na docência.” (MICK; LIMA, 2013, p.77).

Sobre os participantes desenvolverem o tripé “Ensino, Pesquisa e Extensão” a pesquisa aponta que a maioria deles, o equivalente a 36,4% realiza as três atividades. A minoria, correspondente a 16,8%, desenvolvem apenas Ensino e Extensão. É possível conferir mais detalhes no Gráfico 15.

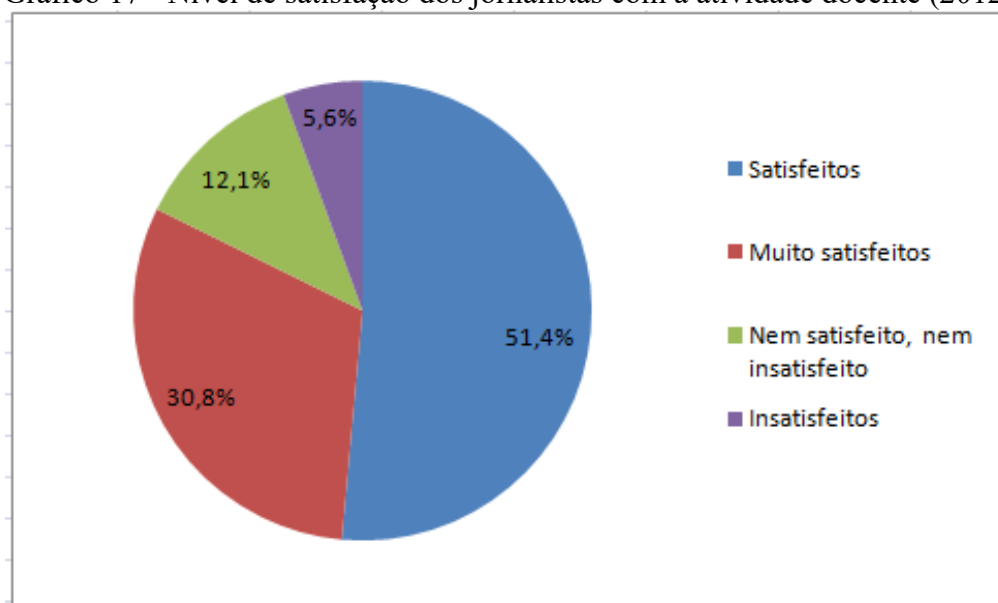
Gráfico 16 - Trabalho docente em “Ensino, Pesquisa e Extensão” (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Sobre a média salarial a pesquisa registrou que docentes mestres recebem, aproximadamente, de 4 a 10 salários mínimos e docentes em tempo integral com doutorado tem o pagamento no valor de 10 a 20 salários mínimos. Apresentam registro profissional de jornalista 95,4% dos docentes participantes da enquete, número superior à média da profissão (80%). Os autores ressaltam que, apesar “das situações de instabilidade, excesso de trabalho e poucos benefícios, os docentes declaram-se majoritariamente satisfeitos com as atividades que exercem” (MICK; LIMA, 2013, p. 79). Logo, 51,4% dos entrevistados estão satisfeitos, 30,8% se consideram muito satisfeitos, nem satisfeito, nem insatisfeito estão 12,1% dos docentes e 5,6% encontram-se insatisfeitos. Os dados estão ilustrados no Gráfico 16.

Gráfico 17 - Nível de satisfação dos jornalistas com a atividade docente (2012)



Fonte: Pesquisa Perfil Profissional do Jornalista Brasileiro. Produção do gráfico: autoria própria.

Em suma, nesse capítulo foi possível conhecer como se deu a institucionalização do curso de Jornalismo na década de 1940 no país, bem como pudemos nos aproximar das características principais dos professores de jornalismo do Brasil.

Nas páginas seguintes buscaremos problematizar algumas questões específicas relacionadas à história das mulheres para, finalmente, chegarmos aos depoimentos de algumas jornalistas/professoras brasileiras.

5 SER MULHER NO SÉCULO XX

Lugar de mulher é onde ela quiser. É comum nos dias atuais ver tal afirmação em cartazes, campanhas e principalmente nas mídias sociais. Seria possível dizer que se tornou uma espécie de “lema” daqueles que se preocupam com a valorização das mulheres e acreditam na manutenção e ampliação dos direitos humanos. Filhas, mães, profissionais, esposas, donas de casa, empreendedoras, autoridades civis e militares, pesquisadoras, professoras, são incontáveis os papéis assumidos por elas na atual conjuntura. Contudo, nem sempre foi assim; tal realidade é fruto da luta feminina ao longo dos séculos, seja por meio de ações excepcionais de alguns sujeitos e/ou contribuições dos movimentos de mulheres e do feminismo.

Mulheres e homens têm assumido papéis diferentes na sociedade. Com o passar do tempo, os costumes e comportamentos são renovados e/ou apenas reforçados. O indivíduo cultural, desde quando é inserido no mundo, está numa torrente, malha de histórias e desejos compartilhados que são incutidos em sua formação, até mesmo antes de adquirir o conhecimento racional do mundo e do sistema linguístico. É por isso que a construção social exerce forte influência na determinação dos papéis sociais que cada um vai desempenhar ao longo da vida, e estes vão variar de acordo com o sexo biológico e o gênero.

Este capítulo apresenta uma breve contextualização histórica da trajetória das mulheres no século XX, em especial na segunda metade, tendo em vista que as entrevistadas desta pesquisa se formaram jornalistas e professoras nesse período. Além disso, suas vivências da infância a fase adulta fazem parte de tal conjuntura. Portanto, serão destacados alguns aspectos na trajetória feminina que contribuíram para sua emancipação, por exemplo, o papel da mulher na estrutura familiar; a inserção no mercado de trabalho; a ampliação no acesso à educação, em especial no Ensino Superior; as contribuições do movimento feminista, dentre outros.

5.1 Da esfera privada para a pública: de “rainha do lar” à profissional

Segundo Pinsky e Pedro (2013), o século XX é conhecido como o “século das mulheres” devido as rápidas mudanças observadas no período relativas à elas. Foi um período onde houve a expansão de oportunidades e direitos “tanto na qualidade de vida das mulheres, quanto no imaginário coletivo.” (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 9).

Para Scott (2013), há muito tempo as posições de “filha”, “esposa” e “mãe” deixaram de ser as principais identificações valorizadas pela sociedade em relação ao gênero feminino. Há algumas décadas, nota-se que as brasileiras não ocupam simplesmente o posto de “sexo frágil”, elas foram além e se fazem presentes em esferas nas quais as gerações passadas talvez jamais imaginassem. Para a autora, as mulheres mudaram e nesse novo contexto também passam por mudanças as estruturas familiares, de uma forma ainda mais rápida no século XX e começo do XXI em comparação a períodos anteriores.

No início do século XX o “destino” das meninas já estava socialmente “projetado” desde o seu nascimento. Arend explica que ao nascer um bebê do sexo feminino a família já se preocupava com o futuro da moça, uma vez que ela deveria se casar com um filho de um parente próximo, ou com um compadre ou até mesmo um importante político da região (AREND, 2013). Para casar a filha outras preocupações surgiam: a preparação do enxoval e o dote. No primeiro caso, a menina poderia dedicar anos na confecção das peças até que chegasse o tão aguardado momento do casamento. O segundo aspecto exigia mais da família, principalmente na questão financeira, tendo em vista que o dote poderia ser em

dinheiro, terras, apólices bancárias, ou outras formas de riqueza, tinha que ser garantido de alguma maneira, pois, para uma donzela, a ausência ou a perda do dote significava muito provável exclusão de determinados círculos sociais e a temida solteirice. Assim, a angústia ligada ao dote marcava a vida de tais meninas (AREND, 2013, p. 66)

Com a chegada da menstruação – conhecida como regras nesse período – aos olhos da sociedade a menina se tornava moça e estava preparada para se casar. A família já poderia promover o noivado, geralmente com um pretendente mais velho. Para que a proposta de casamento se consolidasse era necessário que a jovem fosse virgem, desse modo os futuros herdeiros nascidos da mesma poderiam garantir a continuidade do sangue e do patrimônio familiar (AREND, 2013; COSTA, 1999; MALUF, 1998).

Na maioria dos casos, a moça iniciava o matrimônio sem ter conhecimento sobre práticas sexuais e modos de contracepção. Com relação às jovens que não eram mais virgens ou engravidaram de algum romance ou incesto a família buscava “manter segredo para não comprometer a possibilidade de casamento. Crianças nascidas dessas uniões, consideradas ilegítimas, eram depositadas na Roda dos Expostos ou encaminhadas para algum parente que pudesse criá-las” (AREND, 2013, p. 67-68).

Durante grande parte do século XX ter relações sexuais antes do casamento, no caso das jovens, era uma atitude condenada pela sociedade. Além do preconceito e risco de rejeição a moça também tinha que lidar com “o medo de tornar-se mãe solteira, em um tempo em que os métodos contraceptivos conhecidos falhavam com frequência e o aborto seguia criminalizado e considerado pecado, assombrava as meninas” (AREND, 2013, p. 73).

Com o passar do tempo a menstruação ganhou um novo “enfoque” e deixou de ser considerada como um “rito” de passagem para a fase adulta que demarcava quando a menina se tornava moça e apta para casar. A preocupação das famílias das jovens estava no ideário da virgindade, pensamento predominante entre as elites e os setores médios da sociedade. Além de estar relacionado ao discurso de honestidade, a mulher ser virgem estaria ligado ao fato de poder conceber filhos saudáveis (RAGO, 1985; SOIHET, 1989).

Quando se fala e pensa em família no Brasil, verifica-se que ao longo da história os valores patriarcais foram os que mais perduraram. Podem ser considerados referência principalmente no período colonial em que todos do lar, incluindo parentes ou dependentes, deveriam ter total submissão à figura paterna (DEL PRIORE, 2009). Qual seria então o papel da mulher nesse cenário? Scott explica que

na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana (SCOTT, 2013, p. 16).

No patriarcado também eram construídas limitações à sexualidade feminina, uma vez que o sexo no matrimônio servia apenas para procriação (DEL PRIORE, 2009; RIBEIRO, 2000). A busca pelo prazer, satisfação e auto-conhecimento do corpo eram tabus no caso das mulheres, lógica diferente atribuída aos homens “vigorando uma dupla moral que possibilitava que eles exercessem sua sexualidade como bem entendessem, inclusive, buscando satisfação fora do leito matrimonial.” (SCOTT, 2013, p. 16). Quando iniciou o século XX tais valores começaram a ser questionados e, mesmo que lentamente, passaram por transformações. Todavia, percebe-se que a submissão ao “sexo forte” ainda se mantinha nos ambientes familiares.

De acordo com Campos (2009), a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX foram períodos muito importantes que contribuíram para a aceleração do extenso processo de transformações políticas, econômicas e sociais desencadeadas pelas

revoluções industriais que aconteceram no período. A princípio a mulher era considerada a “rainha do lar” – todos os seus esforços e trabalhos deveriam ser para a maternidade, cuidados com o lar, a manutenção do casamento e do bem-estar da família – e a apropriação feminina do espaço público não se deu de forma fácil e rápida, se comparada à masculina. Sobre isso, a autora afirma que

as mulheres ocuparam os novos postos de trabalho que se mostravam necessários numa sociedade em ebulição, ao mesmo tempo que se manteve estruturalmente a ordem *natural* das coisas – os homens lógicos e empreendedores comandando, as mulheres dóceis e emotivas obedecendo, dentro ou fora de casa. (CAMPOS, 2009, p. 84, grifo da autora).

A autora acrescenta que diversas mudanças comportamentais que aconteceram nessas sociedades que se urbanizavam, por exemplo, o divórcio, ou a luta pelo direito ao divórcio, o crescimento da economia e do consumismo, a ascensão das modas entre as variadas classes sociais e tantas outras, quando visualizadas de modo negativo pelos variados intérpretes do período, eram sempre “creditadas às mulheres, as maiores culpadas por esses males, pois, conforme muitos diziam, haviam saído de casa e desorganizado irremediavelmente a sociedade” (CAMPOS, 2009, p. 88).

Ela fala sobre a importância em se notar que, nesse período, várias mulheres por necessidade e/ou vontade mudaram a atitude passiva que costumavam ter frente à sociedade e ao gênero masculino. A partir desse momento, elas “aumentaram significativamente e de maneira organizada seus esforços em torno de uma efetiva emancipação política e financeira para além daquele universo doméstico no qual elas seriam soberanas” (CAMPOS, 2009, p. 89).

Scott (2013) explica que ao longo da *Belle Époque* brasileira o país vivenciava importantes acontecimentos como: a abolição da escravidão, o surgimento da República, o aumento da imigração e o desenvolvimento na urbanização e industrialização. Alda Motta (2013) explica que nesse contexto da *Belle Époque* a sociedade busca se aprumar “com modos e modas ‘parisienses’, mais finos e tipicamente burgueses. Para os brancos, os ricos e alguns ‘remediados’, naturalmente.” (MOTTA, 2013, p. 85).

Diante das campanhas por modernização, surge um novo modelo de estrutura familiar. Logo, “a vontade dos indivíduos (por exemplo, com relação à escolha do cônjuge) ganhava um pouco mais de espaço, deixando de estar totalmente subordinada aos interesses coletivos da família comandada pelo patriarca.” (SCOTT, 2013, p. 16).

Segundo a autora, ganhava espaço a “família conjugal moderna” com novos valores. Um deles era o “amor romântico” que recebeu reconhecimento da Igreja e do Estado. O discurso de médicos e higienistas, inspirados em ideias estabelecidas na Europa, também contribuíram sobremaneira para tal valorização, conforme demonstraram Campos (2009), Costa (1999) e Gondra (2004). Sobre disso, Scott afirma que

a separação entre ‘sexo e amor’, advogando a integração de ambos no matrimônio como a forma mais saudável e moralmente recomendável de relacionamento. A intimidade passou a ser enaltecida e a vida familiar ideal era agora do ‘lar doce lar’, em que os membros da família encontravam em casa a ‘proteção’, o ‘aconchego’ e a ‘higiene’ que contrastavam com as ‘agruras’ e a ‘poluição’ do mundo exterior (SCOTT, 2013, p. 17, grifo da autora).

Para Scott (2013), nesse novo cenário havia também uma preocupação com a privacidade. Antes era comum que parentes e agregados estivessem sob o mesmo teto. Agora, em um momento cuja família não segue mais o modelo patriarcal, ganha destaque o núcleo familiar (pai, mães e filhos). Segundo Costa (1999), as relações familiares mudam e também o papel exercido pela mulher.

Na “família conjugal moderna” entra em cena a mãe dedicada, que se preocupava com a educação e formação moral dos filhos. Esposa carinhosa e submissa às vontades do marido, embora com um pouco de “direito” à voz. Ao invés de trabalho “produtivo”, a principal preocupação agora seria se dedicar aos afazeres domésticos. Enquanto “rainha do lar”, seria aquela a “dominar” o espaço privado, contudo apenas ele, uma vez que o espaço público era de “domínio” masculino (COSTA, 1999; RAGO, 1985). Embora com um “verniz” de modernidade, a realidade ainda reforçava o *status quo* e a hierarquia com relação aos papéis sociais de cada gênero “o homem à cabeça da casa e da família e a mulher como subalterna e dependente.” (SCOTT, 2013, p. 17).

Tal ideal de família, que recebe influencia dos padrões europeus, era proposto pelas classes dominantes. Nem todos puderam se adaptar ao novo modelo devido a questões sócio-econômicas e etnia. Desse modo, percebe-se que

em uma sociedade profundamente diversa e desigual, hierarquizada a partir de elementos socioeconômicos e étnicos (com base, sobretudo, na ‘cor da pele’ – herança do escravismo), não é de espantar que, ao se comparar famílias de áreas mais urbanizadas com as de áreas predominantemente rurais, as compostas por negros, brancos ou mestiços, as imigrantes e as locais, as ricas e as pobres, houvesse grandes diferenças (SCOTT, 2013, p. 17-18, grifo da autora).

Embora esperava-se cumprir a meta de que as famílias adotassem esse modelo preconizado pelas elites e considerado como o mais “civilizado”, era desejável que as “classes populares fornecessem mão de obra adequada e disciplinada para a indústria que se disseminava, o que incluía o trabalho produtivo de mulheres e crianças” (SCOTT, 2013, p. 18-19). Sendo assim, no início da industrialização brasileira era comum a participação feminina e infantil em atividades industriais.

Todavia, com o passar do tempo esse panorama foi se modificando, “em 1872 (ano do primeiro recenseamento geral do Brasil), as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas; já em 1950 somavam pouco mais de 20%” (SCOTT, 2013, p. 18). Um dos fatores que explica essa redução da mão de obra feminina nas indústrias é o crescimento da oferta de trabalhadores.

Com o aumento de imigrantes que chegavam ao país e o êxodo rural – homens que trocaram a zona rural pela urbana em busca de emprego e melhores condições de vida – verifica-se que a mulher da classe operária foi “colocada” de volta em seu papel pré-definido pela sociedade: o de mãe, esposa e dona de casa. Desse modo, a função da mulher de famílias das classes populares era de formar um trabalhador já “preparado” para dar conta de suas responsabilidades, disciplinado ao trabalho e sem vícios (RAGO, 1985; SCOTT, 2013).

Cabia à “rainha do lar”, mesmo que das classes populares, a “missão” de “higienizar” a família. Logo, seria de sua responsabilidade a formação de futuras gerações preparadas para cumprir com os interesses de uma nação que crescia industrialmente. Portanto, a mulher deveria se preocupar em criar filhos saudáveis e ainda zelar de suas decisões e comportamento (CAMPOS, 2009; COSTA, 1999; RAGO, 1985).

Além da relação conjugal e o aumento da concorrência na mão de obra para indústria, um dos aspectos que contribuiu para estabelecer qual deveria ser o papel da mulher no século XX foram as políticas públicas de massa direcionadas para as populações da zona urbana em meados da década de 1930 quando, segundo Scott (2013) o Estado voltou a se preocupar com a política econômica a fim de garantir a expansão do mercado interno e desenvolver o setor urbano-industrial. Sobre isso, a autora comenta que são desse período a “consolidação das Leis Trabalhistas, a criação da carteira de trabalho e da Justiça do Trabalho, a instituição do salário mínimo, a permissão do voto feminino” (SCOTT, 2013, p. 20).

O governo vigente da época, também se “preocupava” em “organizar” e “proteger” a família. Esse posicionamento pode ser visto por meio do Decreto-lei 3.200, de 19 de abril de 1941, assinado pelo presidente:

devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne *afeiçoadas* ao casamento, *desejosas* da maternidade, *competentes* para a criação dos filhos e *capazes* na administração da casa (SCHWARTZMAN, 1981, p. 72, grifo nosso).

A partir do Decreto infere-se que embora já no século XX, o governo retoma um discurso patriarcal do século passado. Enquanto o homem deveria ser educado e preparado para se tornar a “cabeça do lar” e dominar a esfera pública, cabia à mulher a função de ser “rainha do lar”: submissa ao homem; cuidando do bem-estar do esposo; educando os filhos e trabalhando na formação de seus valores. Cabia à ela também, cuidar apenas da esfera “tipicamente feminina”, ou seja, a privada. Scott (2013) declara que “as mulheres tinham um espaço de realização muito restrito, definido pelos papéis que ‘a natureza’ lhes havia determinado e pela moral imperante na época (SCOTT, 2013, p. 21, grifo da autora).

O projeto educacional nesse período “destacava a realização das mulheres pelo casamento, tornando-as afinal hábeis [...] devia-se aguçar seu *instinto feminino* na velha prática da sedução, do encanto” (ARAÚJO; PINSKY, 2001, p. 51). Esses ensinamentos eram, em sua maioria, recebidos em casa. O autor esclarece que “com prazer ou sem prazer, com paixão ou sem paixão, a menina tornava-se mãe, e mãe honrada, criada na casa dos pais, casada na igreja. Na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher” (ARAÚJO; PINSKY, 2001, p. 52).

Outro avanço quando o assunto é o direito das mulheres brasileiras foi uma ampliação no acesso à educação. Segundo Scott (2013), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, também conhecida como LDB “garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio, permitindo que as estudantes do magistério (escola normal) pudessem disputar e aceder a vagas no ensino superior” (SCOTT, 2013, p. 23).

Desde as primeiras décadas do século XX é possível notar que havia uma expectativa por parte da sociedade brasileira que as mulheres ocupassem novos papéis sociais não apenas na esfera privada (lar), mas também na pública (ALMEIDA, 1996; SOUZA, 1998). Arend (2013) acredita que a escolarização em larga escala das meninas está relacionada a tal fenômeno socioeconômico. Sobre isso ela explica que

foi a partir dessa época que as filhas das famílias das elites e dos setores médios passaram a freqüentar o curso primário, o ginásio e, eventualmente, o secundário nas escolas confessionais católicas femininas e de outras congregações religiosas presentes nas capitais dos estados da federação. Essas escolas, além do externato, contavam muitas vezes com um internato

que acolhia as estudantes provenientes das cidades do interior. As meninas cujos pais não podiam arcar com os custos de uma escola privada dividiam com seus irmãos os bancos das escolas públicas, que, geralmente, eram mistas e se multiplicavam pelo país (AREND, 2013, p. 72).

Com o passar do tempo o acesso à educação escolar deixou de ser um “privilegio” exclusivamente do gênero masculino abrindo novas oportunidades para as jovens. Possibilidades que surgiram ainda com certa limitação, pois vários meninos estudavam até conquistarem o diploma do Ensino Superior e no caso de várias meninas até meados de 1950 não conseguiam terminar o curso secundário. As que conseguiam avançar nos estudos escolhiam carreiras profissionais vistas pela sociedade como femininas, por exemplo, a Enfermagem e o Magistério (ALMEIDA, 1996; VIDAL, 2001). Diante disso, é possível concluir que o ensino formal em seus diferentes níveis “apesar da igualdade constitucional de oportunidades educacionais entre homens e mulheres, e da co-educação teórica e legal das escolas, vem atuando no sentido de separar os sexos por ramos e áreas de conhecimento.” (BARROSO, 1982, p. 70).

Embora os anos 1960 tenham sido marcados por novas visões com relação às mulheres, ainda era dominante a ideia de serem educadas para se tornarem a “rainha do lar”, desse modo, desejosa de ser esposa, mãe e poder dedicar-se integralmente à família após o matrimônio. Logo, verifica-se que

casamento e procriação continuavam a ser o destino da mulher; ser mãe (depois de tornar-se esposa, é claro) conferia-lhe uma posição de prestígio na sociedade, maior que qualquer outra ‘carreira’. Não desempenhar o papel materno seria algo como ‘trair a essência feminina’ (SCOTT, 2013, p. 24, grifo do autor).

Com a emancipação feminina na esfera do trabalho, foi possível às mulheres independência financeira. Para Cott esse novo contexto influenciou o comportamento feminino, pois “permitia às mulheres mais do que nunca escapar a um casamento por necessidade econômica, a ênfase nos desejos heterossexuais femininos fez do casamento uma necessidade sexual para uma satisfação normal” (COTT, 1991, p. 101).

A partir de 1960 e 1970 várias mudanças que aconteceram no país contribuíram para que elas pudessem refletir sobre tais valores e colocá-los a prova. Para Scott (2013) alguns desses acontecimentos foram: maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a luta feminina por reconhecimento e ascensão profissional, ampliação do acesso à educação formal, poder de decisão de querer se tornar mãe ou não e quando (com o auxílio de métodos

contraceptivos mais eficientes), “a instituição do divórcio (por lei, em dezembro de 1977) e a possibilidade de estabelecer outros relacionamentos afetivos socialmente reconhecidos” (SCOTT, 2013, p. 24).

A autora acredita que devido a tantas transformações o começo da década de 1980 se tornaria o período da “reinvenção da mulher”. Nesse contexto seria possível notar mudanças no papel social da mulher bem como sua posição na família. Scott (2013) acredita que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho é um dos principais sinais dessa “reinvenção”.

Todavia, foi preciso aguardar até a Constituição de 1988 para que formalmente a lei fizesse o reconhecimento de igualdade entre o homem e a mulher no casamento. Na prática, esse princípio de isonomia só foi incorporado em 1992. Embora a Constituição represente avanços ainda há desigualdades. Um exemplo seria a diferença nos rendimentos médios, ou seja, os homens ainda recebem mais financeiramente do que as mulheres, mesmo em muitos casos exercendo a mesma função profissional.

De acordo com o Censo de 2010 “enquanto o rendimento médio dos brasileiros homens fica em quase R\$1.400,00, o das mulheres ultrapassa, por pouco, os R\$980,00” (SCOTT, 2013, p. 25). Diante disso, as brasileiras recebiam em média 30% a menos do que o gênero masculino. Logo, infere-se que, possivelmente

o efeito mais importante da segregação ou sexualização das ocupações no mercado de trabalho “além de ser um fator limitador da participação da mulher na força de trabalho, seja aquele que acarreta sobre os diferenciais de salário e de status entre os trabalhadores masculinos e os femininos (BARROSO, 1982, p. 24).

O feminismo no Brasil trouxe contribuições fundamentais para emancipação das mulheres, principalmente o da “segunda onda” a partir de 1970 (PEDRO, 2013). Ao retomar a trajetória do movimento feminista no país, destaca-se um ponto relevante: as atividades das mulheres feministas em jornais. Sobre isso, Pinto (2003) explica que naquele período existiam os jornais publicados nas capitais e outros vários pequenos. Alguns deles produziam conteúdo mais de interesse geral e outros focavam em um público mais específico, por exemplo: associações, grêmios literários e sindicatos. A autora ressalta, que nesse contexto, mais da metade dos brasileiros moravam no campo e, grande parte deles, eram considerados analfabetos. O índice de analfabetismo entre as mulheres era superior, todavia

os jornais de diferentes tamanhos e alcances tinham importância para divulgar notícias e construir opinião. A presença dessa intensa atividade jornalística deve-se a uma característica da época que pode passar despercebida ao observador atual: a mensagem escrita era a única forma de comunicação de massas. Daí a proliferação de jornais, pasquins e panfletos (PINTO, 2003, p. 30-31).

Em suma, o movimento feminista contribuiu para ajudar as mulheres a alcançarem mais direitos. Todavia, o papel social feminino permanece em “construção” nesse cenário de ocupação do espaço público.

5.2 Belas, recatadas¹⁶ e do lar: antigos e novos dilemas

Outro papel atribuído a mulher era o dever de buscar a beleza como algo pertencente à “essência feminina”. A “rainha do lar” deveria estar bela para seu marido e para ser admirada socialmente. Segundo o historiador Georges Vigarello (2006) embelezar-se é quase que “uma obrigação” da mulher, pois só assim ela mostrará sua feminilidade. O autor identificou essa prática à ética feminina (etos), logo infere-se que o adorno da mulher é a sua beleza e o seu corpo também precisa estar em forma e de acordo com os padrões que a sociedade almeja enquanto belo e ideal.

Segundo Lipovetsky (2000), ainda em meados do século XIX, os avanços na tecnologia de impressão permitiram a proliferação das informações. Diante disso, a imprensa contribui de forma decisiva na criação de uma ideia de “democratização” de novos ideais e padrões de beleza. Sendo assim, a beleza passa a ser um “direito” de todas que se dedicassem em alcançá-la através de exercícios físicos – que deixavam o corpo mais esbelto – além de alguns truques femininos.

De acordo com o autor a construção da beleza enquanto um “direito” se estende ao longo de todo século XX. Ressalta-se que a “democratização” da beleza coincide com a revolução industrial e os produtos estéticos passam a ser barateados (o que contribui ainda mais para a irradiação do padrão de beleza como um “direito” alcançável por todas mulheres).

A partir de tal contexto, o autor explica que dois pilares sustentam o “belo sexo”: o anti-peso e o anti-envelhecimento. Logo, “quanto mais se reforçam os imperativos do corpo

¹⁶ Na década de 1950 “esperava-se que as meninas fossem dóceis, meigas e serenas, brincassem com bonecas e panelinhas e evitassem subir em árvores e nadar em rios como faziam os garotos” (AREND, 2013, p. 74). Tal definição nos ajuda a compreender a ideia de recatada, comportamento contido, disciplinado, bem quisto, “admirável”, que começaria a ser ensinado ainda na infância e depois seria cobrado da mulher na fase adulta como uma forma de cercear suas vontades e desejos.

firme, magro e jovem, mais se afirma a exigência de domínio soberano sobre suas formas” (LIPOVETSKY, 2000, p. 144).

Nas últimas décadas do século XX, a moda e o cinema exerceram influência na construção do padrão ideal de corpo no imaginário social. Segundo Buitoni, “filmes propagavam novos hábitos de consumo, reforçados pela imprensa” (BUITONI, 2009, p. 12). Sant’Anna (2005) também explica que o cinema ajudou a promover artistas jovens, Klieg e Cooper-Hewitt, que foram os grandes divulgadores das novas maneiras de cuidar do corpo. A autora ainda afirma que “a vida metropolitana exigia um corpo menos arredondado, leve, impecavelmente liso e esguio” (SANT’ANNA, 2005, p. 32). É relevante notar que tal padrão se estende até o século XXI.

A historiadora ainda explica que, entre 1930 e 1950, conselhos sobre como cuidar melhor do físico eram comuns e recorrentes nas revistas femininas, entretanto, eles se baseavam no discurso da possibilidade e não da obrigatoriedade. Mas, o tempo foi passando e, pouco a pouco, a imprensa feminina passou a dar ênfase à ginástica e aos regimes destinados a “manter a linha”. E, a partir desse contexto, não buscar o padrão ideal de corpo considerado belo e desejável passou a ser visto como “falta de autoestima e autodisciplina”.

Luca (2013) e Pinsky (2013) também discorrem sobre a questão do padrão de beleza a partir de estereótipos do corpo. Para elas, as celebridades são consideradas “ícones” de beleza que influenciam a sociedade sobre como agir e ser. Tudo isso, dentro de uma lógica de consumo, pois o que a celebridade veste e o que ela representa no imaginário social vende. Outra ideia destacada pelas autoras é que, em determinados momentos, a mulher considera-se “a dona do próprio corpo” e age conforme seu livre arbítrio, mas, em outras circunstâncias, ela também busca um equilíbrio nessa “liberdade” que tem em relação ao corpo.

Mulheres que escolhiam não concordar ou se “conformar” com tal realidade eram marginalizadas socialmente e vistas como “incapazes” em cumprir a “missão” feminina de esposa e mãe. Quando a mulher assumia publicamente que tinha um matrimônio sem sucesso e decidia se separar era alvo de duras críticas e preconceito da sociedade. Nas primeiras décadas do século XX o divórcio, conhecido como desquite ainda era recente, uma vez que foi instituído no Código Civil no ano de 1942 (artigo 315). Scott explica que “aqueles que tinham a coragem de escolher essa via eram frequentemente vistos como párias (sobretudo as mulheres), indivíduos que haviam falhado na importante tarefa de constituir e manter uma família” (SCOTT, 2013, p. 21).

Para Scott (2013), a novidade no Código Civil, na prática, trouxe pequenas contribuições na vida de grande parte das esposas, principalmente, das classes médias e altas.

Isso porque, além de vivenciarem a reprovação social devido ao desquite, por não trabalharem fora de casa elas não tinham condições econômicas suficientes para serem independentes e sustentarem a si próprias e aos filhos. Realidade um pouco diferente das mulheres de classes menos privilegiadas que

mesmo ao se casar, se mantinham, formal ou informalmente, trabalhando para contribuir financeiramente na manutenção da prole e do lar. De fato, em muitos casos – quando não havia marido ou quando seus ganhos eram insuficientes, por conta do desemprego ou da baixa qualificação – eram elas que verdadeiramente sustentavam a família (SCOTT, 2013, p. 23).

Foi apenas em 1943 que a legislação brasileira permitiu que a mulher casada pudesse trabalhar fora de casa sem ter que apresentar a “autorização do marido”. Antes, mulheres solteiras que quisessem ter um emprego deveriam ter a autorização do pai, quando casada a liberação deveria ser assinada pelo esposo e somente no caso de o “líder da família” não conseguir ser o provedor e garantir a subsistência da família. Scott (2013, p. 23, grifos da autora) declara que

a situação de dependência e subordinação das esposas em relação aos maridos estava reconhecida por lei desde o Código Civil de 1916. Neste código, o *status* civil da mulher casada era equiparado ao ‘dos menores, dos silvícolas e dos alienados’, ou seja ‘civilmente incapaz’.

Ao longo das décadas as mudanças nas instituições e sociedade continuaram e no ano de 1962 entrou em vigor o Estatuto da Mulher Casada, o que representou um avanço em comparação ao Código Civil de 1916 que definia mulher como “incapaz”. O novo Estatuto estabelecia que a esposa seria reconhecida na “condição de companheira, consorte, colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta” (SCOTT, 2013, p. 23).

Ao verificar a participação feminina no mercado, a partir de 1950, em que o Brasil passava por um acelerado processo de crescimento econômico e forte industrialização e urbanização, percebe-se que

se por um lado houve expansão nas oportunidades de emprego para o sexo feminino, de outra parte, essas oportunidades se limitaram a poucas ocupações, em geral no setor de serviços e na maioria das vezes nos postos mais baixos da hierarquia ocupacional, onde as condições de trabalho, entre elas o salário, não são as melhores (BARROSO, 1982, p. 17)

Diante disso, a autora explica que, embora houvesse uma ampliação da presença das mulheres na força de trabalho, ainda era considerada pequena, uma vez que “menos de um terço das mulheres, em 1976, se engajava em atividades economicamente produtivas, quando a percentagem de homens nessa situação era de 74,2%.” (BARROSO, 1982, p. 18).

Para Barroso (1982), era difícil para as mulheres casadas a permanência no mercado de trabalho. Não apenas pela posição que ocupavam na família, mas porque também se deparavam com os preconceitos de algumas empresas contratadoras. Diante disso, verifica-se que

as restrições ao trabalho da mulher casada poderiam ser decorrentes, em grande parte, da crença de que o absenteísmo é maior nesse grupo de trabalhadoras do que o ônus que os encargos sociais decorrentes da legislação que protege a trabalhadora gestante acarretariam para a empresa. (BARROSO, 1982, p. 21).

No Brasil, a partir da década de 1960 as mulheres tiveram acesso a métodos contraceptivos considerados mais eficientes. Em 1962 a pílula anticoncepcional passou a ser comercializada no país. Arend (2013, p. 78, grifo da autora) afirma que

a invenção e popularização da pílula anticoncepcional é, sem sombra de dúvida, um marco na história das práticas sexuais no século XX. A perspectiva de um maior controle dos processos relativos à reprodução humana, conjuntamente com o discurso da chamada ‘contracultura’, que preconizava a liberação sexual, produziu efeitos sobre as práticas afetivas e sexuais das jovens.

A autora explica que durante os anos de 1980 e 1990, quando se tratava de jovens das elites e setores médios, as práticas sexuais podiam acontecer ainda no período do namoro, que geralmente começava após os 15 anos de idade. Grande parte dos jovens dos setores médios passou a não mais freqüentar espaços de prostituição, uma vez que poderiam ter relações sexuais com suas namoradas, logo verifica-se que os obstáculos sociais de três ou quatro décadas anteriores não existiam da mesma forma. Porém, os pais desses jovens “ainda observavam com desconfiança o quadro que se esboçava, mas o teor de suas reações já estava longe do que marcava a geração anterior” (AREND, 2013, p. 78). A preocupação da família a partir desse cenário não era simplesmente de cunho moral e sim de gravidezes precoces e indesejadas que poderiam alterar os projetos futuros bem como trazer preocupações com relação à capacidade de sustentar financeiramente os indivíduos que nasciam. Portanto, “ter

uma criança nessa etapa da vida certamente criaria muitos obstáculos à almejada carreira profissional por parte do jovem, incluindo-se aqui *as jovens*” (AREND, 2013, p. 78).

Com o passar do tempo, foi criado um novo aparelho cultural que definia a expressão sexual. Para Nancy Cott tratava-se de “uma fonte de vitalidade e de personalidade (e não um desgaste de energia, como os moralistas do século XIX tinha advertido), e que o desejo sexual feminino existia para ser explorado e satisfeito” (COTT, 1991, p. 100). A autora explica que tal expressão sexual continuou a ser domesticada, contudo com um novo modelo de casamento. Com a mudança, “a adaptação e a satisfação sexuais de ambos os parceiros tornaram-se medidas essenciais para a harmonia conjugal, bem como meios de conseguir uma ordem social mais completa” (COTT, 1991, p. 101).

Diante da “nova moral sexual” em que as mulheres puderam experimentar com mais liberdade a sua sexualidade, sem necessariamente estar vinculada ao casamento, foi possível notar uma queda na natalidade. Com o passar dos anos houve uma redução do tamanho das famílias brasileiras. Scott (2013, p. 27) explica que “nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres tinham, em média, entre cinco e seis filhos. Ao ser medido em 2010, esse número despencou para menos de dois (1,9)”.

Com a chegada do século XX, “a instrução pública alcança mais gente; as cidades estão crescendo, a industrialização dá alguns passos largos. O comércio interno progride” (BUITONI, 1990, p. 41) e a imprensa também avança acompanhando esse contexto. De acordo com a autora, nesse período, outras mudanças também passam a influenciar no papel desempenhado pela imprensa em geral. A abolição da escravatura, a implantação da república, “a imigração estrangeira (...), mudanças na mão-de-obra, fortalecimento das províncias (atualmente Estados), eleições, formação da classe operária, crescimento da pequena burguesia, novas formas de urbanização” (BUITONI, 1990, p. 42).

O século XX foi marcado por inúmeras mudanças na vida das brasileiras, principalmente com relação ao seu papel na família, sociedade, no mercado de trabalho e na área educacional. Nota-se que alguns resquícios do século XIX influenciam o comportamento feminino.

Embora o século XXI ainda esteja nas primeiras décadas, já apresenta importantes novidades com relação às mulheres. Verifica-se, portanto, que no Brasil, “o protagonismo feminino parece já não assustar tanto. Porém, se algumas conquistas conseguiram se firmar, outras estão ameaçadas de retrocesso e precisam de atenção” (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 9). Em suma, a ocupação da esfera pública pelas mulheres, em suas diversas esferas, deve ainda ser conquistada dia após dia.

5.3 Mulher em (re)vista: a influência da imprensa feminina

Segundo Buitoni (2009) os anos de 1970 viram a inserção da temática “sexo” nas publicações femininas brasileiras, tendo como pioneira a revista Nova. Nessa década, para muitos solteiros ter relações sexuais adquiria um sentido revolucionário, e a partir dos anos 1980, fazer sexo era algo tido como normal. Para Luca (2003), a perda da virgindade passou a ser uma opção para as garotas, sendo que a pílula anticoncepcional contribuiu para essa mudança social. Portanto, uma “garota que fazia sexo com o namorado não era mais uma jovem ‘moderna’, alguém de vanguarda com a sensação ou a ‘missão’ de romper tabus, mas sim uma pessoa de seu tempo” (LUCA, 2003, p. 42, grifos da autora).

Quando a “missão feminina” era ser esposa e mãe, nota-se que a procriação era altamente valorizada, sendo comum a mulher ter gravidezes sucessivas e ficarem ligadas aos filhos a fim de cuidar de sua educação. Porém, quando a mulher teve a oportunidade de usar métodos contraceptivos mais modernos e eficientes foram-lhe oferecidas novas escolhas, como: fazer um controle da concepção, estabelecer um planejamento familiar e até mesmo optar por não ter filhos. Diante disso, verifica-se que “a possibilidade de ter ou não filhos atrelou-se em maior grau aos desejos da mulher e/ou do casal. Também implicou no fato de que a sexualidade feminina se desvinculasse da maternidade (inevitável ou obrigatória)” (SCOTT, 2013, p. 29).

Além das alterações referentes à quantidade de filhos e ao poder feminino de decidir sobre o que fazer com o próprio corpo, verifica-se que na segunda metade do século XX – principalmente nas últimas décadas – mudanças no matrimônio e arranjos familiares. Sobre isso, Scott (2013, p. 28, grifos da autora) declara que

os dados indicam uma queda no número dos casamentos legalizados (assentados nos cartórios de registro civil) a partir da década de 1980, assim como um declínio das uniões realizadas apenas no religioso. Isso, contudo, não quer dizer necessariamente que as pessoas estejam ‘se casando menos’. O fato é que um número cada vez mais significativo de homens e mulheres passa a viver como ‘casal’, optando, contudo, por manter uniões informais e sem vínculo legal. Ocorre ainda um aumento nas separações e nos divórcios. Portanto, as uniões acontecem, mas em geral duram menos.

De acordo com Dulcilia Buitoni (1990), desde o final do século XVII a imprensa feminina explicitava nos títulos dos veículos de comunicação qual seria o público específico a que se destinava: as mulheres. Diante deste contexto, para a autora, tal imprensa é percebida

enquanto um conceito sexuado, em que “o sexo do seu público faz parte de sua natureza” (BUITONI, 1990, p. 7).

No século XVIII, a imprensa feminina exercia um papel de importância na Europa. Contudo, Buitoni (1990) explica que no Brasil, ainda não existia esse tipo de imprensa, uma vez que apenas no século XIX ela recebeu permissão para funcionar. Esse atraso do Brasil em relação à Europa, principalmente à França (país pioneiro no desenvolvimento da imprensa feminina), ocorreu, pois “no século XIX, a imprensa em geral, no Brasil, era bastante artesanal e de cunho opinativo. O caráter noticioso pouco existia nos jornais de então” (BUITONI, 1990, p. 41).

Segundo Buitoni (1990), no começo do século XIX, as primeiras publicações apresentavam a moda como tema principal. Contudo, com o passar do tempo surgiram revistas que abordavam além da moda e culinária, outras temáticas, como: política, literatura e cultura em geral. Grande parte dessas publicações, duraram pouco tempo, algumas apenas cinco ou seis edições.

Ainda sobre a imprensa feminina, a autora explica que a mulher auxilia no processo de caracterização de tal imprensa, seja como receptora em determinados momentos e, em outros, como produtora. Buitoni também ressalta que embora alguns veículos sejam redigidos por mulheres, “não é uma condição necessária para que qualifiquemos de femininos. O grande elemento definidor ainda é o sexo de suas consumidoras” (BUITONI, 1990, p. 8).

A autora ainda elucida que, mais do que a imprensa em geral, a imprensa feminina encontra-se diretamente ligada ao contexto histórico fruto do seu surgimento, que por sua vez, também influencia em cada etapa da sua evolução. Ela acrescenta que “jornais e revistas femininos funcionam como termômetro dos costumes de época. Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada. A movimentação social mais significativa também vai sendo registrada” (BUITONI, 1990, p. 24).

Na imprensa feminina, ao mesmo tempo em que as mulheres eram as protagonistas no processo de produção, também desempenhavam o papel de receptoras/leitoras dos textos publicados e, ainda, eram consumidoras em potencial dos produtos anunciados nos periódicos. Visto que eram “agentes de sua própria história, coube-lhes produzir significativos títulos daquela imprensa periódica, dando visibilidade para o universo feminino enquanto se colocavam num mercado predominantemente masculino.” (MARTINS; LUCA, 2010, p. 67).

C capítulo a seguir *Fragmentos de si* contém as trajetórias de vida de cada uma delas, as peculiaridades de suas histórias de vida e memórias. No capítulo seguinte *Texto e Contexto* é possível conhecer pontos em comum de suas vivências, o que nos possibilita inferir, por

exemplo, quais eram alguns dos ritos escolares no Brasil e como era ser mulher, jornalista e professora de jornalismo no século XX.

6 FRAGMENTOS DE SI

Três jornalistas/professoras foram convidadas para auxiliar-nos no desenvolvimento da pesquisa, são elas: Alice Mitika Koshiyama, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni e Marialva Carlos Barbosa. A seguir são apresentadas as memórias relatadas por cada entrevistada a fim de que seja possível conhecer, com o auxílio da história oral temática, como era ser mulher, jornalista e docente de jornalismo em meados do século XX e também nos dias atuais, visto que essas professoras continuam trabalhando intensamente. Diante disso, destacam-se alguns aspectos: a infância, como eram as relações familiares, quais as motivações que as levaram a cursar Jornalismo, o exercício da profissão de jornalista no mercado e a atuação na docência no Ensino Superior.

Neste capítulo é possível conhecer um pouco mais sobre as trajetórias peculiares das entrevistadas, suas histórias de vida e memórias. O capítulo seguinte, por sua vez, apresenta uma reflexão e análise dos depoimentos de forma conjunta, sendo possível inferir em quais pontos as histórias de cada uma delas se cruzam nos dando pistas da história coletiva. Desse modo, é possível identificar, por exemplo: como era a conjuntura da segunda metade do século XX e os papéis sociais que eram atribuídos às mulheres, a experiência de estudar no curso de Jornalismo quando a graduação ainda era recente no Brasil, como eram os estágios da área e a vivência no mercado de trabalho, de que forma se dava o ingresso na docência e como era estar em sala de aula trabalhando como docente, dentre outras questões.

6.1 Alice Mitika Koshiyama

Entre os anos de 1967 e 1971, Alice cursou graduação em Bacharelado em Comunicação Social, Jornalismo na Universidade de São Paulo. Também se graduou em Bacharelado e Licenciatura em História no período de 1968 e 1972 pela mesma universidade. Ainda em 1972 ingressou no mestrado em Ciências da Comunicação na USP. Defendeu a dissertação intitulada *Monteiro Lobato: Empresário, Trabalhador, Intelectual e Ideólogo da Indústria do Livro no Brasil* e obteve a titulação de mestre em 1978. Dois anos depois iniciou o doutorado em Literatura Brasileira na mesma instituição de ensino. Pesquisou sobre o *Tempo de Levindo: Ficção e História no Romance de Quarup*. Tornou-se doutora em 1987 e no de 1993 fez Livre-docência pesquisando sobre o tema *Histórias do Jornalismo: das práticas jornalísticas às práticas pedagógicas*. No período de 1990 a 1992 realizou o pós-doutorado.

Apesar de ter se aposentado da carreira na USP em março de 1998, permanece como docente colaboradora do curso de graduação bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Além de atuar como professora orientadora na Pós-graduação, mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação.

Entre os anos de 2010 e 2014 desenvolveu projeto de pesquisa sobre *Comunicação e a Construção da Cidadania: a ação das organizações feministas e de revistas femininas na questão da violência contra a mulher no Brasil (1970-2013)*. De 2014 até o presente momento pesquisa sobre *Comunicação e a construção da cidadania das mulheres II: Violência contra a mulher e lugares sociais de ocorrência nos espaços privados, públicos e estatais (2014-2016)*.

Em 26 de fevereiro de 1948 nasce Alice Mitika em São Paulo capital. Acredita que optar por um rumo na vida está ligado às possibilidades, aos incentivos e aos projetos que são construídos ao longo do tempo. Alice afirma que as motivações começam na infância “quando eu tinha uns dois, três anos o meu pai lia historinhas em japonês, em língua japonesa, essas historinhas elas eram historinhas pra crianças, mas era aquela coisa elaborada, ela tinha uma sequência. Bom, o meu pai trabalhava o dia inteiro e a noite ele fazia esse trabalho de leitura”.

O gosto pela leitura surgiu com o incentivo do pai. Sendo tarde da noite ele precisava descansar para mais um dia intenso de trabalho que o esperava ao amanhecer, por isso a leitura era feita em partes. Como o enredo continua? Questionava com frequência Alice, surpresa que lhe causava angústia e expectativa para a leitura do dia seguinte. A curiosidade em querer descobrir a continuidade de cada história lida pelo pai despertou em Alice o sonho de poder ler. Uma independência que lhe possibilitaria se aventurar no universo da leitura.

Aos três anos de idade brincava na rua com outras crianças, algumas já cursavam o quarto ano primário, que nas palavras de Alice, era uma série que naquele período já dava competências para ler textos simples, escrever ditados e fazer contas. Para aprender melhor sobre o alfabeto decidiu brincar com os vizinhos de “escola”. No ontem brincava de aluna para aprender a ler e o futuro já lhe reservava o outro lado, a posição de professora.

Brincadeira que se tornou base para edificar a construção do saber. Ao ingressar no primeiro ano primário já conhecia o alfabeto completo e como combinar as letras. Para ela, foi uma aventura prazerosa passar da primeira infância para entrar na fase de absorção de conhecimentos ministrados. Alice cresceu e se tornou uma aluna dedicada aos estudos.

Nas memórias dos tempos de escola lembra que tinha jardim de infância, era recreativo. A gente não podia pagar pra fazer então eu brincava com as meninas. Quando eu

entrei no primeiro ano primário eu já sabia, já conhecia todo o alfabeto, já sabia como combinar então foi uma delícia entrar nesse novo mundo, de sair dessa coisa da primeira infância de brincar na rua, andar atrás dos animais de estimação que a gente tinha e invadir os quintais pra pegar flores e levar broncas, ‘como vocês estão mexendo em minhas rosas?’ e passar para a fase de absorção e conhecimentos ministrados”.

Após sair do colégio de freiras e antes de ingressar em outra escola, Alice teve uma experiência prática com o jornalismo da imprensa feminina. Ela relata que o jornal *Diário de S.Paulo* tinha uma seção produzida por Neusa Coelho intitulada “Suplemento Feminino”, a qual era publicada uma vez por semana sempre aos finais de semana. Nesse espaço as leitoras poderiam pedir sugestões de receitas e/ou publicar as suas próprias, havia a possibilidade de trocar desenhos de roupas e outros serviços, enfim um espaço de diálogo, Alice comenta que funcionava do seguinte jeito: você que é leitora, podia contactar as outras pessoas que escrevem para o jornal. Então você podia usar seu nome, botar seu endereço, caixa postal, ou podia usar um pseudônimo, antes era legal porque não tinha esses *bullyngs* como hoje, essas confusões. E era extremamente prático: era troca de receitas de bolo, doces, bordados, textos, mas era essa coisa é dona de casa mesmo. Mesmo sendo ainda uma criança, Alice enviou conteúdos à seção e recebeu respostas positivas de algumas leitoras. Em um dos casos chegou a copiar e enviar uma receita que viu na revista “O Cruzeiro”. A experiência de conseguir ser útil e sem estar no lugar e trocando informações a fascinou, sem saber o que já praticava de certa forma era o papel de jornalista.

Ela recorda que a experiência com a comunicação começou através da habilidade da escrita. Para trabalhar o talento ainda jovem fez curso de datilografia. O pai ficou doente, teve úlcera, e Alice precisou conseguir um emprego para ajudar no próprio sustento e da família. “Então o dinheiro que eu conseguisse levantar era importante pra mim e para a família poder continuar subsistindo. Aí eu fiz o seguinte: eu entrei no Colégio Estadual Domingos Faustino Sarmiento e arrumei um emprego no centro da cidade, fiquei acho que período curto, depois eu fui trabalhar na então atacadista de produtos farmacêuticos e remédios Irmãos Guimarães Ltda. E aí eu tive uma experiência também que foi muito interessante porque eles iam me contratar para datilógrafa e aí de repente o diretor comercial me perguntou ‘você tem redação própria?’ claro que eu tenho, acabei de entrar no colegial eu sei escrever cartas. É porque a sua datilografia não é muito boa, mas nós temos dois bons datilógrafos aqui, mas ninguém tem redação própria então você pode ajudar nessa parte, ah foi ótimo”.

Os anos se passaram Alice ingressou no ensino superior. Coursou duas graduações concomitantemente: bacharelado em Comunicação Social, Jornalismo, nos anos de 1967 a 1971 e bacharelado e licenciatura em História de 1968 a 1972. Os dois cursos foram realizados na Universidade de São Paulo.

Sobre as memórias que tem dos tempos de universidade Alice ressalta que “era um mundo que eu imaginava de um jeito e se revelou de outro, ou seja, a primeira coisa que eu aprendi é que as pessoas podem ser boas ou más, indignas ou dignas, picaretas ou sérias em todos os ambientes, inclusive na universidade, encontrei tudo isso, já no período que eu estava estudando”. No primeiro ano de Jornalismo teve a oportunidade de fazer estágio “eu fui estagiar e encontrei uma turma lá que falava assim: ‘a gente precisa estudar alguma coisa de verdade’, eu falei ‘mas o quê?’ aí um menino disse: ‘ahh eu vou fazer Ciências Sociais, fazer História’, eu falei ‘ninguém vai fazer Jornalismo?’ eles olharam pra minha cara e falaram ‘pra quê né?’ aí eu pensei bom eu acho que vou continuar a fazer jornalismo, mas eu vou fazer uma tentativa na História. Aí fiz vestibular pra História em 68 e entrei lá”.

Ao cursar Jornalismo e ingressar no curso de História notou uma grande diferença naquele período, “porque o curso de jornalismo tinha sérias deficiências tecnológicas para ser encaminhado”. Mas, apesar de tal contexto conta que teve boas experiências a partir do curso. “Eu fiz estágios na sucursal paulista do jornal *Última Hora*, eu conheci essa manifestação cultural que se chama Cinema Novo, conheci cineastas aqui no Brasil que de outro jeito eu não teria nem chegado perto deles porque eu não era uma cinéfila eu não tinha tempo de freqüentar os cinemas naquele período porque eu trabalhava a semana toda e tinha que dar conta das exigências escolares e na minha família o cinema nunca foi, a leitura sim, mas o cinema, da parte do meu pai, meu pai gostava de cinema, mas não ao ponto de ficar levando a gente, minha mãe é que as vezes ia ao cinema japonês”.

Conciliar as graduações de Jornalismo e História não foi uma tarefa simples. “Era bastante complicado. Em 68 eu consegui uma vaga para morar no conjunto residencial da USP (CRUSP), aí eu fazia assim, de tarde eu tinha o estágio no jornal, a noite fazia o curso de História e fazia Comunicações de manhã. Mas, como a Escola de Comunicações no segundo semestre teve muitas paradas aí você não tinha aula. E aí enquanto alguns colegas meus estavam viajando, no interior ou até na Europa, outros permaneciam em suas atividades profissionais. Parte dos colegas atuavam no movimento estudantil muito ativo. Eu fiquei aqui e arrumava um monte de bicos pra fazer, trabalhava em pesquisa de instituto de levantamento de dados, em pesquisas de mercado, eram quebra galhos mesmo, encomendas pra fazer texto e ia fazendo e conseguindo juntar um dinheiro”.

Ao finalizar o período de graduação Alice ingressou no Mestrado em Ciências da Comunicação também na Universidade de São Paulo (1972 a 1978). Ainda na USP cursou o Doutorado em Literatura Brasileira entre 1980 e 1987.

Vários motivos a levaram a escolher a docência em Jornalismo como carreira. Sobre esse aspecto ela recorda que “na verdade quando eu me formei, primeiro em Jornalismo e no ano seguinte eu me formei em História, fiz bacharelado e licenciatura. E a minha posição inicial eu queria trabalhar com o ensino público colegial. Eu achava que era um lugar onde se tinha muita coisa para fazer. Mas, quando eu fui visitar os colégios, vários deles estavam sob intervenção da ditadura, olha não dá, porque isso aqui vai ficar afundando algum tempo. Aí outra questão era a questão salarial também. Eu fui trabalhar no jornal e ganhava cinco vezes o que eu tiraria como professora do Ensino Médio e fora que eu teria que ser substituta e depois disputar as vagas. Mas o que decidi foram as condições eu diria ambientais. Porque aí quando eu terminei apareceu uma vaga, logo que eu terminei a universidade aqui, o curso de Jornalismo, o pessoal abriu uma série de vagas porque o curso era novo, não tinha professor, então a gente se candidatou. Na época você não tinha curso de formação de professores para o ensino de Comunicação e acho que algumas pessoas que podiam ser excelentes professores na época eles não passariam pelo crivo dos serviços de segurança da universidade que era uma interferência de fora pra dentro, mas com conivência de pessoas de dentro. Então tinha a questão dos contratos e o fato das pessoas não se interessarem também porque elas seriam expostas à repressão. E eu acho também que o curso não tinham aquelas condições técnicas, que se pensar em uma universidade americana na época ou nos centros de formação de jornalistas no exterior, ainda devia se investir muito”.

Nesse período de repressão Alice comenta que “todo mundo tinha medo. E o medo, não que você estava fazendo alguma coisa necessariamente, mas você tinha os seus amigos que eles estavam em ação na vida política outros estavam em ação na vida política dentro da universidade e você ia vendo o que ia acontecendo. Então você pensar na possibilidade de desenvolver trabalho de longo prazo intelectualmente consistente era complicado. E outros nem queriam passar, nem pensavam em passar por esse crivo de ter os seus currículos examinados e alguém dizer ‘ah não pode você fez isso, fez aquilo naquele lugar’, era uma coisa meio paranóica mesmo. A gente sentia essa paranóia”.

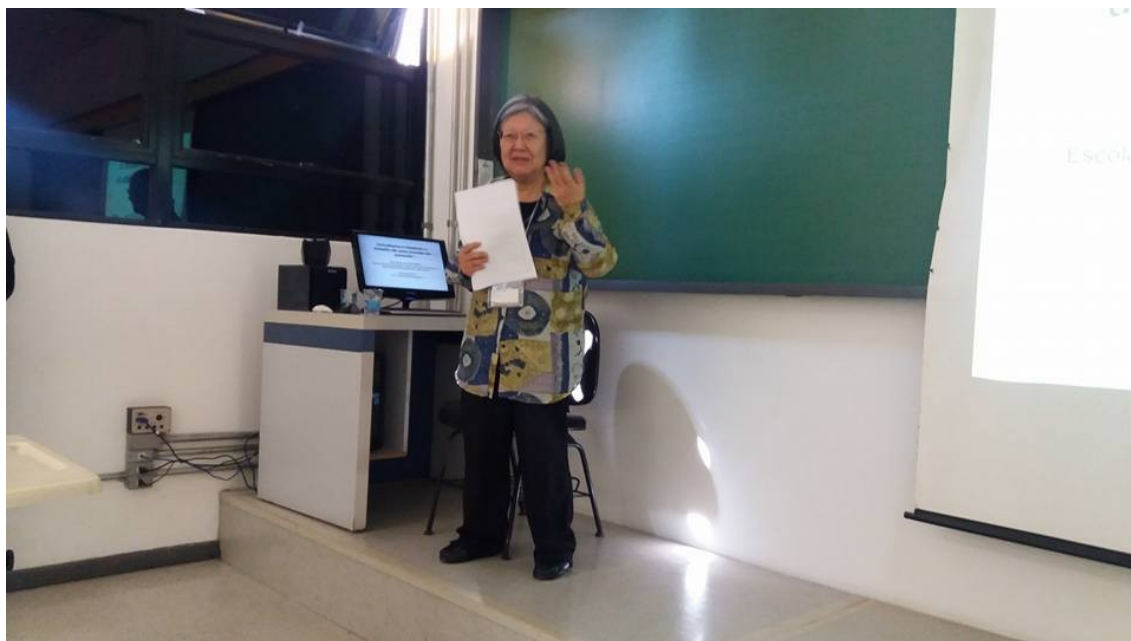
Mesmo diante desse contexto, Alice decidiu trilhar na carreira da docência. “Mas aí eu pensei, olha eu estou começando, eu preciso estudar, eu quero estudar e vou ter o salário pra estudar e trabalhar com os alunos que são pessoas quase que na mesma idade que eu e esse era o meu foco, depois eu vejo o que é que eu posso fazer. Era um emprego que juntava

possibilidades. Ser professor é muito bom porque você pode organizar suas atividades, seus cursos, trabalhar com pessoas e continuar estudando o tempo todo.

Quando Alice iniciou o trabalho como docente no princípio, eram vários os desafios. “Eu acho que as minhas primeiras experiências tiveram dois ângulos. Eu tinha que aprender muito mais e de outra parte eu tive alguns alunos que eram extremamente politizados e solidários. Então eles me passaram várias coisas que eu precisei saber e organizar ao longo do tempo. Então acho que isso daí foi muito importante para o crescimento, porque quando você quer ser professor, você fala eu quero ser professor, mas é um desejo, agora vai dar certo?, como é que eu vou me envolver com isso?, eu vou agir como?, vou repetir o que eu aprendi quando eu era aluno?, ou eu... e aí essas coisas vão ter que ser problematizadas em cada momento. Por quê? Primeiro porque você não é mais a mesma pessoa que você foi quando aluno, segundo não existe o professor ou a professora, o que você é vai ser passado nas suas reações com as outras pessoas. Eu acho que pra mim a coisa que foi mais pesada é você trabalhar com medo sabe? E não é medo de uma coisa específica, é medo de você estar fazendo o que não deve no sentido que você tem uma expectativa, mas você fazer outra. O segundo ponto é você não conseguir comunicar o que você acha que tem que ser mostrado”.

Na Fotografia 1, temos um instante de Alice em sala de aula captado por um aluno.

Fotografia 1 - Alice nos dias atuais



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

6.2 Dulcilia Helena Schroeder Buitoni

No ano de 1966, Dulcilia Buitoni ingressou no curso de Direito da Universidade de São Paulo. Um ano depois, iniciou os estudos na graduação de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Conclui ambas as graduações na USP em 1970.

Entre os anos de 1972 e 1977 cursou mestrado em Letras na área de Teoria Literária e Literatura Comparada. Pesquisou sobre *O quadrado amoroso. Algumas considerações sobre a narrativa de fotonovela*. No período de 1977 a 1980 cursou o doutorado no mesmo Programa de Pós-Graduação e desenvolveu tese sobre *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*, pesquisa que se tornou livro e uma das mais importantes publicações da carreira de Dulcilia. Obra que é referência para alunos, pesquisadores e profissionais que estudam sobre a imprensa feminina no Brasil. De auxiliar de ensino, em 1972, a professora titular em 1991 fez toda sua carreira docente na USP, tendo se aposentado em 2005.

No ano de 1986 fez Livre-docência também na Universidade de São Paulo, obteve o título com o projeto *Texto-documentário: espaço e sentidos*, que gerou, entre outras publicações, o livro *Quintal mágico: a educação-arte na pré-escola*. Atuou como docente no Mestrado em Comunicação na Faculdade Cásper Líbero entre 2006 e 2015. No início de 2017, foi contratada como professora permanente do Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP). Anteriormente, trabalhou como docente na USP no curso de graduação de Comunicação

Social, habilitação em Jornalismo e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. Começou a carreira na USP em 1972 como Auxiliar de Ensino e em 1977 se tornou Professora Assistente. No ano de 2016, na comemoração dos 50 anos da ECA/USP, ela foi homenageada como professora dos primeiros anos da Escola. Em 2016, recebeu o Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo na categoria Sênior, no congresso da SBPJor em Florianópolis.

Dulcilia nasceu em São Paulo, capital em 1947. Com um tom bem-humorado e alegre, conta que completa 70 anos em 2017. Sobre as memórias da infância relata que morou em sua terra natal “meu pai engenheiro trabalhava em firmas de engenharia e era professor da Poli. Depois quando começaram a abrir a USP São Carlos e Unicamp – ele ajudou na implantação das duas. No final da vida ele ficou só em São Carlos, em tempo integral, mudou-se para lá. Minha mãe tinha feito curso de secretariado, foi secretária de uma grande empresa, mas quando ficou grávida ela nunca mais trabalhou. Era o costume naquela época. E eu fui criada, eu nasci logo após o pós-guerra tinha dificuldade e eles alugaram um apartamento no centro e depois fomos para uma casa alugada que tinha sido do meu avô quando ele morreu. Aí meu pai construiu uma casa no Sumaré, era um bairro que ainda não tinha nada então super vazio, a gente brincava no campo, na rua soltava pipa todas essas coisas. Eu tive uma infância bem gostosa, bem “à vontade”: “Hoje essa casa é de minha propriedade”.

Dulcilia ingressou no jardim de infância com cinco anos de idade em um colégio de freiras francesas chamado Notre Dame “existe até agora, claro que agora ele é um colégio misto e ele fica, aqui no bairro Sumaré, tem a igreja Nossa Senhora de Fátima que é famosa dos portugueses e o Colégio fica numa rua abaixo. Era perto da igreja, então tinha muita relação com a igreja e meu pai me levava, mas quando eu fiquei maiorzinha dava pra ir a pé, voltar do colégio. Foi assim, foi gostoso eu gostava muito de ler, sempre fui uma rata de biblioteca lia tudo que me aparecia pela frente e então na escola”.

Sobre os ritos escolares naquele período recorda que “nessa época havia umas escolas de freiras, algumas eram um pouco mais modernas e tinham um certo posicionamento político. As coisas já estavam começando a complicar e, deixa eu ver, em 1962 eu estava com 15 anos e algumas já eram mais avançadas porque nelas havia movimentos estudantis. A minha era uma escola mais conservadora porque a fundadora dessa ordem de freiras francesas era do interior, não de Paris. Então eu acho que isso fazia alguma diferença porque outros colégios franceses eram mais abertos”. Havia um colégio italiano que é o Santa Marcelina e tinha um outro colégio italiano que agora no momento eu não me lembro o nome, mas a maioria dos colégios de freiras eram de freiras francesas. Mas, havia alguns que justamente

eram dessas freiras modernas: o Sion, o Des Oiseaux, o Madre Alix; eram colégios em bairros mais caros, vamos dizer colégios mais de elite. Aqui era um colégio assim de classe média, frequentado mais pelo pessoal do bairro. Então, eu gostava muito das matérias relacionadas com português e história, mas eu já tinha uma ligação com imagem, eu queria colocar imagens no livro, no caderno de história e tal. Eu tive uma professora muito boa de literatura e de português no colegial clássico, essa professora, chamada Maria Tereza Strongoli, foi uma pessoa que teve muita influência na minha formação. Depois ela fez concurso e trabalhava na Faculdade de Educação da USP, eu não sei se ela ainda é viva. Encontrei com ela lá, sabe aquelas pessoas que você idealiza como um modelo? Uma professora muito legal. Então foi assim, foi meio tranquilo, apesar de algumas coisas de que eu não gostava; eu era uma aluna muito estudiosa, mas não de ficar me achando, tinha facilidade, sempre tirava nota boa, sempre assim, foi tranquilo. No entanto, havia as maluquices das freiras. Por exemplo: o uniforme de educação física era uma saia com uma calça com elástico nas pernas por baixo. Quando era festa junina não podiam vir meninos, nem que fossem irmãos. Então esse negócio, não poder vir os irmãos a gente achava horrível, ainda mais quando estava maiorzinha a gente queria os irmãos das amigas, claro. Eram umas coisas muito quadradas, muito”. A Fotografia 2 ilustra o contexto escolar em que Dulcília estava inserida.¹⁷

Fotografia 2 - Dulcília Buitoni em colégio confessional

¹⁷ Na foto, Dulcília ocupa o primeiro lugar no canto direito da primeira fila.



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

Os anos se passaram e Dulcilia ingressou na Universidade de São Paulo. Conciliou duas graduações: Direito (1966 a 1970) e Jornalismo (1967 a 1970). Formada na primeira turma do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes, ela conta como foi a experiência: “o curso era fantástico! Porque era assim, eu estava na faculdade mais inovadora da USP e na mais quadrada e mais careta. Em 1968, havia movimentos políticos muito fortes na São Francisco e um grupo de alunos tomou a faculdade em junho. Eles foram retirados pela polícia uns dois meses depois e todo mundo foi preso. Eu era amiga do pessoal, mas não participei muito disso, até porque eu era mais medrosa nessa parte. Apesar de, vamos dizer, apoiar e tudo”.

Perto da conclusão do curso de graduação em Jornalismo decidiu ingressar no mercado de trabalho. “No último ano eu resolvi que tinha que trabalhar, passei para a noite no último ano do curso de direito. Passei para a manhã na ECA, ficando com a tarde livre. Eu fui

fazer estágio no Notícias Populares, que era um jornal do grupo Folha, sensacionalista pra caramba, tem teses sobre ele, inventou o bebê diabo, todas essas coisas. Eu era a única mulher na redação, que parecia uma delegacia de polícia, porque os repórteres traziam muitas matérias sobre crimes. E tinha um chefe lá, um redator chefe, que eu nem lembro o nome dele, que vivia me espantando e querendo me assustar. Imagina, uma foquinha da USP naquele ambiente, eu agüentei três meses e saí. Isso em 1970. Era assim, ele me chamava para me mostrar como eles alteravam fotos, aumentavam a poça de sangue para impressionar mais, essas coisas.”

Ao longo da graduação se preparou para trabalhar como jornalista no mercado e naquele momento não imaginava seguir a carreira docente. “Na faculdade eu estava mais encaminhando para o jornalismo do que para ser professora. Naquela época eu não pensava na docência como projeto de vida, apesar de gostar da atividade acadêmica”.

Dulcilia conta como ingressou no universo da docência: “houve uma seleção na ECA, no Departamento de Jornalismo, porque iria começar um curso de Editoração, que também foi uma novidade, não existia nenhum no Brasil. O curso era principalmente sobre editoração de livros. Como eu estava fazendo Teoria Literária na pós, fui lá me inscrever e o professor José Marques de Melo era o coordenador. Comecei a dar aula nos dois cursos, Jornalismo e Editoração, de matérias relacionadas a redação e linguagem. Foi aí que também começaram a entrar na ECA as mulheres porque antes, na minha graduação, não havia professoras de jornalismo”. Como docente desenvolveu várias pesquisas, dentre elas a de maior projeção foi sobre a imprensa feminina brasileira.

Em 1981, Dulcilia começou a dar aula na pós-graduação *Stricto Sensu* em Comunicação; o primeiro mestrado orientado por ela foi defendido em 1985 e analisava o *Suplemento Feminino* do jornal *O Estado de S. Paulo*. Desde então até 2005, orientou na USP dissertações e teses sobre jornalismo, comunicação e relações de gênero, fotojornalismo, documentário, narrativas jornalísticas, teorias do jornalismo, teorias da comunicação e cultura visual. Continuou sua carreira de pesquisadora de jornalismo, professora e orientadora no Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, de 2006 a 2015, e agora no Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado da ESPM-SP. Um dos seus temas principais é o estudo das visualidades contemporâneas. Em 2011, ela publicou o livro *Fotografia e Jornalismo*. O registro do lançamento pode ser visto na Fotografia 3.



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

Outra conquista na carreira de Dulcilia aconteceu no ano de 2016. Ela recebeu o Prêmio Adelmo Genro Filho, na Categoria Sênior da SBPJor. A seguir, na Fotografia 4, é possível conferir um momento em que foi homenageada.

Fotografia 4 - Dulcilia recebendo Prêmio Adelmo Genro Filho



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

6.3 Marialva Carlos Barbosa

No ano de 1973 Marialva ingressou no curso de Comunicação Social na UFF e concluiu a graduação em 1976. Em 1989 foi aprovada no mestrado em História da mesma universidade. Ela pesquisou sobre *Operários do Pensamento: Visões de Mundo dos Tipógrafos do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Entre os anos de 1992 e 1995 desenvolveu o doutorado em História também na UFF. A tese intitulava-se *Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Em 1998 cursou pós-doutorado no *Centre National des Recherches Scientifiques* (CNRS), França. Ela foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Se tornou docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2012 e até o presente momento trabalha na instituição de ensino. Marialva desenvolve diversas pesquisas na área de História da Comunicação/Jornalismo no Brasil, inclusive uma delas se tornou o livro referência na área intitulado *História Cultural da Imprensa*.

O sotaque acentuado revela a origem carioca. Nascida em 19 de junho de 1954, no Rio de Janeiro, capital, Marialva Carlos Barbosa teve uma infância comum “morava em Piedade, estudava em Encantado. Era uma infância como toda criança do subúrbio, brincar, ir pra escola, ficar um pouco em casa e tinha o sítio da minha avó que era em Campo Grande que a gente ia no final de semana. Então é sempre essas lembranças dessa infância de brincadeira na roça também, isso que marcou muito minha infância” (Fotografia 5).

Fotografia 5 - Marialva aos três anos de idade



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

Caçula de dois irmãos cresceu em uma família do subúrbio carioca. Nas palavras de Marialva uma família comum de “classe baixa, de operário”. A mãe era empregada doméstica e o pai “era operário do cais do arsenal de marinha do Rio de Janeiro, trabalhava como guindasteiro, que era a profissão, quer dizer motorista de guindaste ou guindasteiro”. Os pais sempre a incentivaram a estudar, principalmente a mãe “que sempre teve o sonho de ter um filho formado em universidade”.

Estudou em instituições públicas de ensino. Nos primeiros anos, em especial, estudava em escolas no subúrbio do Rio. A escolha foi baseada em uma motivação principal: estudar na região em que morava. Marialva recorda sua trajetória escolar “eu estudei em escola pública. Primeiro na Escola Goiás, eu morava em Piedade e essa escola ficava no bairro vizinho que era Encantado, um bairro vizinho aqui da linha férrea do subúrbio carioca e depois fui estudar no colégio no ginásio José de Patrocínio em Del Castilho, que também era uma escola pública e depois eu fui para a escola normal Carmela Dutra que fazem formação de professor que era em Madureira [...] (Fotografia 6).

Fotografia 6 - Marialva aos quinze anos de idade



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

Depois eu mudei pra Jardim América e continuei estudando em Madureira e morando no Jardim América. E aí depois na sequência da Escola Normal eu passei pra Universidade Federal Fluminense pra fazer jornalismo, entrei em 1973” (Fotografia 7).

Fotografia 7 - Marialva nos tempos da Escola Normal



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

Ver a filha formada e crescer na área profissional de jornalista e na docência foi motivo de grande orgulho para os pais. Marialva conta que “ficaram muito orgulhosos! Quer dizer, minha mãe morreu tem dois anos, meu pai morreu há 25 anos, mas ele chegou a ver eu formada trabalhando já dando aula na universidade. Comecei a dar aula muito cedo”.

Estudou na UFF entre 1973 e 1976 (Fotografia 8). Recorda que naquele tempo teve uma expansão dos cursos de jornalismo no País, eram poucos que existiam. Foi na década de 1950 que houve a criação dos primeiros cursos de jornalismo do Brasil. Ressalta que “no período do golpe militar houve um incentivo à criação de novos cursos de comunicação, não eram cursos de jornalismo, eram cursos de comunicação já com habilitação”. Na UFF havia três habilitações: jornalismo, publicidade e propaganda e cinema.

Fotografia 8 - Marialva nos tempos da faculdade



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

Marialva optou por cursar jornalismo. Lembra que o curso era formado por um ciclo básico com disciplinas das áreas de humanas, de fundamentos linguísticos de comunicação e filosóficos de comunicação. Algumas das disciplinas do currículo naquele período eram: “Realidade Brasileira, Língua Portuguesa, Sociologia, tinha as disciplinas de caráter humanístico e um ciclo profissional. Tinha basicamente as disciplinas Redação, Reportagem, Telejornalismo, Radiojornalismo, Edição de Jornal, Administração de empresa jornalística e Diagramação”. Dentre as várias matérias, algumas eram suas prediletas como Redação, Língua Portuguesa e História. “Eu gostava muito das disciplinas da área de História porque depois eu fiz mestrado e doutorado em História”.

Durante o período da graduação em jornalismo (1973-1976) o convívio entre docentes e discentes da UFF era de proximidade devido ao contexto que vivenciaram da ditadura militar. Segundo Marialva, “era uma relação muito próxima a gente vivia naquele período da ditadura militar, havia muito, muito enfrentamento na universidade, invasão da universidade, proibição de conferências, palestras, uma repressão muito forte. Isso aproximava os docentes dos discentes.”

Naquele tempo o corpo docente da habilitação de Jornalismo da UFF era formado principalmente por ex-jornalistas. Por apresentarem experiência no mercado de trabalho conseguiam as vagas para exercer a docência. “Naquele tempo o professor porque ele era um profissional ele ingressava pra dar aula. Os professores não tinham mestrado não tinham doutorado. Eram profissionais normalmente bem-sucedidos no mercado que davam aula no curso de jornalismo”.

No ano de 1979 Marialva começou a dar aula onde havia se formado, Universidade Federal Fluminense. Sempre gostou de dar aula e percebeu que tinha uma vocação para o ensino. Conseguiu a vaga de docente ao ser aprovada no concurso. Conta como tudo começou: “abriram as vagas do professor Muniz Sodré e Rosenthal que pediram licença para fazer esses trabalhos. Rosenthal pra ser correspondente do Jornal do Brasil em Buenos Aires e o Muniz pra fazer pós-doutorado na França. E eu estava um dia em Ipanema na rua e encontrei o diretor do instituto na época do IACS da UFF e ele me informou na rua lá em Ipanema, eu morava lá, que tinham aberto uma vaga se eu não queria ir lá pra prestar o concurso. Eu fui no dia seguinte na segunda-feira na UFF me inscrevi, prestei o concurso, passei e comecei a dar aula. Comecei a dar aula, adorei! Gostei muito e foi assim que tudo começou”.

Marialva também desenvolveu carreira como jornalista no mercado profissional. Teve experiência em várias áreas. “Trabalhei no *Jornal Diário*, no *Jornal Última Hora* (Fotografia 9), trabalhei na *Rádio Tupi*, trabalhei na *TV Tupi*, isso como jornalista. Agora, ainda como jornalista em empresa eu trabalhei na Sul América Seguros, na Esso Brasileira de Petróleo, na TELERJ do Rio de Janeiro no mercado como assessora de comunicação. Eu fui assessora de comunicação muitos anos.”

Fotografia 9 - Marialva nos tempos da reportagem no *Jornal Última Hora*



Fonte: acervo pessoal da entrevistada.

Entre os anos de 1989 e 1992 cursou Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense. Em seguida realizou o doutorado também em História na mesma Universidade (1992-1995). O interesse pela área começou muitos anos antes, ainda no momento de fazer a escolha no vestibular. Optou por Jornalismo e marcou como segunda opção o curso de História “eu ia fazer, eu tinha afinidade com essas duas áreas”. Após a graduação decidiu continuar a formação, entretanto não escolheu um programa de pós na área de Comunicação tendo em vista que “naquele momento não havia mestrados e doutorados em comunicação em profusão como tem hoje. A gente só tinha o mestrado em comunicação aqui na UFRJ no Rio de Janeiro, era o único, estava começando. O mestrado aqui começa em 78 ou 77, acho que fez 40 anos ano passado. É então ele estava começando e o mestrado de História já era uma área mais consolidada na UFF. E aí eu resolvi fazer então, porque era o melhor mestrado em História, ainda é conceituado há muitas décadas, ele é conceituado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E aí eu resolvi fazer esse mestrado que era mais consolidado, os estudos eram mais consolidados na área e aí naturalmente depois segui o doutorado”.

Apesar de fazer mestrado e doutorado na área de História Marialva não abriu mão da sua primeira área de formação, buscou desenvolver pesquisas que aliassem Comunicação e História. Conta como lidou com a experiência interdisciplinar “comecei a fazer o mestrado já

era professora da Escola de Comunicação eu achava que eu devia relacionar as duas áreas. Fazer um trabalho de comunicação relacionado à história. Como eu fazia mestrado em história trazer a questão da comunicação para um olhar histórico. Então eu trabalho nessa intersecção Comunicação e História desde o mestrado e eu fiz a dissertação sobre tipógrafos no Rio de Janeiro nos anos 20, de 1890 a 1920. Estudei os tipógrafos e depois estudei os jornais diários como um todo no mesmo período no doutorado. Então foi em função da minha dupla formação de Comunicação e História que me fez ingressar nessa área”.

Acredita que realizar pesquisas de fronteira que relacionam Comunicação e História é um rico campo de análise “você trazer pra Comunicação o olhar da História também é muito importante porque você conhece o processo mais profundamente. Então eu acho que essa intersecção Comunicação e História que eu trabalho a mais de 30 anos é uma coisa muito importante, tanto para os estudos de comunicação quanto para os estudos de história”.

Pesquisadora sobre a história do Jornalismo Brasileiro compartilha os conhecimentos sobre a institucionalização do curso de jornalismo no Brasil. Marialva comenta que “começou na Cásper Líbero, na sequência abriu o curso de jornalismo da UFRJ que ele é de 1950. Funcionava na Escola de Filosofia, no Instituto de Filosofia, porque História é mais antiga. A primeira disciplina de jornalismo “Ética no Jornalismo” era uma disciplina da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e ela foi criada em 1918. Então havia uma disciplina de ética jornalística na Faculdade de Direito, por que? Porque no início do século jornalistas eram prioritariamente alunos do Direito. Então havia um viés quase que uma linha de pesquisa da questão da ética do jornalismo na Faculdade de Direito. Ainda durante o Estado Novo houve a criação de um projeto para a criação do primeiro curso de jornalismo no Brasil que teria a participação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), mas esse projeto o Getúlio Vargas fez o decreto, mas o curso não foi implantado. A primeira turma é de 1950 aqui na Universidade do Brasil, então é o segundo curso do Brasil, é o curso de Jornalismo da UFRJ tá, que funcionava no Instituto de Filosofia não era um curso independente. E só na década de 60 que a Escola de Comunicação vai se autonomizar”.

Da segunda metade do século XX para os dias atuais do século XXI Marialva observa que foram várias as mudanças nos cursos de jornalismo, antes apresentavam um caráter mais humanístico, mais de conhecimento geral e agora são muito voltados para as práticas profissionais. Ela acredita ser esta a principal transformação. Sobre o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde leciona atualmente, percebe que “ainda é um curso voltado para as humanidades, o curso da UFRJ, o currículo dele é um currículo muito voltado para as Humanas o que eu acho muito bom porque a prática se transforma com uma

velocidade estonteante, mas as questões humanísticas permanecem, são duradouras. Então eu acho que essa foi a grande transformação, ou seja, tentar abarcar estas transformações tecnológicas e a partir daí ir fazendo as práticas jornalísticas de uma maneira geral, nas práticas tecnológicas, etc. Essa eu acho que foi a principal transformação ao longo dessas décadas”.

Apesar das mudanças, com o passar dos anos alguns aspectos também permaneceram no curso, por exemplo, “uma preocupação de mostrar qual é o sentido e os processos, o sentido da prática jornalística. A importância do fazer jornalístico, o que é ser jornalista na contemporaneidade, quais são os princípios que devem nortear a profissão de jornalismo, os princípios éticos eu acho que essa discussão permanece.”

Sobre as perspectivas de futuro da profissão de jornalista e as práticas de tais profissionais Marialva espera que “os jornalistas de hoje tenham uma reflexão crítica apurada no sentido ético muito maciço da importância da sua profissão, dos valores do jornalismo e muita responsabilidade social na divulgação de fatos, eventos e na construção de uma palavra. É isto que eu procuro ensinar para os meus alunos até hoje, ou seja, o sentido ético da profissão e a responsabilidade social quando você lida com a vida do outro que também é isso que o jornalismo lida diuturnamente”.

Ser docente na segunda metade do século XX e no presente momento tem desafios parecidos. “Eu acho que os desafios de docente são sempre os mesmos. Eu acho que você tem que ter uma responsabilidade muito grande com o jovem que está começando agora, de ensinar práticas que sejam corretas, dignas, um comportamento, uma decência num mundo porque o professor não ensina só *strictu senso* a matéria, ele ensina também uma maneira de estar no mundo, é, uma visão de mundo. Não basta chegar lá e dar o conteúdo a docência vai além disso.” Para estudantes de jornalismo e profissionais que planejam ingressar na carreira de docência a recomendação de Marialva é “que o docente de hoje saiba desse sentido da importância dessa prática docente no mundo de hoje, desse mundo em transformação, profundamente complexo, então que essa prática fica ainda muito mais complexa.”

7. TEXTO E CONTEXTO

Embora em alguns aspectos as histórias de nossas depoentes sejam parecidas, destacamos que elas têm trajetórias peculiares, pois são ao mesmo tempo sujeitos individuais e sociais. Alice, Dulcilia e Marialva apresentam nos depoimentos memórias de uma infância vivida em meio à família e atravessadas por questões de onde emanam lembranças de um tempo ora idílico (brincadeiras nas ruas do bairro, subir em árvores, etc.); ora difícil (a exigência do trabalho desde muito cedo, a falta de tempo para o estudo, apesar do “gosto”).

Marialva tinha o costume de brincar, ficar um pouco em casa e passear na roça; Alice gostava de escutar as histórias em japonês lidas pelo pai, brincar na rua e andar atrás dos animais de estimação; Dulcilia gostava de brincar no campo e na rua, soltava pipa e outras brincadeiras; a própria urbanidade era outra, possibilitando uma vivência citadina aparentemente impossível nos dias atuais.

Outro aspecto que identificamos a partir das falas das entrevistadas é o grande interesse pela leitura desvelado desde muito cedo. Alice, por exemplo, tinha como principal passatempo a leitura. A família não tinha condições financeiras para comprar livros novos, mas o pai sempre se esforçava para conseguir livros emprestados da literatura japonesa para a filha ter contato com esse mundo. Na infância, Dulcilia também tinha como hobby predileto a leitura. Ela conta que sempre foi “uma rata de biblioteca, lia tudo que aparecia pela frente”. O incentivo para o estudo veio também, em especial, da figura paterna. Desde os primeiros anos, as três entrevistadas revelaram disposição para estudar principalmente as disciplinas voltadas para a área de humanas, como História e Língua Portuguesa.

As memórias apresentadas também nos levam a refletir sobre a História da Educação no Brasil naquele período. Um ponto em comum entre as entrevistadas é o contexto escolar que vivenciaram. Elas tiveram que realizar o exame para admissão ao ginásio. Tal prova se parecia com um mini vestibular e tinha a finalidade de avaliar se os estudantes poderiam passar do Ensino Primário para o Ginásio.

O curso primário tinha a duração de quatro anos. Ao término desse ciclo, os estudantes tinham a obrigação de realizar o exame de admissão para ter a possibilidade de ingressar no curso ginásial. Na prova, eram avaliados os conhecimentos gerais adquiridos ao longo do curso primário. Quando aprovados, os candidatos estudavam quatro séries no curso ginásial (SOUZA, 1998).

O exame para admissão ao ginásio foi estabelecido pelo Decreto nº 19.890 de abril de 1931, responsável pela reforma do Ensino Secundário. Segundo o Decreto, para o estudante

ingressar no primeiro ano do curso ginasial era necessário ter a partir de 11 anos de idade, obter a aprovação no exame e um resultado suficiente para garantir a classificação, uma vez que havia uma quantidade específica de vagas nas instituições no momento de realizar a matrícula. Ou seja, o exame não apenas selecionava os estudantes para prosseguir nos estudos, mas também era uma forma de evitar que o número de aprovados ultrapassasse a quantidade de vagas disponíveis no curso ginasial. Oficialmente, o exame de admissão ao ginásio perdurou até o ano de 1971 (SOUZA, 1998).

Durante os últimos anos de formação no ginásio elas optaram entre estudar no científico (que tinha o foco em disciplinas das áreas de exatas e biológicas) ou no clássico (voltado para disciplinas da área de humanas). Por gostarem de ler e terem mais afinidade com disciplinas de humanidades, como português e história achavam um “tormento” ter que estudar no científico.

Sobre a participação feminina no ambiente escolar, Marialva relata que no ensino primário a predominância era de professoras mulheres, tanto na “escola pública, mas, sobretudo, particulares também [...] mesma coisa na escola normal. Na escola normal a predominância era de alunas mulheres e professoras mulheres”. Isso nos leva a inferir sobre a profissão do magistério ser praticada mais pelo sexo feminino do que pelo masculino naquele período (LOURO, 1997; SOUZA, 1998). Outro fato relevante que a entrevistada conta é que o ensino ministrado na escola pública era considerado de alta qualidade, “naquela época o ensino bom era na escola pública e não no ensino privado porque quase não tinha”.

Uma questão interessante revelada no depoimento de Alice sobre o período ginasial era o direcionamento de conteúdos específicos de acordo com o gênero. Os meninos deveriam aprender artes industriais e as meninas trabalhos manuais. Sobre isso, Alice comenta que “achava muito engraçado, porque tinham meninas que não tinham o menor jeito, sabe, e não queriam fazer aquilo. Mas, eram obrigadas a fazer. Eu ficava revoltadíssima, porque eu conseguia passar bem, era iniciação ao tricô, ao crochê. Eu tinha uma colega que era excelente em escrever redação... essas coisas, ela era muito boa em matemática, no desenho, mas ela não conseguia enfiar os pontos na agulha de tricô. Eu falava, mas que absurdo, por que ela não pode fazer artes com os meninos? Não podia! Menina não faz isso, tem que fazer tricô, crochê”. Portanto, os meninos deveriam ser educados para as áreas das ciências exatas visando a capacitação para ingresso no mercado de trabalho, e as meninas, lhes seriam ensinadas habilidades “intrínsecas” ao papel social atribuído a elas quando crescessem ao constituírem família: ser a “rainha do lar”. Portanto, o conteúdo que era ensinado era diferente

tendo em vista uma formação intelectual para os papéis sociais atribuídos culturalmente a cada gênero (ROSEMBERG, 2013).

A partir dos relatos é possível perceber também o estigma da profissão de professor, vista como um ofício feminino. Alice conta que o pai quando mais jovem queria se tornar professor de curso primário, mas o tio queria lhe obrigar a cursar faculdade de comércio para administrar os negócios da família. Ao descobrir o interesse do sobrinho pelo magistério indagou, “mas isso não é profissão de homem, que isso?”. No caso de Marialva, os pais não tiveram a oportunidade de avançar nos estudos e a realidade que os cercava era a do trabalho. Apoiavam a filha, mas nem chegaram a cogitar a possibilidade dela se tornar professora no ensino superior. Para eles, a perspectiva máxima que a filha poderia alcançar seria de professora primária. A profissão é nobre, o que se destaca nesse episódio, é o fato de limitarem Marialva a tal exercício profissional.

Por meio do depoimento de Alice também é possível verificar o desprestígio da profissão de jornalista e do magistério naquele período. Ao questionar o professor secundário que lecionava a disciplina de história sobre qual curso deveria optar por História ou Jornalismo, a resposta foi a seguinte: “olha minha filha, são duas grandes porcarias!”.

Ao se formar em Jornalismo e História, Alice, ela estava interessada a princípio em ser professora do Ensino Médio. Mas, percebeu que a área passava por mudanças, tendo em vista o conselho que recebeu de uma profissional que atuava na área sobre as alterações no contexto escolar com o início da intervenção militar. A interferência dos militares foi um dos aspectos que fez Alice repensar a decisão de ministrar aulas em escola. Outros fatores foram: o salário ser inferior ao de jornalista (atuando no jornalismo naquele período ela poderia ganhar cinco vezes mais), e o processo burocrático para ingressar na área (começava-se como substituta para depois se tornar professora titular).

Dulcilia e Alice estudaram em colégios confessionais, instituições vinculadas a Igreja Católica. Esse tipo de escola apresentava, em muitos dos casos, origem francesa, como relata Dulcilia. No caso das mulheres, as escolas eram regidas por freiras sendo elas também as professoras. Naquele período as escolas confessionais não seguiam apenas correntes pedagógicas, mas buscavam educar os estudantes por meio de embasamento teológico filosófico. A educação era desenvolvida de forma programática, ou seja, o dever do professor era passar para os alunos o programa da disciplina completo. Nesse contexto, havia a obrigatoriedade de ter na grade curricular a disciplina de ensino religioso (SAVIANI, 2007; VEIGA, 2007).

A partir dos depoimentos nota-se que tais escolas confessionais exigiam dos estudantes um comportamento disciplinado, uma vez que se prezava pela moral e ordem. Desse modo, os colégios tinham normas rígidas e outros rituais até mesmo de normatização do corpo, por exemplo, para se frequentar a escola era necessário usar uniforme em diferentes ocasiões. Sobre isso, Dulcilia lembra que “a gente tinha uniforme e tal quando fazia festa, o uniforme de educação física era uma saia e ia por baixo uma calça com elástico assim ainda por baixo da saia (risos)”. Ela conta ainda que havia outros ritos escolares: “cantava Hino e também tinha muita canção religiosa. Então a gente fazia fila antes de entrar na classe. Antes de entrar, quando chegava fazia fila depois na hora de sair para o recreio fazia fila de novo para entrar na classe. E uniforme com gravata... nesse calor e era terninho aqui e de lá, nossa a gente tinha muito calor, meia três quartos...”. Tais fatos nos remetem ao que a autora Arend (2013, p. 72) explica sobre como era o cotidiano escolar das estudantes nesse período: “a rígida disciplina em relação ao corpo, o uso dos uniformes impecáveis, os castigos, as orações, as lições de canto e solfejo, as posturas vigiadas nas aulas de Educação Física e no refeitório, entre outras práticas.

Algumas dessas escolas não eram mistas a princípio. Dulcilia e Alice, por exemplo, estudaram durante alguns anos em turmas onde havia apenas mulheres. Dulcilia relata que meninos eram proibidos de frequentar as classes, assim como de marcar presença nas festividades da escola. Ela comenta que “quando era festa junina não podia vir os meninos e os irmãos. Então esse negócio... não poder vir os irmãos a gente achava, ainda mais quando estava maiorzinha a gente queria os irmãos das amigas claro”.

Nesse ambiente escolar eram recorrentes as atividades que propusessem a normatização do corpo a partir das vestimentas. Por meio do relato de Alice, verifica-se que até mesmo para fazer a aula de ginástica, a escola exigia o uso do uniforme: saia godê guarda chuva. Roupas que impossibilitava a prática adequada dos exercícios. A preocupação com a boa forma física também existia, Alice conta que a professora de educação física discriminava as estudantes de acordo com o condicionamento físico e performance. Por estar com sobrepeso e ter dificuldades em ter um bom desempenho nas atividades, Alice conta foi alvo de comentários pejorativos por parte da professora. Esse tipo de comportamento nos remete à cultura da época com relação aos padrões de corpo e beleza “impostos” como ideais os quais as mulheres, mesmo que ainda jovens, deveriam apresentar ou pelo menos almejar. Tal fato nos leva a inferir também sobre o papel de grande influência da imprensa feminina no século XX ao ditar “modas”, “padrões” e “comportamentos” que reforçariam a construção do estereótipo de mulheres belas, recatadas e do lar. Sobre isso, Arend (2013, p. 72) afirma que

muitas das publicações literárias e periódicas, conjuntamente com informações obtidas na escola, difundiam regras de etiqueta e noções de elegância que seria provavelmente colocadas em prática na vida adulta ao lado do futuro esposo. Tais escritos contribuíram também no processo de construção da subjetividade das meninas, ou seja, na forma como elas expressariam as suas emoções.

A partir dos depoimentos, verificamos que a imprensa feminina perpassa o caminho de Alice, na infância, e de Dulcilia, na fase adulta. Na experiência que Alice relata sobre o *Jornal Diário de SP* e a seção produzida por Neusa Coelho intitulada *Suplemento Feminino*, nota-se que as leitoras participavam ativamente das publicações enviando sugestões e comentários. Tal espaço poderia ser comparado a uma rede social assim como as existentes na atualidade, embora as de século XXI por estar em um suporte diferente, a internet, recebem o nome de mídias sociais.

Sobre essa troca de ideias entre as leitoras, Alice comenta que não havia *bullyngs* e confusões, diferentemente dos dias atuais. A partir da fala dela, também é possível inferir que o *Suplemento Feminino* reforçava o papel social da mulher do século XX como a “rainha do lar” ao publicar conteúdos tidos como de “interesse” das donas de casa: cozinhar para o marido e a família, bordar, entre outros.

No caso de Dulcilia, o contato com a imprensa feminina começou ao trabalhar como estagiária na editora Abril e depois no mestrado. Por meio da pesquisa, ela identificou que jornais e revistas construía representações acerca da mulher brasileira. Além disso, difundiam conteúdos que buscavam moldar a consciência feminina de acordo com o contexto sociocultural. “Comportamento” que a imprensa feminina perpetua até os dias atuais. Sobre o papel de influencia exercido por tal imprensa Dulcilia Buitoni (2009, p. 21) afirma que

das folhas artesanais ao produto industrial, a imprensa feminina tem potencialidade para atingir metade do gênero humano. E para influir em toda a vida social. No Brasil, milhões de mulheres – e milhares de homens – lêem as páginas, suplementos e revistas dessa imprensa, que transmite ideias, modas, costumes. Visões do mundo que modificarão até mesmo os não leitores.

Outras características das escolas confessionais naquele período que notamos a partir dos depoimentos são: o relacionamento entre alunos e professores era formal e “distante”. Seja em colégios confessionais ou em escolas públicas e particulares em que elas foram alunas, verifica-se que puderam aprender diferentes idiomas, por exemplo, inglês e francês.

A partir das falas foi possível identificar também o papel de influência desempenhado pelo professor. Seja nos tempos da escola, da faculdade ou da pós-graduação, as três apresentam nomes de docentes e as principais “lições” que aprenderam com cada um, sejam elas positivas ou negativas. Esse fato nos revela como as ações dos professores podem influenciar na tomada de decisões, desde gostar ou não de determinada disciplina, até as escolhas profissionais e temas de pesquisa. Isso pode ser ilustrado por meio da experiência vivida por Alice em que o professor de geografia levou a turma para conhecer o Instituto do Butantã. Ela relata que as palavras do docente foram: “você estão vendo aquele terreno lá [...], quando vocês fizerem o colegial vocês vão poder prestar vestibular e entrar na USP”. O incentivo do professor para alunos que ainda eram tão jovens foi uma semente plantada, e no caso de Alice, germinou e deu frutos.

Quanto à escolha em cursar jornalismo nota-se que elas vivenciaram situações de dúvidas e conflitos. Dulcilia e Alice decidiram cursar duas graduações simultaneamente. Dulcilia cursou Jornalismo na Universidade de São Paulo e Direito na São Francisco (USP), e Alice fez História e Jornalismo na USP. Ambas fizeram parte da primeira turma da Instituição. Sobre os primórdios do curso de Jornalismo da USP elas relatam que havia, predominantemente, professores com idade mais avançada, um dos mais jovens foi o José Marques de Melo. As professoras eram de outros institutos (áreas interdisciplinares). Na sala de aula havia uma mescla de colegas homens e mulheres. E o perfil dos alunos era, em sua maioria, de pessoas mais velhas que já atuavam no mercado de trabalho como jornalistas.

No início, o curso passou por algumas paralisações devido greves. Nos primeiros dois anos, os alunos do jornalismo tinham aulas de algumas disciplinas juntamente com os estudantes dos cursos de Teatro e Cinema. Sobre a infraestrutura, o Jornalismo esteve por muitos anos instalado em prédios adaptados.

Sobre o curso de jornalismo da Universidade Federal Fluminense, Marialva relata que só teve duas professoras mulheres na parte profissional durante o período que estudou na UFF. No ciclo básico, por sua vez, havia professoras que ministravam disciplinas das ciências humanas.

A partir das memórias relatadas é possível conhecer também um pouco sobre a história dos cursos de Jornalismo no Brasil e o que era ensinado nas universidades. Diante disso, verifica-se que tais cursos na segunda metade do século XX apresentavam na grade curricular um ciclo básico de disciplinas teóricas da área de humanas. Alice, Dulcilia e Marialva vivenciaram um período com nova estrutura curricular dos cursos onde também eram realizadas aulas práticas o chamado “ciclo profissional”. No ciclo básico teórico

aprendiam disciplinas geralmente voltadas para as áreas de humanas, de fundamentos linguísticos de comunicação e filosóficos de comunicação.

A formação que elas receberam se parece mais com o currículo dos cursos de Jornalismo do século XXI que primeiro buscam formar os estudantes em disciplinas teóricas (ciclo básico) e após receberem essa base aprendem como desenvolver as técnicas jornalísticas em diversas especialidades (ciclo profissional). Mais do que uma formação técnica, a preocupação é formar intelectuais, pessoas críticas que compreendem o funcionamento de diversas esferas da sociedade e os sistemas (econômico, histórico, cultural, entre outros). Todavia, havia uma grande diferença com relação à estrutura técnica e tecnológica oferecida nos cursos do passado, o que dificultava as aulas práticas do ciclo profissional.

Além disso, outras características dos cursos de Comunicação naquele período eram a divisão por habilitações, como: jornalismo, publicidade e propaganda e cinema ou rádio e TV. E a formação prática era mais voltada para as mídias dominantes naquele período, tais como: a mídia impressa, o radiojornalismo, o telejornalismo e o jornalismo empresarial ou assessoria de imprensa.

Outro ponto que os relatos nos revelam é sobre os professores de jornalismo naquele período. As aulas eram ministradas por jornalistas de mercado, ou seja, para ser professor era necessário apresentar experiência na área profissional lecionada e ter certo prestígio e reconhecimento, uma vez que ainda eram poucos jornalistas diplomados e que haviam cursado pós-graduação (mestrado e doutorado). Atualmente percebe-se uma inversão nesse contexto.

Sobre a institucionalização do curso de Jornalismo no Brasil, Marialva relata que começou na Cásper Líbero e na sequência abriu o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (instituição em que ela é docente atualmente). A entrevistada conta que a graduação surgiu em 1950 e funcionava na Escola de Filosofia, no Instituto de Filosofia. A primeira disciplina de jornalismo ministrada foi sobre “Ética no Jornalismo”, a qual fazia parte da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, criada em 1918. Segundo ela, havia uma disciplina de ética jornalística na Faculdade de Direito “porque no início do século jornalistas eram prioritariamente alunos do Direito. Então, havia um viés quase que uma linha de pesquisa da questão da ética do jornalismo na Faculdade de Direito”.

A partir das entrevistas é possível inferir também como era o mercado de trabalho de jornalismo na segunda metade do século XX. Alice, Dulcilia e Marialva contam que os cargos

de chefia eram ocupados por homens e que foi necessário algum tempo para as mulheres ganharem espaço nas redações.

Alice declara que no início, a profissão de jornalista era vista como não muito adequada para as mulheres. Ela diz que o professor da faculdade chamado Flavio de Almeida e Andrada, que tinha 68 anos de idade, tinha o hábito de falar "nossa, mas que tanta moça aqui! É um curso espera Marido!", tal comentário reflete o preconceito da época. Sobre esse período, ela conta que no começo o Jornal Estado de São Paulo não aceitava mulheres nem para fazer estágio "achava que mulher atrapalhava o ambiente", elas poderiam atuar no *suplemento feminino* do *Estadão* de Luciana Mesquita. Em contrapartida, o Jornal da Tarde contratava jornalistas, nas palavras de Alice: "quem assimilou as mulheres, primeiro, foi o *Jornal da Tarde*. Ótimas repórteres, gente que escrevia bem e rápido. Tanto que, quando eu fui procurar estágio, meu intermediário que me apresentou ao chefe de redação em São Paulo, que era uma sucursal minúscula". No artigo que escreveu sobre *Mulheres jornalistas na imprensa brasileira*, Alice apresenta as seguintes considerações sobre esse contexto:

se inicialmente as mulheres ficavam nos suplementos femininos e em setores do jornalismo considerados pela opinião masculina dominante como de pouco prestígio ou de menor importância, hoje temos uma saudável possibilidade de homens e mulheres escreverem sobre todos os assuntos: da arte culinária à matemática financeira. O que possibilita perguntar em que condições as mulheres fazem o seu trabalho. Porque de modo semelhante a outras categorias de trabalhadoras, as jornalistas também enfrentam relações de trabalho tensas e se sujeitam a sofrer violências de gênero (KOSHIYAMA, 2001, p. 4).

Outro desafio que as mulheres enfrentavam no exercício do jornalismo na segunda metade do século XX era o assédio. Alice relata que foi escalada para cobrir um caso, um inquérito sobre contrabando de café, que a polícia federal estava investigando. Ela chegou a ouvir dos homens o seguinte comentário: "ah, mas porque mandam uma mulher vir na polícia federal?". Para se posicionarem como jornalistas, muitas vezes, as repórteres tinham que reivindicar o respeito de serem tratadas como profissionais. Nessa situação Alice comentou: "olha, quero que o senhor saiba que eu não tô aqui como mulher, eu tô aqui como jornalista, repórter, agora se o senhor não vai responder, fala que não vai responder, o quê que é isso?". O policial respondeu: "não! Não se zangue, sente aqui, por favor, pra conversar...". Alice conta que, como repórter, vivenciava esse tipo de situação e recebia comentários inoportunos em vários lugares. O preconceito vindo dos homens "era da cultura, era da sociedade toda"

comentou Alice. A presença feminina nas redações se tornou mais forte a partir da década de 1970, tendo em vista que

a presença as mulheres no mercado de trabalho de jornalismo e nos cursos superiores para formação profissional atesta o interesse e a adaptação delas a um universo que no início dos anos 60 do século passado, no Brasil, discriminava-as abertamente (KOSHIYAMA, 2001, p. 3).

Por meio dos relatos é possível compreender também, de que forma era realizado o jornalismo naquele período. Um dos aspectos era a proximidade dos jornalistas com as fontes. Quando se tratava de artistas, por não existir o costume de terem assessores de imprensa, eles recebiam os repórteres em casa, de uma forma bem à vontade.

Na experiência de estágio no *Jornal Notícias Populares*, do Grupo Folha, Dulcilia comenta que o foco do periódico eram as publicações de cunho sensacionalista e algumas publicações eram até mesmo inventadas. Ela conta que os colegas de trabalho publicavam fotos de vítimas de assassinato, mesmo que não fossem pessoas famosas, e alteravam as fotos, “aumentavam a poça de sangue”. Nota-se que atitudes antiéticas e sensacionalistas, vistas no jornalismo desenvolvido em 1970, ainda perduram até os dias atuais nas práticas jornalísticas em tempos de *fake news*. Ao estagiar nesse Jornal, Dulcilia, também vivenciou assédio por parte da chefia e colegas que tentavam amedrontá-la “eu era a única mulher na redação, a redação parecia uma delegacia, porque os repórteres cobrindo o crime, e eles viviam me espantando, tinha um chefe lá... imagina uma “foquinha” da USP e tudo aí... eu aguentei 3 meses e saí”.

Os relatos nos permitem compreender que a pós-graduação em Comunicação no Brasil ainda era recente e com fragilidades, uma vez que os professores que ministravam disciplinas nos programas não tinham título de mestre ou doutor na área. Tal fato levou as entrevistadas a cursarem pós em áreas interdisciplinares. Alice cursou Doutorado em Literatura Brasileira, Dulcilia na área de Letras e Marialva na História.

Por meio dos depoimentos é possível compreender como era trabalhar na docência na segunda metade do século XX. As três ingressaram na carreira docente pouco tempo depois de formadas em Jornalismo. Isso nos mostra que era possível ingressar como professora em Universidades Federais sem a titulação de mestre ou doutora.

Ainda havia poucas mulheres ministrando aulas em cursos de Jornalismo, pois nas palavras de Marialva, “se tornavam professoras aquelas que se destacavam no mercado. Ainda era recente a presença feminina nas redações”. Com a ampliação do acesso da mulher ao Ensino Superior e ao mercado de trabalho, cresceu também a possibilidade de ingresso na

docência. Marialva explica que “o ingresso pra docência era restrito, não era tão amplo assim. Naquele momento as profissionais que se destacavam eram convidadas pra docência no jornalismo. Não tinha concurso, entrava, a gente fazia um concurso, uma seleção mínima e aí se começava como colaborador naquele momento aí se desse certo fazia, abria concurso, e se fazia então o concurso”.

As entrevistadas comentam que nesse período não havia “rixa” entre os professores, era uma relação baseada na colaboração. Segundo elas, diferentemente dos dias atuais, em que professores disputam entre si, e alunos já buscam desde o início do curso superar uns aos outros.

Para as entrevistadas, ser docente é estudar sempre. É atualizar os conhecimentos. Saber da responsabilidade e desafios de contribuir na formação dos alunos. Ter como missão, ensinar-lhes mais do que saberes técnicos: a verdadeira compreensão do que é jornalismo, de como praticá-lo de forma ética e trazendo contribuições para a sociedade.

Uma curiosidade que faz parte da trajetória de vida das três é o gosto pelo estudo da História. Alice se graduou em História (licenciatura e bacharelado) na USP, ainda nos tempos da escola aprendeu a fazer pesquisa na área e se identificou. Dulcilia e Marialva tiveram um contato mais próximo com a História na pós-graduação. Pelo fato de ser uma área interdisciplinar, todas desenvolveram pesquisas que consideravam a História como elemento importante na metodologia.

Sobre a relação entre professores e alunos nos primeiros cursos de Jornalismo do Brasil nota-se a partir dos relatos que ora era de distanciamento, devido a diferença de idade, e em outros momentos era de proximidade. A repressão nas Universidades foi um aspecto que, em alguns casos, aproximou os discentes e docentes e os afastou também.

As entrevistadas enquanto estavam na universidade vivenciaram determinado período da ditadura militar, seja no começo em 1964 ou em anos seguintes. Logo, nota-se que se uniam para manter o curso mesmo em meio a paralisações e em alguns casos manifestavam-se contra a repressão.

O período também gerava desconfiança entre professores e alunos. Alice Mitika diz que esse “clima” de medo e insegurança durou por algum tempo no ambiente da universidade. Até mesmo quando se tornou professora ficava temerosa sobre o que era permitido ensinar em sala de aula para não ser considerado conteúdo que incitasse a subversão ao regime militar, pois ela poderia ser “dedurada” por alunos ou até colegas do corpo docente que se simpatizavam com o governo militar e corria o risco de ser sequestrada ou perseguida. Uma realidade de constante tensão dentro e fora de sala de aula.

As entrevistadas relatam que tinham colegas que se formaram na mesma turma de graduação e tinham perfil para se tornarem docentes. Porém, devido à repressão no ambiente universitário alguns desistiram e optaram por seguir no mercado de trabalho jornalístico. Sobre esse contexto, Alice comenta que “todo mundo tinha medo. E o medo, não é porque você estava necessariamente fazendo alguma coisa. Você tinha os seus amigos, e alguns deles estavam em ação na vida política, outros estavam em ação na vida política desde a universidade e você ia vendo o que ia acontecendo com eles. Então você pensar na possibilidade de desenvolver um trabalho de longo prazo, intelectualmente consistente, era muito complicado, sabe? Bom e outros não queriam passar por esse crivo, não queriam ter seus currículos examinados, depois alguém iria dizer: ‘Ah, não pode você passou por isso, ou aquilo, foi naquele lugar...’, era uma coisa meio paranóica mesmo. A gente sentia essa paranóia mesmo”.

Marialva conta que nos tempos da ditadura aconteceu uma expansão dos cursos de comunicação no Brasil. Segundo ela, “houve a criação dos primeiros cursos da década de 1950 e eram poucos que existiam no Brasil; mas, no período do golpe militar houve um incentivo à criação de novos cursos de comunicação, não eram cursos de jornalismo, eram cursos de comunicação já com habilitação”. Em suma, sobre esse período verifica-se que “os militares implantaram reformas de impacto duradouro no ensino superior que ainda dão forma ao nosso sistema universitário, embora mudanças visando à democratização tenham sido adotadas em anos recentes” (FICO, 2008, p. 2).

Sobre as perspectivas para a área profissional e da docência em Jornalismo no século XXI, nota-se que a expectativa das entrevistadas gira em torno do compromisso com a ética e do exercício do ofício de forma crítica e consciente, tendo em vista o importante papel social e de influência da área. Talvez, sejam essas as principais aspirações, pois atualmente no jornalismo percebe-se um cenário de falta de ética e despreparo de alguns profissionais e empresas que não sabem lidar de forma devida com a responsabilidade social que têm, tendo em vista os impactos que o trabalho jornalístico pode trazer na vida de uma pessoa, família, sociedade, economia de um país, entre outros aspectos e esferas.

Em determinados momentos as falas das entrevistadas revelam curiosidades sobre a questão de gênero, de como a cultura está presente “normatizando” o comportamento feminino e reforçando o *status quo* do belo sexo como segundo sexo (LIPOVETSKY, 2000). Alice ainda na infância conta que precisou acompanhar a vizinha em um passeio para que a moça pudesse namorar: “porque essa nossa vizinha ela gostava muito desse cinema, mas ela tinha uns namorados. Não sei se eles gostavam... se eles queriam ir acompanhado,

desacompanhado”. Por ser muito nova, a família de Dulcilia se preocupava em deixá-la sair sozinha. Sobre isso, ela diz que “quando o meu primo que era de Londrina vinha pra cá aí eu ia no cinema com ele, e tudo meus pais deixavam, era uma aventura! A gente não saía muito sozinha naquela época era muito difícil”.

Ao fazer cursinho para prestar vestibular de Direito, Dulcilia relata que era comum o hábito de fumar, diferentemente do colégio confessional, em que as meninas não poderiam ter esse tipo de conduta. “Fumava-se muito no cursinho (em escola só de menina não era comum)”. Também lhe causava estranhamento no ambiente do cursinho o fato de ter apenas banheiro único para homens e mulheres, para o uso era formada uma fila. Dulcilia comenta que nos dias atuais já existem até mesmo reivindicações para que banheiro seja misto. Outra curiosidade é que foi no cursinho que ela estudou pela primeira vez em uma turma mista: “foi a primeira vez na vida que eu tive aula com menino. E era também com essas carteiras também de grupo escolar antigas que sentava dois. Então, sentava junto com os colegas meninos, era gozado porque nunca tinha tido aula com menino na vida”.

Em seu depoimento Alice fala sobre alguns aspectos que interferiam na vida das mulheres no século XX com relação à ocupação da esfera pública e mercado de trabalho. Ela comenta que “na época anos sessenta, final dos anos sessenta muitas senhoras que eram casadas tinham diplomas universitários, tinham profissão, o marido proibia de trabalhar. Elas não tinham como se rebelar e falar: ‘Eu vou trabalhar!’, dava desquite porque tinha uma legislação da constituição de quarenta e seis que dizia que a mulher era semi-capaz. Semi-capaz significa que você sempre tem que ter a tutela de um “capaz”, e o capaz é o seu pai, o seu namorado o seu irmão, o que dava um monte de rolos, imagina a hora que você vai e morre o chefe de família, você vai dividir os bens, como é que fica, quem manda? Começa por aí, a coisa mais rasteira. Então, com que roupa você vai sair, falam assim: ‘Ah, não com esse vestido você não sair porque tá muito curto!’, então era... aparentemente pareciam questões bobas, mas não eram questões bobas, eram questões respaldadas nos direitos legais da época”. Autoras como Arend (2013), Matos e Borelli (2013), Pedro (2013), Pinsky (2013), Sant’Anna (2013), Scott (2013) e Soihet (2013) abordam e refletem em suas obras sobre essas questões explicitadas por Alice. Por exemplo: a inserção da mulher no mercado de trabalho, educação feminina, normatização do corpo feminino, modelos rígidos sobre o papel social da mulher no século XX, entre outras temáticas.

8 CONSIDERAÇÕES

Quando o que está em evidência são as histórias de vida e memórias não há um trajeto específico ou uma trilha bem demarcada para analisá-las, isso porque o indivíduo é o resultado da cultura, um misto de: contexto, oportunidades e ausências das mesmas, estudo, criação familiar, visões de mundo, anseios, e outros diversos aspectos que perpassam a formação do sujeito.

Alice Mitika, Dulcilia Buitoni e Marialva Barbosa são mulheres de gerações próximas. Cada uma com peculiaridades em suas trajetórias de vida. E, ao mesmo tempo, apresentam características e vivências em comum por estarem inseridas no mesmo contexto: nasceram no século XX, passaram por escolas com ritos, currículos e costumes parecidos, se formaram em Jornalismo quando o curso ainda era recente no Brasil, optaram pela carreira da docência no Ensino Superior e por serem mulheres, desde a infância, enfrentaram situações que a cultura e a sociedade estabelecem como intrínsecas ao feminino, ao papel social da mulher em tal período histórico.

Buscar compreender o passado é um exercício de construção. Interpretações que podem nos dar pistas sobre os tempos idos, esses, que por sua vez, jamais podem ser reconstituídos em sua exatidão. Eis aí, um dos grandes desafios de se trabalhar com a narrativa histórica. Diante disso, surge a seguinte problemática: como era ser mulher, jornalista e professora de jornalismo na segunda metade do século XX no Brasil? Em que este trabalho ajuda a responder a esta questão?

Na dissertação *Memórias de mulheres jornalistas: histórias, mercado e docência*, buscou-se entender quando e de que forma se deu a inserção das mulheres jornalistas na docência no Ensino Superior no curso de Jornalismo no Brasil. A partir dos relatos das entrevistadas pudemos inferir que a partir da década de 1970 as mulheres jornalistas conquistaram aos poucos mais espaço nas redações jornalísticas. Diante disso, surge a possibilidade de elas galgarem também vagas na docência, uma vez que nesse período as profissionais que se destacassem no mercado de trabalho poderiam ser convidadas a se tornarem professoras nos cursos da área. Isso era possível, pois como a graduação de Jornalismo havia surgido há pouco tempo no País, não era requisito obrigatório que as docentes apresentassem titulação de mestrado ou doutorado. Outra possibilidade de as jornalistas ingressarem no magistério era se inscrevendo em processos seletivos para

concorrer às vagas, esse segundo caso foi o que possibilitou a entrada de Alice, Dulcilia e Marialva na carreira docente.

Por meio da pesquisa de levantamento bibliográfico e dos depoimentos verificamos que a institucionalização do curso de Jornalismo no Brasil teve diferentes desdobramentos. Em 1935, surgiu o projeto de implementação do primeiro curso da área na Universidade do Distrito Federal, dirigido por Costa Rego. Contudo, teve suas atividades encerradas quatro anos depois, em 1939, pela ditadura do Estado Novo. Nasce, então, no ano de 1943, a primeira faculdade de jornalismo do país, que devido a entraves legislativos surge oficialmente em 16 de maio de 1947. Trata-se da primeira Escola de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero, em São Paulo. Segundo relato de Marialva Barbosa, na sequência abriu o curso de jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1950, o qual funcionava na Escola de Filosofia, no Instituto de Filosofia. Ainda de acordo com a professora, a primeira disciplina de jornalismo ministrada nesse contexto foi “Ética no Jornalismo”. Ela fazia parte da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

As entrevistadas Alice e Dulcilia ingressaram na primeira turma do curso de Jornalismo da Universidade de São Paulo em 1967. Marialva cursou Comunicação Social, Jornalismo na Universidade Federal Fluminense em 1973, todavia a graduação iniciou na UFF em 1973. Enquanto alunas, elas tiveram uma formação próxima do que é ensinado no currículo dos cursos de Jornalismo do século XXI, os quais têm o intuito de, primeiramente, formar os alunos em disciplinas teóricas (ciclo básico), destacando-se nesse contexto as matérias de humanidades, para depois aprenderem as técnicas jornalísticas em diferentes especialidades (ciclo profissional). A formação prática é considerada importante, contudo a teórica é considerada como fundamental para formar o senso crítico do jornalista e instruí-lo sobre a ética na profissão.

Nesse período, tais cursos de Comunicação eram divididos em habilitações, a saber: jornalismo, publicidade e propaganda e cinema ou rádio e TV. Com relação à formação prática era ensinado aos estudantes sobre as mídias dominantes daquele tempo, por exemplo: a mídia impressa, o radiojornalismo, o telejornalismo e o jornalismo empresarial ou assessoria de imprensa. O corpo docente era formado, principalmente, por professores homens e que tinham prestígio na área em que atuavam no mercado jornalístico.

O que motivou Alice, Dulcilia e Marialva a trabalharem na docência foi a vocação e o gosto pelo estudo. Nota-se também nesse aspecto, a influência exercida pela figura dos professores em diferentes níveis de ensino. As três conheceram vários docentes ao longo de suas formações que as inspiraram a seguir na carreira.

As três vivenciaram o contexto da ditadura militar no ambiente universitário de 1964 e nos anos seguintes. O clima de tensão ora aproximava alunos e professores que se uniam para se posicionarem contrários à repressão. E, em outros momentos, os afastava devido a desconfiança que havia entre eles e o medo de perseguição.

Antes de ingressarem na carreira docente, fizeram estágios e trabalharam profissionalmente, principalmente, no jornalismo impresso. Desse modo, a partir dos depoimentos, é possível inferir como se configuravam os ambientes de trabalho das mídias impressas do século XX. As redações jornalísticas eram formadas, predominantemente, por jornalistas homens. Além disso, as jornalistas passavam por situações de assédio, machismo e tinham que ter uma posição de firmeza diante das fontes para serem respeitadas como repórteres.

Através das falas das entrevistadas foi possível conhecer também nomes e características de alguns jornais e revistas da mídia impressa brasileira no século XX. Circulavam no país as revistas: *O Cruzeiro*, *Capricho*, *Manequim*, *Intervalo*, *Enterl*, *Veja* e *Claudia*. Alguns dos jornais citados por elas: *Suplemento Feminino* (seção publicada no *Jornal Diário de São Paulo*), *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *Jornal Notícias Populares* e *Jornal Última Hora*. Além de outros veículos importantes de comunicação, como: *Rádio Tupi* e *TV Tupi*.

Ao levar em consideração as falas das professoras/jornalistas notamos que elas perceberam a sua condição de gênero influenciando nas suas escolhas pessoais e profissionais. Alice conheceu na prática o “gosto” de ser jornalista em primeiro contato com a imprensa feminina ainda na infância. Esse tipo de imprensa também alcançou importância na vida de Dulcilia, que teve a oportunidade de desenvolver pesquisas de referência na área.

O fato de serem três mulheres também marcou definitivamente a experiência de vida de nossas depoentes. Por exemplo, na educação primária. Elas estudaram em colégios rígidos, o uniforme era uma exigência até mesmo nas aulas de Educação Física. A preocupação com a estética e magreza já aparecia nesse contexto escolar como algo que deveria ser “almejado” pelo sexo feminino. As turmas dos colégios confessionais eram formadas apenas por meninas. No ginásio, elas recebiam educação diferente dos meninos. Elas deveriam cursar disciplina de trabalhos manuais, iniciação ao tricô e ao crochê. Eles tinham a disciplina de artes industriais. Percebe-se que desde cedo a formação era mais voltada para as humanidades e os homens incentivados a estudar as disciplinas da área de ciências exatas. Na vida adulta essas condições se estenderam, por exemplo, para as experiências nas redações jornalísticas e na busca de espaço, respeito e reconhecimento no mercado de trabalho.

Em suma, ser mulher no século XX, em especial na segunda metade, era ter que saber lidar com a ocupação da esfera pública e administrar ao mesmo tempo as atividades realizadas na esfera privada. Ser filha, irmã, estudante, mãe, esposa, jornalista, professora... Enfim, um eu plural que se adapta aos diversos contextos, funções e papéis sociais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- AGUIAR, Tiago. A primeira jornalista profissional do Brasil. **Comunique-se Portal**, 4 abr. 2017. Disponível em <<https://portal.comunique-se.com.br/primeira-jornalista-profissional-brasil/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev. 1996.
- ARAÚJO, Emanuel; PINSKY, Carla Bassanezi. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 45-77.
- AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 65-83.
- BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil-1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005. p. 102-111.
- BARROSO, Carmen. **Mulher, sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 1, p. 253-274, jun. 2012. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1107>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996. cap. 13, p. 183-191.
- BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990.
- BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo, Loyola, 2009.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56-108.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** São Paulo: Graal, 1999.

COTT, Nancy F. A mulher moderna: o estilo americano dos anos vinte. In: THÉBAUD, Françoise; PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das mulheres no Ocidente:** vol. V: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991. v. 5, p. 95-114.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto 2009.

DINIZ, Lidiane. Costa Rego e o curso pioneiro de jornalismo da Universidade do Distrito Federal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Intercom, 2010. p. 1-15.

ECO, Umberto. **Lector in fabula:** a cooperação interpretativa nos textos narrativos. Trad. Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Coleção Estudos).

FERRARI, Pollyana. **Hipertexto, hipermídia:** as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio:** o minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; equipe de lexicografia Margarida dos Anjos... et al. 6. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2004.

FICO, Carlos. **O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo:** o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2006.

FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO. **Faculdade Cásper Líbero.** Disponível em: <<http://fcl.com.br/faculdade/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar:** medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Construindo a profissão de jornalista: Cásper Líbero e a criação da primeira escola de jornalismo do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. p. 5-9.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Na Fundação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil: Cásper Líbero Gera o Conceito de Jornalismo Moderno. **Revista PJ:BR:** jornalismo brasileiro, São Paulo, n. 3, 1. sem. 2004. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos3_b.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Mulheres jornalistas na imprensa brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001. p. 1-12.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DE MÍDIA, 9., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Unifor, 2009. p. 1-18. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Um%20olhar%20historico%20na%20formacao%20e%20sedimentacao%20da%20TV%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. v. 2, p. 443-481.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. v. 2, p. 468-493.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-468.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **República**: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368-422. (História da vida privada no Brasil, 3).

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 45-80.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 126-147.

MATTOS, Sérgio. **Um perfil da TV brasileira**. Salvador: ABAP, 1990. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/02.%20Um%20perfil%20da%20TV%20brasileira.%2040%20anos%20de%20hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2017.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus Editorial, 1988. p. 47-50.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli et al. **A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

MELO, José Marques de. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. **O Rádio no Brasil**: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava. 2013. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas: elas começam a aparecer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 84-104.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-28, dez. 1993.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus Editorial, 1985. p. 13-14.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238-259.

PEDROSA, José. **Pensamentos edificantes**. Natal: Clube de Autores, 2015.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado**: o jornalismo como profissão. 2004. Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=715>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 469-512.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do povo brasileiro).

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PROVÉRBIOS 4:7. In: BÍBLIA online. Disponível em:
<<https://www.bibliaonline.com.br/acf/pv/4>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 79-94.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil, 1808-1964**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: LAGO, Cláudia; MACHADO, Márcia Benetti (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 23-47.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 333-359.

ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahim; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1982.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Corpo e beleza, sempre bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 105-125.

SANT'ANNA, Denise. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, Denise (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 121-139.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. A igreja e o Estado novo: o estatuto da família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 71-77, maio 1981. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1600/1589>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42.

SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 218-237.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

SPANNENBERG, Ana Cristina; SOARES, Michelle Júnica. Perigo na tribo? Notas sobre a percepção do jornalista enquanto categoria profissional a partir de um estudo com neófitos. **Dispositiva**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2016. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/dispositiva/article/view/11899/9457>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. Os lugares e os meios de sociabilidade intelectual do jornal o sexo feminino: algumas considerações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: SBHE, 2011. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1312.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

THOMPSON, Paul. **História oral**: a voz do passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Brasil 500 anos**: tópicos em História da Educação. São Paulo: EdUSP, 2001.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ANEXO A – Termo de autorização de entrevista Alice Mitika Koshiyama

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

1. Pelo presente documento, Alice Mitika Koshiyama
(nome), brasileira (nacionalidade), solteira
(estado civil), docente universitária (profissão), carteira de identidade nº
[redacted], emitida por [redacted],
CPF nº [redacted], residente e domiciliado em
[redacted]

cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO PROFISSIONAL EM
TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO e à discente GISLENE
RODRIGUES FERREIRA a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor(a) sobre
o depoimento oral prestado no dia 08/05/2017, na
cidade São Paulo

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de
que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que
trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos
morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por
ocasião de qualquer utilização.

3. Fica pois a UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO
PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO e a
discente GISLENE RODRIGUES FERREIRA plenamente autorizado(a) a utilizar o
referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus
direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Segundo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

São Paulo, 08 maio 2017

Local

data

Assinatura: Alice Koshiyama

GISLENE RODRIGUES FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA MESTRADO
PROFISSIONAL EM
TECNOLOGIAS
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

ANEXO B – Termo de autorização de entrevista Dulcilia Helena Schroeder Buitoni

CESSAÇÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS,
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

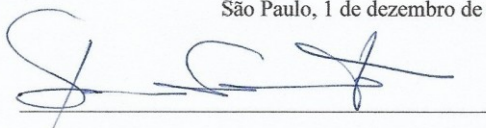
1. Pelo presente documento, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni, brasileira, casada, professora universitária, carteira de identidade nº [REDACTED] emitida por SSP-SP, CPF nº [REDACTED] residente e domiciliada em [REDACTED], cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO e à discente GISLENE RODRIGUES FERREIRA a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor(a) sobre o depoimento oral prestado no dia 1 de dezembro de 2016, na cidade de São Paulo.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3. Fica pois a UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO e a discente GISLENE RODRIGUES FERREIRA plenamente autorizado(a) a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Segundo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

São Paulo, 1 de dezembro de 2016



Dulcilia Helena Schroeder Buitoni

GISLENE RODRIGUES FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA MESTRADO
PROFISSIONAL EM
TECNOLOGIAS
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

ANEXO C – Termo de autorização de entrevista Marialva Carlos Barbosa

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS,
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

1. Pelo presente documento, MARIALVA CARLOS BARBOSA
(nome), brasileira (nacionalidade), casada
(estado civil), engenheira ambiental (profissão), carteira de identidade nº
[REDACTED] emitida por [REDACTED]
CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado em
[REDACTED]

cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO PROFISSIONAL EM
TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO e à discente GISLENE
RODRIGUES FERREIRA a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor(a) sobre
o depoimento oral prestado no dia 30/11/2016, na
cidade Rio de Janeiro

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de
que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que
trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos
morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por
ocasião de qualquer utilização.

3. Fica pois a UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA MESTRADO
PROFISSIONAL EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO e a
discente GISLENE RODRIGUES FERREIRA plenamente autorizado(a) a utilizar o
referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus
direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Segundo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses,
assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Rio de Janeiro, 30/11/2016

Local

data

GISLENE RODRIGUES FERREIRA

[Assinatura]
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA MESTRADO
PROFISSIONAL EM
TECNOLOGIAS
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO